

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

ANA PAULA PIRES LOURENÇO

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS
BRASILEIRAS PARA O SERVIÇO SOCIAL: UM ENCONTRO COM SUELI
CARNEIRO E LÉLIA GONZALEZ

SANTOS

2023

ANA PAULA PIRES LOURENÇO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS
BRASILEIRAS PARA O SERVIÇO SOCIAL: UM ENCONTRO COM SUELI
CARNEIRO E LÉLIA GONZALEZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais
da Universidade Federal de São Paulo, Campus
Baixada Santista, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Serviço Social e
Políticas Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Renata Gonçalves

SANTOS

2023

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A532cc Pires Lourenço, Ana Paula .
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS DE INTELLECTUAIS
NEGRAS BRASILEIRAS PARA O SERVIÇO SOCIAL: UM
ENCONTRO COM SUELI CARNEIRO E LÉLIA GONZALEZ. / Ana
Paula Pires Lourenço; Orientadora Renata Cristina
Gonçalves dos Santos. -- Santos, 2023.
111 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço
Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2023.

1. Mulheres Negras. 2. Intelectuais Negras. 3.
Serviço Social. 4. Sueli Carneiro. 5. Lélia Gonzalez.
I. Gonçalves dos Santos, Renata Cristina , Orient.
II. Título.

CDD 361.3

ANA PAULA PIRES LOURENÇO

**CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS
BRASILEIRAS PARA O SERVIÇO SOCIAL: um encontro com Sueli Carneiro e Lélia
Gonzalez**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Liduína de Oliveira e Silva (Presidente da Mesa em substituição à orientadora)

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)

Profa. Dra. Renata Gonçalves (Orientadora)

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)

Profa. Dra. Maria de Fátima Queiroz

Universidade Federal de São Paulo – (UNIFESP)

Profa. Dra. Cristina Gomes Baltazar

Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (SEHAB-SP)

Profa. Dra. Ana Paula Procopio da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Profa. Dra. Sheila Dias Almeida (suplente)

Universidade Federal de Ouro Preto – (UFOP)

A todas as mulheres negras de baixa renda que enfrentam uma vida marcada por violências objetivas e subjetivas e que tiveram seus sonhos abortados, diante de um Estado que só enxerga nossa existência quando precisamos ser resistência.

AGRADECIMENTOS

Pensar nesse processo, pra mim, é coletivo do início ao final. É um amarrar de ideias, conversas e reflexões na suspensão do cotidiano que tanto nos é necessária.

Quero agradecer, portanto, a todas as pessoas que estiveram presentes não só durante, mas também antes desse processo inicial e aqui destacarei alguns desses nomes, pois a gratidão, pra mim, é sobre reconhecimento aos atos do outro e importa-me verbalizar.

Sem a coletividade, os cultivos de ideias compartilhadas e a confiança dos meus pares em mim, eu não teria nem saído do lugar.

Dito isso, agradeço aos meus pais, **Conceição** e **Lázaro**, pelo incentivo cotidiano e pela fé incansável. Eu jamais, há 4 ou 5 anos, me imaginaria concluindo um mestrado, pois a barreira entre vir de onde vim e pensar uma graduação, sobretudo em uma universidade pública, já é imensa, em uma pós então...era fora de cogitação até para sonhar. Mas sonhei, porque vocês me ajudaram, logo, essa vitória é nossa. Obrigada, meus alicerces!

Às amigas da eterna República Subúrbio **Naiara**, **Andressa**, **Gabriela**, **Pamela**, **Letícia**, **Isadora**, **Ana Carolina**, **Lana**, **Larissa**, **Tamiris**, **Isabella**, **Julia**, e **Alice**, que me incentivaram desde o primeiro sinal de eu querer tentar o mestrado. Família, vocês são fundamentais!

A **Sarah Bruna** por fazer eu me sentir tão capaz toda vez que duvido, por me incentivar desde o cursinho a ser o melhor que posso ser, a voar longe e por se fazer de abrigo quando eu pouso. Obrigada pelo cuidado e pela sua mão sempre firme e prestativa segurando a minha!

Aos meus amigos das noite de jogos, de muitos risos e de muito suporte e confiança sempre que preciso também. **Angela Santos**, **Suelen Luciana**, **Ramon Henrique** e **Luiz Gustavo**, sem vocês e nossos momentos de risos e desabafos seria insuportável.

A **Leonor**, minha tia-avó, que me apoia e faz de tudo pra que eu estude, sempre, e à minha avó **Geracy** (*in memoriam*) a quem, não importa o tempo que passe, sempre serei grata por me inspirar na vida de militância que ela teve e na garra admirável que busco ter.

A **Mariana Lucio**, com quem dividi moradia no primeiro ano do mestrado, que tanto me incentivou, me ouviu cantar nas aulas, chorar e acolheu meus medos e minhas dores. Obrigada pelas trocas cotidianas e por todo o compartilhar de “checks” que tivemos, Mari!

A **Maria Santiago**, com quem debati angústias sobre desafios de pessoas negras na pós-graduação pública, a **Maria Clara**, pela fé que ela me ajuda a ter e ao **Guilherme Reis**, por tanta parceria desde a Zero Oito – a melhor turma de Serviço Social da Unifesp!

A **Ana Paula Bocca** e a **Beatriz Borges** que juntas foram um apoio surreal pra mim nas infinitas etapas do processo seletivo que achei que eu não fosse vencer, enquanto elas já me chamavam de mestranda. Obrigada por acompanharem as listas de convocação comigo!

A **Sandra Regina**, que foi uma linda surpresa no meu caminho, por agregar à minha vida e por me ajudar a suspender o cotidiano em vários finais de semana. Amei ter conhecido você!

A **Fernanda Carriel**, a **Caroline Oliveira**, a **Nathália Bazotte**, a **Jessica Lima** e ao **Fábio Rodrigues** que também contribuíram, seja por troca de ideias, por mensagens de incentivo, enfim. Mesmo de Campinas e região vocês se fizeram presentes por aqui nesse processo!

Ao **Vitor Terra** pelos envios de bolos e docinhos sempre que eu estive em crise com a escrita. Você figurativa e literalmente adoça a vida de quem te cerca, Vítinho!

A **Amanda Vieira** que sempre teve tanta fé em mim e na minha caminhada, que enaltece sempre meu potencial e me motiva a ser um ser humano melhor desde que temos uns 11 anos.

A **Priscila Lira**, uma das maiores referências acadêmicas próximas que tenho por perto, tanto por me abrigar fisicamente na casa dela e ouvir sobre meus momentos conturbados quanto por me abrigar à distância, ansiosa pelos defechos. Obrigada, Pri, por todas as trocas!

A **Aila Santos**, pelo tempo investido e por contribuir com meu crescimento acadêmico também, sobretudo se propondo a me explicar detalhes da academia que ainda me confundem.

Às/aos docentes da Unifesp Baixada Santista, com quem tive contato nessa segunda etapa na instituição que tem o meu carinho, em especial a **Priscila Cardoso**, a **Sônia Nozabielli**, a **Marcia Eurico**, e a **Luciana Melo**, por serem abrigo e inspiração para mim.

A **Renata Gonçalves**, minha orientadora, que me orienta também sobre demandas pessoais da vida de uma mulher negra acadêmica, a como trilhar caminhos e alcançar algum objetivo a curto, médio e longo prazo toda vez que conversamos. Desde a Iniciação Científica (em 2018) até agora, você tem sido uma brilhante luz na minha caminhada!

A **Liduína Oliveira**, que me acolheu toda vez que eu precisei durante esse percurso, mas que sobretudo agora, ao final, quando me assumiu para finalizar esse trajeto junto dela, me deu todo o suporte e segurança que eu precisava pra concluir essa reta final. Lidu, talvez eu nunca saiba como te agradecer por tanto! Que bom que, ainda que no finalzinho, nos aproximamos mais e pude ver melhor o ser humano lindo que você é!

A **Benedita Rosa**, que foi de supervisora de estágio a amiga em pouco tempo e que também é grande incentivadora desse processo de mestrado há tempos. Rosinha, você me inspira!

À **Capex** pela oportunidade da pesquisa com bolsa, pois sem esse suporte financeiro eu teria muito mais dificuldade do que tive até aqui! Essa conquista não é só minha, é também de toda/o pesquisador brasileira/o que luta diariamente por melhorias!

A **Heloisa Alexandre** por ser suporte e ter puxado minha orelha quando eu desacreditei de mim por 1 segundo. Helô, obrigada por ter me oferecido abrigo de casa, de braços e pelas ligações quando precisei e mal sabia verbalizar!

A **Fátima Queiroz**, a **Cristina Baltazar**, a **Ana Paula Procopio** e a **Sheila Almeida** pelo aceite de compor minha banca e pela leitura que muito agragara a esse trabalho!

A **Mariana Gabriela** e **Laís Freire**, minhas professoras de dança que semanalmente me ajudam a pausar um pouco em meio à correria. Corpo e a mente equilibrados é minha busca constante e vocês contribuem muito bem para isso!

Agradeço, no mais, aos que sonham comigo, às pretas e aos pretos, às pessoas injustiçadas diariamente, às sonhadoras, àquelas que criam diariamente formas de resistência e àquelas que ainda, infelizmente, precisam ser fortes diante de tanta dificuldade na vida!

Assim como diz a grande Conceição Evaristo “O importante não é ser o primeiro ou primeira, o importante é abrir caminhos.” Que eu seja uma passagem nesse caminho e que muitas outras pessoas cheguem-se e ocupem o lugar que não é “também”, mas que é “principalmente” nosso, por direito.

Que possamos sempre sonhar e que, parafraseando Leandro Roque, o Emicida, não voltemos jamais pra nossa quebrada de mãos e mente vazia. É tudo e mais um pouco nosso! Sempre foi e lutaremos pra que nossa continuidade não mais precise lutar tanto. Ubuntu!

*“foi uma mulher negra e escritora
de pele e alma como a minha
que me ensinou
sobre os vulcões e as rédeas e os freios
sobre os tumultos dentro do peito
e sobre a importância de ser protagonista
nunca segundo plano*

*se você encostar a mão entre os seios
vai sentir os rastros de nossas ancestrais*

*somos continuidade
das que vieram antes de nós”*

Ryane Leão

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo estudar o pensamento de duas intelectuais negras brasileiras, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, a partir de premissas constitutivas da relação social capitalista brasileira, como o racismo, as mulheres negras e a desigualdade social mediada pelos movimentos e lutas sociais, fundamentais para estabelecer nexos, interlocuções, um encontro com o Serviço Social. Para isso, realizou-se o esforço intelectual de apreensão do pensamento das autoras estabelecendo aproximações com os pressupostos do Serviço Social brasileiro no contexto das relações sociais capitalistas. Para utilizar como referencial teórico a crítica marxista, questionou-se as relações sociais racistas, patriarcais e de desigualdade social atribuídas aos processos societários durante a acumulação capitalista, trazendo à frente dos fatos históricos nacionais e internacionais o protagonismo de mulheres negras como bem mostram as autoras. Buscou-se, assim, apreender as relações de exploração e opressão vividas pelas mulheres negras em meio a traços do capitalismo, bem como a participação delas nos movimentos sociais e nas lutas anticapitalistas. Nesse sentido, adotamos como pergunta central, “qual é a importância e a contribuição do pensamento de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez no encontro com o Serviço Social?”. Para responder a essa questão, em termos metodológicos, utilizamos nessa pesquisa um cunho qualitativo na abordagem bibliográfica, fazendo uso dos principais textos das autoras em consonância com o Serviço Social. Como resultado, os principais achados foram entender a importância do encontro, do diálogo e, sobretudo, da interlocução das autoras em questão com o Serviço Social, no que diz respeito a contribuir e aprofundar a compreensão da luta antirracista, antissexista e anticapitalista para mulheres negras da classe trabalhadora. Esses pontos nos permitem vislumbrar um Serviço Social enegrecido e afrotalinoamericano, parafraseando os pensamentos de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez, respectivamente, como autoras que ocuparam um lugar central neste estudo em função dos debates impulsionados por elas em relação à condição das mulheres negras no país.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Intelectuais Negras; Serviço Social; Sueli Carneiro; Lélia Gonzalez.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to study the ideas of two Black Brazilian intellectuals, Sueli Carneiro and Lélia Gonzalez, based on the constitutive premises of the Brazilian capitalist social relation, such as racism, Black women, and social inequality mediated by social movements and struggles, which are fundamental to establishing connections, dialogues, and an encounter with Social Work. To achieve this, an intellectual effort was made to understand the authors' ideas by establishing connections with the assumptions of Brazilian Social Work in the context of social relations under the capitalist structure. Using Marxist criticism as a theoretical reference, this study questioned the racist, patriarchal, and social inequality relations attributed to societal processes during capitalist accumulation, emphasizing the protagonism of Black women in national and international historical events, as demonstrated by the authors. Thus, the study aimed at grasping the relations of exploitation and oppression experienced by Black women amidst capitalist traits, as well as their participation in social movements and in anti-capitalist struggles. In this sense, the central question adopted in this study was: "What is the importance and contribution of the ideas of Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro in the encounter with Social Work?" To answer this question, a qualitative methodological approach was used, relying on bibliographical sources, with a focus on the authors' main texts in line with Social Work. As a result, the main findings were the understanding of the importance of encounter, dialogue, and, above all, the conversation of the authors with Social Work, regarding their contribution to deepening the understanding of the anti-racist, anti-sexist, and anti-capitalist struggles for Black working-class women. These findings allow us to envision an Afro-Latin American and Black Social Work, paraphrasing the thoughts of Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro, respectively, as authors who played a central role in this study due to the debates they stimulated regarding the condition of Black women in the country.

Keywords: Black Women; Black Intellectuals; Social Work; Sueli Carneiro; Lélia Gonzalez.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BS	Baixada Santista
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DEOPS	Departamento de Ordem e Política Social
EFLAC	Encontro Feminista da América Latina e Caribenha
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
IES	Instituição de Ensino Superior
MNU	Movimento Negro Unificado
NERP	Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares
PBF	Programa Bolsa Família
PPGSSPS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Em primeira pessoa.....	14
CAPÍTULO I - DUAS ROSAS NEGRAS: trajetórias de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.....	24
I.1. Experiências individuais, trajetórias comuns.....	24
I.2. Sobre militâncias negras e feministas.....	29
I.3. Epistemicídio e amefricanidade: aportes teóricos sobre o racismo brasileiro.....	36
CAPÍTULO II – Primavera para as rosas negras.....	49
II.1. O lugar da mulher negra no movimento feminista.....	49
II.2. Sueli Carneiro: enegrecer o feminismo.....	56
II.3. Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano.....	66
CAPÍTULO III – ROSAS NEGRAS NA ARIDEZ DO DESERTO: diálogos com o Serviço Social.....	73
III.1. Nós, mulheres negras, objeto de caridade do Serviço Social?.....	73
III.2. Aportes de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez para o Serviço Social.....	85
III.3. Por um Serviço Social afro-latino-americano.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Semeando Suelis e Lélías.....	102
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO – Em primeira pessoa...

*O lugar em que nos situamos
determinará nossa interpretação sobre o duplo
fenômeno do racismo e do sexismo.*
Lélia Gonzalez

Esta dissertação de mestrado foi escrita em primeira pessoa, pois o tema está profundamente entrelaçado à minha própria trajetória. A pesquisa que deu origem a este texto surgiu diretamente do meu interesse em compreender a inserção da mulher negra na sociedade de classes. A aproximação com essa temática resultou das inúmeras preocupações acerca de meu destino pessoal como mulher negra que pretende seguir carreira no meio intelectual. Tais inquietações também estão relacionadas à minha participação efetiva em coletivos acadêmicos que discutem a questão racial atrelada às relações de gênero e às classes sociais, o que, por sua vez me levou às indagações acerca do lugar da mulher negra no Serviço Social, a começar pela ausência de intelectuais negras nos currículos do curso.

Na infância, conheci apenas uma professora negra no Ensino Fundamental e ela foi retirada da escola por reclamações frequentes dos pais de estudantes, majoritariamente brancos. Por anos não compreendi aquela situação, o que me causou profundo incômodo. Somente tempos depois, ao iniciar os estudos sobre questão racial, já na graduação, comecei a compreender aqueles fatos. O incômodo não desapareceu, pois notei a ausência de novas professoras negras para substituí-la. Na graduação em Serviço Social, e agora na pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, a situação não é diferente: quase não existem docentes negras no campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo. A mesma ausência pode ser notada nas leituras propostas nas disciplinas dos cursos de graduação e da pós-graduação, bem como nas matérias de outros cursos em que me matriculei, cujas bibliografias privilegiam autoras/es brancas/os e temas distantes da realidade de trabalhadores/as negros/as, em geral, e das mulheres negras, em específico. Se é rara a presença de intelectuais negras e negros no meio acadêmico, as pesquisadoras negras são uma raridade ainda maior.

Aproximando-me de coletivos de estudos na universidade, em especial do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares (NERP), o despertar para o assunto foi inevitável, o que me levou ao interesse por iniciar esta jornada para compreender os motivos da ausência das

mulheres negras como protagonistas de processos históricos e como intelectuais, cujas formulações teóricas são bastante relevantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração que alicerça a sociedade. A escritora negra estadunidense bell hooks¹ (2015), ao estudar o lugar das intelectuais negras nos Estados Unidos, observou que, frequentemente, mesmo as que têm formação universitária são desconsideradas ou percebidas como meras imitadoras das intelectuais brancas, retirando a possibilidade dessas mulheres serem responsáveis por contribuir, formular e reformular ideias. A autora enfatiza que a voz das mulheres negras era abafada, desconsiderada, silenciada e que só poderia ser ouvida se suas afirmações fizessem eco às visões do discurso dominante (hooks, 2015).

A mesma situação pode ser percebida com relação às intelectuais negras no Brasil? Responder a essa pergunta implica compreender o lugar da mulher negra na sociedade brasileira a partir do olhar de intelectuais negras, isto é, de mulheres negras que abordam a realidade socialmente comum às mulheres negras.

Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez são duas intelectuais de referência para o estudo de mulheres negras. Trata-se de duas teóricas que têm muito a contribuir para a compreensão do lugar destinado às mulheres negras na sociedade brasileira. Embora pesquisas apontem que as mulheres negras são as principais usuárias dos serviços do Sistema Único da Assistência Social (COSTA, 2017), um dos campos de atuação das/dos profissionais do Serviço Social, há pouco estudo na área sobre a relação entre mulheres negras e Serviço Social, assim como há pouca presença de intelectuais como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez nos currículos regulares do Serviço Social, nos quais a literatura apresentada ainda é, por vezes, desconhecida por parcela significativa da população.

Essa ausência me deu o impulso para querer participar de grupos de estudos sobre relações étnico-raciais onde foi possível compreender a dinâmica das vivências pessoais mesclada à minha condição de mulher negra e comecei, portanto, a me interessar pelas intelectuais negras brasileiras. Ainda na graduação, quando realizei uma pesquisa de Iniciação Científica, optei por investigar as trajetórias de quatro delas: Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Naquele momento, meu interesse era apenas o de conhecer suas trajetórias enquanto intelectuais negras. Na impossibilidade de fazer um aprofundamento dos estudos das quatro intelectuais, optei por duas que tiveram (e têm) uma atuação direta na luta contra o racismo, pela igualdade de gênero e étnico-racial e pela

¹ Pseudônimo de Gloria Watkins, escolhido pela autora como homenagem à sua bisavó Bell Blair Hooks. A grafia em letras minúsculas corresponde a uma posição política da autora, que prefere colocar em evidência suas ideias.

implementação de Políticas Públicas voltadas às mulheres negras: Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

A trajetória de ambas foi marcada pelo racismo, pela violência patriarcal e pela desigualdade social. De formas diferentes, as duas fizeram parte do Movimento Negro Unificado, uma das principais organizações negras do período de retomada das manifestações políticas no Brasil pelo fim da ditadura militar, criaram grupos de mulheres, participaram do Conselho da Condição Feminina (nos níveis nacional e estadual) e escreveram sobre mulheres negras. Na especificidade de suas experiências individuais, entrecruzam-se trajetórias comuns que, por sua vez, também se assemelham às experiências que, por mais únicas que possam ser, marcam a vida de cada mulher negra na sociedade brasileira.

A partir de então, aumentava a necessidade de conhecer mais o pensamento dessas duas intelectuais e, possivelmente, estreitar o diálogo com o Serviço Social. Havia a necessidade de saber em que medida os estudos delas poderiam aprofundar no Serviço Social reflexões sobre mulheres negras na sociedade brasileira, racismo, violência patriarcal atravessados pela desigualdade social entre as classes, sendo o Serviço Social composto por uma categoria profissional feminina e feminista, com uma presença cada vez maior de profissionais negras e com a manutenção histórica de mulheres negras como principais usuárias dos serviços e políticas. Ao mesmo tempo, são elas que protagonizam lutas sociais visando a supressão dos processos de opressão e exploração das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, adotamos como pergunta central: qual é a importância e a contribuição do pensamento de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez no encontro com o Serviço Social?

Procurar respostas para essa pergunta justifica o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado. As indagações iniciais levaram-me à necessidade de conhecer a trajetória dessas duas intelectuais negras brasileiras, que ganharam visibilidade na militância feminina negra nos últimos anos e cuja maior parte de seus estudos diz respeito à condição das mulheres negras no Brasil. Sueli Carneiro é filósofa, intelectual e ativista bastante cotejada pelas feministas e pelo movimento negro. Ela lançou recentemente a antologia *Escritos de uma vida* (2019), que reúne artigos publicados ao longo de sua trajetória, e viu sua biografia *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro* ser apresentada ao grande público por Bianca Santana (2021). A escolha por Sueli Carneiro ocorreu a partir de alguns aspectos importantes de seu percurso, que podem fornecer pistas necessárias para responder à formulação acima. Dentre eles, destacam-se: 1) suas contribuições teóricas, pois a autora estabelece vários conceitos fundamentais para a análise do racismo brasileiro, como o *epistemicídio* (CARNEIRO, 2005),

e para a compreensão das mulheres negras, como, por exemplo, a formulação de *matriarcado da miséria* (CARNEIRO, 2011); 2) seu engajamento nos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro Unificado e o Movimento de Mulheres Negras, de onde surge o debate com o feminismo hegemônico e sua proposta de *enegrecer* o movimento; 3) sua atuação no interior do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e no Programa da Mulher Negra dentro do Conselho Federal dos Direitos da Mulher; 4) sua dedicação em construir o *Geledés – Instituto da Mulher Negra*.

Lélia Gonzalez, por sua vez, também teve uma trajetória bastante densa do ponto de vista teórico e político. Ela foi professora, intelectual, ativista, filósofa, historiadora e antropóloga. Suas escritas acadêmicas e políticas foram reunidas em duas antologias recentes. A primeira intitula-se *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras* (2018), organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas, que fez um grande esforço para apresentar a grandeza das intervenções da autora. Foram reunidos 469 textos (artigos em jornais, capítulos de livros, ensaios, entrevistas etc.), além de uma apresentação detalhada feita por Raquel Barreto (2018), que estuda Lélia Gonzalez desde sua pesquisa de mestrado. A segunda trata-se da coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), organizada por Flavia Rios e Márcia Lima, para as quais os textos selecionados expõem “de forma mais robusta e erudita a sua formação intelectual” (RIOS; LIMA, 2020, p. 9). As duas organizadoras optaram por textos veiculados na imprensa alternativa em tempos de ditadura militar e livros não mais encontrados nem em forma física nem virtual. O conjunto leva Rios e Lima (2020) a apresentarem Lélia González como a intelectual mais expressiva do século XX.

Assim como para a primeira autora, a escolha por Lélia Gonzalez ocorreu, em especial, a partir de quatro elementos constitutivos de sua obra: 1) seus estudos sobre o racismo e o sexismo na cultura brasileira, que a levaram a examinar de perto a divisão racial do trabalho; 2) suas investigações sobre a continuidade dos estereótipos acerca da mulher negra, que deram a ela uma visão sobre o papel fundamental da *mãe preta*; 3) suas análises sobre o feminismo hegemônico que, a despeito das importantes conquistas, não considerava as especificidades das mulheres não brancas, dando surgimento à categoria político-cultural de *amefricanidade*; 4) sua atuação no Movimento Negro Unificado, no Movimento de Mulheres Negras e no Conselho Federal dos Direitos da Mulher.

A partir das trajetórias e das construções teórico-políticas das duas autoras foram realizadas aproximações suscetíveis de responder à questão que direcionou a pesquisa: qual é a importância e a contribuição do pensamento de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez no

encontro com o Serviço Social? Na busca das respostas foram identificadas diversas aproximações, as quais optamos por agrupar em duas grandes aproximações/contribuições: teórico e política, que tecem o encontro e dialogam com o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. Em ambas as autoras identificamos contribuições teórico-políticas com fundamentos marxistas centradas nas condições de vida e trabalho de mulheres negras discriminadas e subalternizadas na sociedade brasileira, na violência patriarcal, no racismo atravessado pela desigualdade social (luta de classe), mas não sem reação dos movimentos sociais que fazem as lutas de resistência no combate ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo. Na particularidade do pensamento das autoras Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, as suas maneiras inovam, respectivamente, no enegrecimento do pensamento feminista, contribuindo para que as demandas das mulheres negras sejam percebidas e articuladas junto às demandas das mulheres brancas; e na amefricanidade, com o foco de compreender a experiência africana comum entre negras e negros da diáspora africana e das gerações futuras, sem perder a identidade para se tornarem unicamente povos americanos.

São aproximações e contribuições que no encontro com o Serviço Social – profissão e área de conhecimento que pensa, estuda e intervém na realidade com a perspectiva de transformação social, por novas relações de sociabilidade sem opressões, explorações, antirracista, anticapacitista, antilgbtfóbica – as autoras abrem outras chaves conceituais e políticas que nos auxiliam a compreender e aprofundar os processos sociais, ainda muito enraizados na formação histórica e da sociabilidade capitalista. Além disso, as autoras, pelas inserções políticas de representações dos movimentos sociais, compuseram órgãos de formulações de políticas sociais, como, por exemplo, o Conselho Estadual de São Paulo e o Conselho Federal da Condição Feminina, que experienciaram a vivência de formulação e implementação de ações de políticas sociais com vistas a superar os preconceitos e as péssimas condições de vida das mulheres negras.

A perspectiva é que o Serviço Social no Brasil, assim como o desejo de Lélia Gonzalez quanto ao feminismo, compreenda-se como afro-latino-americano, no sentido de que o país é descendente de África e que nessa diáspora não pode desaparecer a compreensão originária, sobretudo de negras e negros habitantes não apenas do Brasil, mas de todos os países da América Latina que foram colonizados. Após o Congresso da Virada, movimento importante para a profissão que ocorreu no final dos anos 1970, onde se lutou pela democracia em meio a Ditadura Militar e pela defesa de direitos, a profissão teve muitas modificações e avanços quanto a uma perspectiva crítica. Urge que uma profissão pautada em desejos por

emancipação humana, avanços humanitários, que luta pelos direitos assegurados da população continue se fortalecendo quanto aos temas que aparecem cotidianamente nos espaços da sociedade, como os tratados nesse texto: gênero e raça, sob o pano de fundo da discussão de classe.

Tanto Sueli Carneiro quanto Lélia Gonzalez tiveram suas vidas marcadas pelo racismo, pelo patriarcado e pela desigualdade social, como a grande maioria das mulheres negras, e problematizaram a temática, o que lhes rendeu muitas tensões junto aos movimentos em que militavam. Elas tiveram que lidar com o feminismo, cujas lutas contra a desigualdade de gênero não se expandiram ao combate ao racismo; e com o machismo no interior do movimento negro, onde muitos camaradas antirracistas permaneceram machistas e violentos com suas companheiras negras.

Para as mulheres negras, de um lado, o caráter universalizante do discurso feminista impedia a percepção das desigualdades raciais; e, de outro, a participação nos movimentos negros trazia outra dimensão do problema: as práticas sexistas e machistas dos homens que lideravam tais movimentos, evidenciando que a luta contra o racismo era ineficaz se não fosse atrelada à luta contra o machismo. (GONÇALVES, 2018b, p. 13)

Além das reflexões das próprias autoras, foram utilizados: 1) artigos sobre elas, especialmente as biografias de Lélia Gonzalez, escritas pela dupla Alex Ratts e Flávia Rios (2010), e de Sueli Carneiro, escrita por Rosane Borges (2009) e por Bianca Santana (2021); 2) pesquisas no interior do Serviço Social que tenham Gonzalez e Carneiro como referencial teórico, como, por exemplo, o artigo “Vozes negras potentes: breve ensaio sobre a luta plurissecular das mulheres negras no Brasil” (CONCEIÇÃO; CARLOS; PETRONE, 2021), que apresenta uma análise do apagamento epistemológico de três intelectuais negras: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento; outro exemplo é o artigo “Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo” (GONÇALVES, 2021), que chama a atenção para a urgência da inserção de disciplinas transversais que, ao longo da formação em Serviço Social, abordem o racismo, o antirracismo, a branquitude², as resistências negras e as organizações de mulheres negras.

Todas as reflexões de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez ou sobre elas e/ou em diálogo com elas são significativas para a interlocução com o Serviço Social, pois, como identificado por Márcia Eurico (2013), trata-se de uma profissão que tem uma parcela de responsabilidade

² Trata-se, em modo geral, da identidade racial branca de maneira simbólica, subjetiva e objetiva de privilégios das pessoas brancas que reforçam o preconceito racial contra as pessoas negras.

na perpetuação do racismo por reproduzir o silêncio quanto a isso na sociedade quando não considera as questões específicas da população negra. No entanto, essa mesma profissão, contraditoriamente, ao trabalhar com as relações sociais, pode reproduzir ou não o racismo, o silêncio das violações de gênero, raça/etnia quando não considera os direitos humanos e as questões específicas de atenção e promoção de políticas sociais para a população negra. Buscou-se, nesse contexto, problematizar, politizar e sinalizar respostas para saber em que medida os escritos dessas intelectuais fazem parte da urgência de pensar estratégias para a questão étnico-racial no Brasil e, a partir disso, pensar políticas sociais/públicas para o grande contingente de mulheres negras que acessam os programas sociais.

Examinar o pensamento das autoras implica voltar o olhar para a área de Serviço Social que, desde a sua gênese e durante um longo período, não considerou como prioritário estudar problemas referentes à questão racial (PINTO, 2003). Ao mesmo tempo, após o Congresso da Virada, com o processo de ruptura com o Serviço Social conservador e mais recentemente, a área tem, aos poucos, buscado aprofundar os estudos étnico-raciais na busca por uma sociedade antirracista.

Quanto à pesquisa para encontrar as respostas procuradas, uma realidade não pode ser apreendida por meio da simples observação a olho nu, tampouco um método pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos a ser desenvolvido; trata-se de uma postura que a pesquisadora adota no decorrer do processo de investigação, sendo o materialismo histórico-dialético o método mais adequado para conhecer a realidade ou, melhor, o movimento do real. Como observou Marx (2008, p. 47), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”, o que significa que as determinações materiais da vida não podem ser tomadas de maneira a-histórica, como realidades imutáveis. O materialismo não pode abrir mão da perspectiva histórica, assim como não pode abandonar seu caráter dialético, que percebe o mundo em movimento, em constante processo contraditório. A importância de ambos caminharem juntos, nesse sentido, agrega para o presente texto e para a compreensão de sociedade existente na época das autoras e também nos dias de hoje.

O autor, que compreendeu esta formulação proposta por Hegel, foi além. Ele percebeu que o homem se exterioriza, se transforma, ao mesmo tempo em que transforma seu meio. Ele não apenas contempla de maneira abstrata a realidade, mas age sobre ela (NETTO; BRAZ, 2006). Assim, a orientação essencial do pensamento de Marx fundamenta-se na ontologia e não no conhecimento como processo de pura abstração. A mesma dinâmica do conhecimento

sobre determinada realidade contribui para a transformação desta, na medida em que ela está em constante movimento.

Isso significa que a atividade de pesquisa não é uma tarefa fácil. Consiste em um processo bastante complexo e que implica o exercício da abstração, na medida em que a realidade não pode ser apreendida somente por meio da simples observação. É preciso desvendar seu movimento interno, a estrutura que move a realidade a ser investigada. O materialismo histórico-dialético possibilita captar determinações do movimento da realidade, que age independentemente da consciência do/a pesquisador/a. Este/a poderá recorrer às técnicas ou procedimentos metodológicos para uma melhor apreensão da realidade a ser estudada. Assim, o caminho metodológico escolhido foi o da pesquisa qualitativa a partir do materialismo histórico dialético. De acordo com Minayo (2001), esta modalidade corresponde a:

questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível. (MINAYO, 2001, p. 22)

Ao recorrer à pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, foi possível examinar a produção escrita (livros, capítulos, ensaios, artigos, textos em jornais etc.) de e sobre Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, com vistas à compreensão de seus aportes sobre a condição das mulheres negras na sociedade brasileira, pois essa metodologia “explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela (MINAYO, 1994, p. 22). O mesmo recurso metodológico foi adotado para compreender se existe e, no caso afirmativo, de que forma ocorre o debate sobre relações étnico-raciais e, mais especificamente, sobre mulheres negras, no interior do Serviço Social. Essa perspectiva possibilitou abordar um leque amplo de reflexões, que têm como ponto de partida as vivências das duas autoras ou, como sugere a escritora e ativista Conceição Evaristo (2017), as *escrevivências*, para se referir à especificidade da escrita e à percepção de mulheres negras sobre si e sobre determinadas relações em que elas e tantas outras mulheres negras estão inseridas.

As principais obras que foram analisadas para a pesquisa são “Por um feminismo afrolatinoamericano”, “Lélia Gonzalez – Retratos do Brasil Negro”, “Lélia Gonzalez – Primavera para as rosas negras” para análise da vida e obra Lélia Gonzalez; “Escritos de uma

vida”, “Continuo preta – A vida de Sueli Carneiro”, “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”, para análise da vida e obra de Sueli Carneiro, além de textos de outros importantes nomes já presentes no Serviço Social, como “Relações Sociais e o Serviço Social” de Marilda Villela Iamamoto, “Capitalismo monopolista e Serviço Social” de José Paulo Netto, “O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros”, de Elisabete Aparecida Pinto, “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”, de Márcia Campos Eurico, “Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras!” e “Quando a questão racial é o nó da questão social”, de Renata Gonçalves.

O material coletado foi examinado por meio da Análise de Conteúdo, isto é, um conjunto de técnicas da comunicação textual como ponto de partida e de onde são coletadas informações que só fazem sentido quando implicam ao menos uma comparação. Com efeito, escreve Claudinei Campos, “um dado sobre o conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria” (2004, p. 613). Essa escolha metodológica possibilitou um processo dinâmico na pesquisa capaz tanto de compreender a mensagem explícita na produção textual das duas intelectuais negras selecionadas para o estudo quanto de fazer emergir sentidos e significações que não são aparentes ao acaso. Como escreveu Marx (2017, p. 664), “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.

A partir dos conteúdos das obras principais de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez trabalhamos com conceitos cunhados por elas que permitem compreender a condição das mulheres negras no Brasil; propostas de políticas públicas voltadas a este segmento formuladas pelas autoras; contribuições das autoras para a área etc. Foi possível, nesse aprofundamento teórico, cotejar esses conteúdos com a produção científica dos últimos anos no Serviço Social em diálogo com as autoras, como nos textos já destacados acima.

Assim, esta dissertação de mestrado será dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “Duas rosas negras: trajetórias de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez”, apresentamos tanto as experiências individuais das autoras quanto as trajetórias comuns que atravessam suas vidas, como oriundas da classe trabalhadora negra brasileira, filhas de famílias que tiveram de lidar com a pobreza, com o racismo e com a violência patriarcal entranhados na sociedade brasileira. Suas vivências lavaram-nas a se inserirem organicamente ao menos em dois grandes movimentos sociais que ganhavam visibilidade no país nos anos de 1970-1980: o movimento negro e o movimento feminista. Suas reflexões e ações foram traduzidas em importantes

contribuições teóricas que transformaram Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez em duas grandes intérpretes do pensamento social brasileiro.

O segundo capítulo, parafraseando Lélia Gonzalez, foi nomeado como “Primavera para as rosas negras”. As duas autoras, em profundo diálogo com outras intelectuais negras, problematizam o lugar da mulher negra no movimento feminista brasileiro. Embora este movimento tenha sido (e seja) um dos mais importantes na luta contra a opressão feminina, naquele momento e, infelizmente, ainda hoje, o feminismo colocava no centro de suas ações e análises a condição da mulher-modelo-universal: em geral, branca e de classe média. A pauta das mulheres negras praticamente inexistia, já que quem cuidava das/os filhas/os das mulheres negras quando estas saíam e saem para cuidar das/os filhas/os das mulheres brancas? As reflexões de Sueli Carneiro vão conduzi-la a propor o enegrecimento do feminismo, enquanto as análises de Lélia Gonzalez levam-na a conceituar a emergência de um feminismo afro-latino-americano.

Por fim, no terceiro e último capítulo, denominado “Rosas negras na aridez do deserto: diálogos com o Serviço Social”, após uma análise sobre o lugar das mulheres negras no Serviço Social – seríamos nós, mulheres negras, apenas objeto de caridade?–, apresentamos os aportes de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez para o Serviço Social, especialmente quando estas estiveram presentes nos Conselhos da Condição Feminina, uma no âmbito federal e outra na esfera estadual de São Paulo. Procuramos basear isso em diálogo com essas autoras e com o movimento do real, isto é, com a articulação de mulheres negras no Brasil, mas também no interior da profissão. Encerramos o capítulo vislumbrando um Serviço Social afro-latino-americano.

CAPÍTULO I - DUAS ROSAS NEGRAS: trajetórias de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez

I.1. Experiências individuais, trajetórias comuns

Nascidas em meio à classe trabalhadora, a condição de pobreza marcou profundamente as infâncias de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez. No dia primeiro do mês de fevereiro do ano de 1935, em Belo Horizonte, em uma grande família de dezoito filhos, nasceu Lélia de Almeida, a décima-sétima filha do senhor Accacio, um ferroviário negro, e da dona Urcinda, uma empregada doméstica de ascendência indígena.

Enquanto a menina Lélia teve de migrar com sua família para a cidade do Rio de Janeiro em 1942, aos oito anos de idade, a menina Aparecida Sueli Carneiro Jacoel nasceria oito anos depois, no dia 24 de junho de 1950, na Vila Bonilha, região da Lapa, na capital paulistana. Ela era a primogênita dentre os sete filhos do senhor Horácio, um ferroviário negro semianalfabeto, e de dona Eva, uma costureira negra. A família de Lélia precisou se deslocar com os parentes da capital mineira para a carioca com o objetivo de saírem da extrema pobreza e se juntarem ao irmão mais velho, que se tornara jogador de futebol do Clube de Regatas Flamengo.

A condição de mulheres negras foi sentida muito cedo pelas duas. Lélia cresceu em um ambiente sobre o qual ela escreveria mais tarde ao enfatizar que a sociedade naturaliza que meninas negras sejam empregadas domésticas ainda na infância: “Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo” (GONZALEZ, 1986, p. 8). Sueli, por sua vez, cresceu vendo a exploração e a submissão de corpos femininos e tinha dentro da sua casa o exemplo de sua própria mãe, pois o senhor Horácio, o pai, não permitia que a esposa trabalhasse fora de casa. Depois de certo tempo exercendo a profissão, dona Eva teve de abandonar a costura para servir ao marido e ao lar, assumindo sozinha os afazeres domésticos. O exemplo machista que teve com o pai e os conselhos que recebeu da mãe despertaram em Sueli percepções que a acompanham até hoje, além do assunto ser objeto de suas análises posteriores. Talvez resida nisso seu interesse em escrever sobre a condição das mulheres negras brasileiras em uma sociedade de classe, patriarcal e racista.

O choque sobre a dominação masculina despertou em Sueli a necessidade de aprender a se defender como menina e, logo que passou a frequentar a escola, como criança negra, o que lhe rendeu o estigma de briguenta: “Sempre fui uma menina peralta, valente e briguenta.

Tinha, para os padrões convencionais, um comportamento de menino.” (BORGES, 2009, p. 25). Com este perfil destacava-se na escola para proteger a si e a seus irmãos.

Tive a responsabilidade de defender meus irmãos, de cuidar deles. Se um irmão chegasse em casa chorando porque alguém tinha batido, não tinha dúvidas: ia lá, vingava e batia. Esse era o perfil da menina que eu era: pouco afeita a brincar de boneca e desempenhar funções designadas para ‘garotas’ e a me comportar como elas. (BORGES, 2009, p. 25)

Sueli teve a oportunidade, ainda na infância, de ser alfabetizada por Eva, que tinha muito apreço pela leitura (SANTANA, 2021). Lélia, ao contrário, pertencia a uma família em que a leitura não fazia parte do cotidiano. Seus irmãos e irmãs foram à escola até o segundo ano do ensino fundamental. A maioria das/os filhas/os de trabalhadoras/es negras/os não podia frequentar a escola, tendo de vender sua força de trabalho desde a tenra idade. Lélia, porém, beneficiou-se da ascensão social do irmão e teve a possibilidade de estudar em um dos melhores colégios cariocas (RATTS; RIOS, 2010). A paulistana, por sua vez, foi estudar em um colégio no largo da Lapa, em São Paulo. Ali percebeu o quanto a escola era um lugar de crianças brancas e foi onde também teve o primeiro contato explícito com o racismo. Apesar de ser boa aluna, a escola não era o local que a atraía. A esse respeito, Bianca Santana escreveu que: “Sueli frequentava a escola, tirava boas notas, mas as relações que importavam a ela não estavam ali. Pelo contrário, sentia-se permanentemente convocada a provar sua capacidade” (SANTANA, 2021, p. 47).

O racismo também marcou a vida de Lélia Gonzalez. Ela percebeu o quanto o discurso pedagógico brasileiro foi responsável por sua lavagem cerebral, pois, à medida que aprofundava seus conhecimentos, segundo a autora, mais rejeitava sua condição de mulher negra. Na faculdade, como ela ressalta, “já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida” (GONZALEZ, 2018, p. 82). Tornou-se a “pretinha legal, muito inteligente, [que] os professores gostavam”. Para ser aceita, “usava peruca, esticava o cabelo, gostava de andar como uma *lady*” (GONZALEZ, 2018, p. 82).

Sueli Carneiro, após a conclusão do ensino regular nas escolas que teve a oportunidade de frequentar, ingressou em 1971 no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), ano em que também prestou concurso público para auxiliar de escritório na Secretaria da Fazenda. Formou-se em 1980 e prosseguiu para o mestrado na mesma área. A oportunidade que teve de entrar em contato com filósofos africanos desconhecidos pelo povo negro e ocultados no ambiente acadêmico a levou a refletir sobre a estrutura racista da academia e a elitização dos intelectuais brancos, que também não privilegia estudos advindos de pessoas negras. Essa percepção a conduziu a fazer uma tese de doutorado sobre o epistemicídio,

intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* e defendida em 2005 na mesma instituição.

Lélia Gonzalez tem em seu currículo inicial duas graduações: formou-se “em História e Geografia em 1958 e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)” (BARRETO, 2018, p. 15). Além disso, cursou mestrado em Comunicação Social e fez doutorado em Antropologia Política (PIRES; GONÇALVES, 2020, p. 28). A autora ainda se voltou para os estudos da Psicanálise lacaniana que a ajudaram a compreender a neurose do racismo à brasileira. Com essa formação e podendo também contar com sua fluência em inglês, espanhol e francês, Lélia lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e foi professora de Cultura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

A vida amorosa de Lélia e de Sueli foi marcada pela tensão racial. Ter o próprio salário ajudou Sueli a aliviar os problemas financeiros da família e ela pôde pela primeira vez comprar uma peruca, o que possibilitou abandonar as tranças da infância e as torturas do pente de ferro, dando “um basta nos alisamentos” (SANTANA, 2021, p. 65).

Na festa de aniversário de um grande amigo, em 1971, Sueli conheceu Maurice Jacoel. Hesitou em aceitar o convite para uma dança e foi direta: “Não gosto de branco”; ao que o persistente rapaz respondeu que também não gostava (SANTANA, 2021). Após uma, duas, três danças, para a surpresa de Sueli, o rapaz começou a falar sobre cultura negra e, em especial, sobre o candomblé. Começaram a namorar. Porém, “todo o lirismo e encantamento que acometem os casais em início de idílio foram abalados pela repercussão negativa que o relacionamento causou na família” (BORGES, 2009, p. 41).

Aquela escolha representava um tabu na família de Sueli. A casa veio a baixo. Houve uma furiosa decepção coletiva: a mãe dela entrou em pânico; o pai a repreendeu de forma estrondosa; os irmãos seguiram o mesmo descontentamento. Apesar de se sentir culpada, Sueli decidiu reagir e defender sua liberdade e autonomia. Os pais e os irmãos haviam extrapolado todas as fronteiras possíveis e ela não podia permitir que decidissem por ela sobre com quem se casaria. Com relação à família de Maurice, a situação não foi menos difícil. Judeus, os pais

evocaram todos os argumentos raciais e religiosos de que dispunham para convencer o filho de que o casamento jamais daria certo. Como eles acreditavam firmemente que era uma instituição para o resto da vida, sugeriram que, em vez de casar no papel, os jovens morassem juntos, assim já iam vendo se era isso mesmo que queriam (SANTANA, 2021, p. 72).

Com Lélia Gonzalez, o racismo foi bem mais trágico. Antes de enegrecer, como a maioria das mulheres negras do século XX no Brasil, Lélia passou por um profundo processo de embranquecimento: alisava os cabelos, usava peruca etc. Sem compreender a estrutura racista da formação social brasileira, ela fazia de tudo para ser aceita no seio da classe média branca.

Segundo Gonçalves (2020), esse procedimento “não foi suficiente para que Lélia Gonzalez fosse tratada como parte do seletivo grupo da branquidade. Todo o esforço que fez para adotar a estética da branquidade não a protegeu da dor do racismo” (GONÇALVES, 2020, p. 225). A própria Lélia descreve seu casamento como a representação da polarização das relações raciais no Brasil:

Mas quando chegou a hora de me casar, eu fui me casar com um cara branco. Pronto, daí aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso da ‘democracia racial’ veio à tona, e foi um contato direto com uma realidade muito dura. A família de meu marido achava que nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de ‘concubinação’, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio um pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa ‘prostituta’, numa ‘negra suja’ e coisas desse nível... (GONZALEZ, 2021, p. 286-287).

Enquanto a família de Maurice percebeu que a relação do filho com Sueli era irreversível, passando a tratar bem a futura nora, a família de Luiz Carlos jamais aceitou o casamento com Lélia, tornando a relação insuportável ao ponto dele suicidar-se.

Essa tragédia pessoal marcou para sempre a vida de Lélia Gonzalez, que começou a trilhar o caminho de volta às suas origens procurando enegrecer, o que “significou uma profunda mudança pessoal, estética, teórica e política” (GONÇALVES, 2020, p. 226). Como a própria Gonzalez observou:

A partir daí, fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em Filosofia, transando uma forma cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas, enfim, voltei às origens, busquei as minhas raízes (GONZALEZ, 2018, p. 83).

A autora então resolveu adotar o nome do marido tornando-se, então, Lélia Gonzalez, como homenagem a Luiz (RATTS; RIOS, 2010, p. 53). Desse episódio doloroso, surgiu seu interesse pela Psicanálise. Inicialmente, ela procurou a análise para lidar com as questões que haviam ficado nubladas quanto ao segundo homem com quem se relacionou, Vicente Marota. Ele era negro de pele clara e não se reconhecia como tal, pelo contrário, buscava negar as origens que o ligassem à cultura e ao estereótipo negro a todo custo. Lélia, submersa nessa

situação, não entendia como o marido anterior, Luiz, que era branco, a incentivou tanto no estudo das questões raciais e no próprio reconhecimento dela como mulher negra e Vicente não a apoiava e, além disso, se afastava de quaisquer manifestações da cultura negra (RATTS; RIOS, 2010). Com o passar do tempo, o que era apenas para compreensão pessoal, por conta da situação conjugal conflituosa, transformou-se em interesse de estudos sobre a psicanálise.

Lélia percebeu que a psicanálise era uma oportunidade não apenas de se conhecer mais e se reconhecer em sua negritude, tendo sua atenção chamada para os mecanismos de racialização, mas também compreendeu que estava diante de uma potencial compreensão do funcionamento da própria neurose da sociedade racista. Assim, “participou da Fundação do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, que viria a ser um dos principais centros de propagação do pensamento psicanalítico em sua vertente lacaniana no país” (RATTS; RIOS, 2010, p. 61). Seu envolvimento com organizações políticas se consolidou naquele momento, final dos anos de 1960.

Lélia passou a ser observada pelo Departamento de Ordem e Política Social e informações sobre ela aparecem pela primeira vez nos fichários do órgão em 1972, quando foi solicitada a averiguação sobre seu possível envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista”, na Universidade Gama Filho, onde lecionava Filosofia (GONÇALVES, 2021, p. 79).

O envolvimento político de Sueli Carneiro deu-se por outras vias. Seu casamento com Maurice foi marcado por simbolismos, era praticamente um ato de rebeldia contra o racismo. O apartamento em que foram morar no centro de São Paulo acolhia muita gente, inclusive quem precisava se esconder dos militares (SANTANA, 2021). Eles hospedaram um casal de amigos que vivia na clandestinidade desde 1969. Como Sueli e Maurice não faziam parte de organização política alguma, “abrigar o casal em situação temerária era um modo de colaborar com a resistência” (SANTANA, 2021, p. 77). Isso, porém, não passou despercebido pelo Departamento de Ordem e Política Social (DEOPS).

As trajetórias individuais de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez pareciam seguir os mesmos rumos, mas por caminhos distintos. As encruzilhadas do racismo, do sexismo e da exploração capitalista de classe as colocariam em um mesmo universo de lutas no final dos anos de 1970, quando nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo seria anunciado o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU).

I.2. Sobre militâncias negras e feministas

No final dos anos 1960, Lélia Gonzalez, em decorrência da compreensão de que queria trilhar o caminho do embranquecimento pelo qual passara até ali, iniciou a consolidação de experiências que mais tarde seriam teorizadas em seus escritos. A essa altura ela já estava envolvida em movimentos e organizações políticas. As dores que sofreu enquanto mulher negra, uma vez que a tentativa de embranquecer não deu conta de protegê-la, foram sentidas profundamente e passaram a ser objeto de intervenções políticas e dos estudos da autora (GONÇALVES, 2020).

O contexto era o de Ditadura Militar, que ocorreu entre 1964 e 1985, culminando em um significativo retrocesso para a democracia do país. No final dos anos 1970, houve uma grande comoção em São Paulo após o assassinato de um homem negro “acusado de roubar frutas em uma feira, foi preso no Distrito Policial de Guaianazes e recebeu tanta tortura que morreu” (SANTANA, 2021, p. 95). Gonzalez (2018) menciona também o episódio de outros quatro meninos negros que foram impedidos de treinar vôlei em um clube infantil no Tietê sem explicações que não culminassem no racismo. Diante dessa situação, um grupo de pessoas que até então estavam fazendo discussões isoladas quanto à questão racial, organizou-se para fazer uma manifestação relacionada aos ocorridos, visto a necessidade que se colocava naquele momento.

No dia 7 de junho de 1978, esse grupo, somado a aproximadamente 2 mil pessoas, reuniu-se nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, onde Sueli e Lélia estiveram presentes. Esse ato foi um marco no início do que é conhecido hoje como Movimento Negro. Militantes como Abdias Nascimento, Neusa Maria Pereira e Milton Barbosa também estiveram presentes. Foi uma manifestação sem violências e sem repressões policiais.

Naquele dia [18 de junho de 1978] decidiram pela criação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, que depois, por sugestão de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, foi nomeado Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, posteriormente Movimento Negro Unificado (SANTANA, 2021, p. 95).

O ato representou “uma virada de paradigmas no movimento negro brasileiro, uma inflexão poderosa na discussão de raça e classe. A liderança toda de esquerda, socialista, possibilitou a vinculação do movimento a uma práxis marxista” (SANTANA, 2021, p. 96). Esse movimento ajudaria, então, a combater a ditadura militar e a revolucionar aquele período a partir de um protagonismo negro. Os objetivos eram denunciar o racismo, o mito da democracia racial e as violências policiais.

Após a formação do MNU, Lélia Gonzalez

assumiu o cargo de diretora executiva na primeira eleição da Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, ainda em 1978. Dali em diante, trabalhou na articulação e, em especial, na formação política dos ativistas, por meio de palestras, cursos, reuniões e produções de textos, que eram divulgados em diferentes espaços e, sobretudo, na imprensa negra, em particular no jornal do MNU (RATTS; RIOS, 2010, p. 84).

A autora também aproximou-se do Movimento Negro do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo. Desse último, foi uma das fundadoras junto a outros nomes importantes para as lutas negras (RATTS; RIOS, 2010). No caminho de articular-se ativamente aos movimentos que pensavam as questões negras, além de questionar a democracia racial propagada pelo Brasil, Gonzalez também foi uma das responsáveis por reivindicar a data de 20 de novembro como comemoração da liberdade marcada por lutas do povo negro (GONÇALVES, 2020).

Ao contrário de Sueli Carneiro Lélia Gonzalez nunca foi militante no Movimento Negro Unificado. No entanto, esse foi um importante ponto de convergência entre as duas estudiosas. Além da trajetória de Sueli ser fortemente marcada por estar presente no primeiro ato do Movimento, que foi documentado, fotografado e é referência até hoje para militantes e ativistas negros, o MNU foi muito importante para os caminhos que ela seguiu e para as discussões que faria futuramente, além da expansão da compreensão política da autora.

Para Gonzalez, o MNU teve significativa importância, sobretudo em um momento em que ela se entendia cada vez mais como mulher negra e passava a pensar e teorizar em seus escritos as questões a esse respeito em uma sociedade racista, patriarcal e classista. Sueli, quanto a ela, “já era suficientemente feminista para perceber o sexismo que pairava por ali. Percepções e incômodos que ainda não estavam formulados” (SANTANA, 2021, p. 99). O incômodo da intelectual ia de encontro com as percepções que Lélia vinha formulando enquanto alternativas para pensar na questão da mulher negra. Com a “nova onda” do feminismo no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1970, surgiram novas discussões que abrangeram as vivências e os direitos das mulheres. A importância do movimento foi significativa, pois “se por um lado lutou contra a ditadura militar, por outro lutou também contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer” (MELO; SCHUMACHER, p. 01) Todavia, esse movimento ainda não acolhia as mulheres negras, tampouco suas pautas mais específicas.

Apesar de compor, de compactuar com uma agenda comum e de se fortalecer junto ao Movimento Negro, Lélia não demorou para perceber e se incomodar com os aspectos machistas presentes em sua estrutura. “A formação de núcleos femininos contemporâneos

com fins políticos ocorreu no interior do Movimento Negro no final dos anos 1970” (RATTS; RIOS, 2010, p. 95). As pautas sobre as mulheres eram urgentes não somente para as autoras, mas também para as demais mulheres que começavam a notar a necessidade de uma participação feminina mais efetiva no interior do MNU. Elas começaram a perceber que as mulheres negras estavam contraditoriamente excluídas dentro do próprio movimento que deveria acolhê-las. Além disso, sentiam outro incômodo: as esposas dos militantes eram, em sua maioria, mulheres brancas e as reivindicações e o olhar deles para as necessidades reais das negras eram praticamente inexistentes e “embora as mulheres negras fossem companheiras e colaboradoras de luta, a mulher branca tinha forte presença no imaginário masculino negro.” (RATTS; RIOS, 2010, p. 95).

Lélia Gonzalez, compreendendo as implicações desse cenário patriarcal, se dispôs a participar das primeiras reuniões das mulheres negras cariocas do movimento negro entre 1973 e 1974, onde foi muito bem recebida e respeitada. A partir daí, ela começou a redigir textos e a realizar palestras sobre as pautas que ali eram tratadas. (RATTS; RIOS, 2010). Na década de 1980, surgiram outros coletivos autônomos que pensavam questões particulares relativas à existência negra feminina (GONZALEZ, 2020), como o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, que sentiam cada vez mais a necessidade de autonomia enquanto coletivo de mulheres negras. Para isso, era preciso se desvincular em alguma medida do movimento negro, que continuava a reproduzir práticas e discursos sexistas, e também do movimento feminista, que não se atentava para a questão do racismo, reproduzindo e/ou naturalizando práticas racistas.

A militância de Sueli Carneiro também desabrochou mais para o lado das questões da mulher negra e dos direitos humanos. Djamila Ribeiro destaca que a autora “é um patrimônio histórico, cultural e político que desbravou matas e caminhos para a propagação do pensamento feminista negro e a luta por marcos civilizatórios e humanitários” (RIBEIRO, 2020). Nesta mesma direção, Renata Gonçalves (2020, p. 225) apresenta Lélia Gonzalez como “uma intelectual ousada, de risada solta, de forte presença no Movimento Feminista, no Movimento Negro, no Movimento de Mulheres Negras”. A presença marcante de ambas no cenário político brasileiro deu a elas um papel de destaque na luta pela redemocratização do país e nos posteriores espaços de gestão voltados para as políticas públicas.

Após o término da Ditadura Militar, os setores e entidades progressistas começaram a formular propostas governamentais. Ainda que parte das feministas de São Paulo defendesse que o movimento não deveria se envolver com o governo com vistas a garantir sua autonomia,

outras feministas do estado se organizaram para elaborar e apresentar suas reivindicações ao candidato ao governo do estado André Franco Montoro (MDB). Este, ao se eleger, criou, em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. No entanto, esse Conselho foi criado sem a participação de mulheres negras, o que causou uma revolta pública de algumas delas na época. Sueli, que havia sido eleita conselheira, ao se atentar a isso, uniu-se a outras mulheres também incomodadas com essa ausência e criou o Coletivo de Mulheres Negras.

No mesmo ano da criação do Conselho em São Paulo, Lélia Gonzalez criou no Rio de Janeiro o Nzinga³ Coletivo de Mulheres Negras, do qual foi coordenadora. A escolha do nome, segundo Gonzalez (2020, p. 108), “tem a ver com a nossa preocupação de resgatar um passado histórico recalcado por uma ‘história’ que só fala dos nossos opressores. A famosa rainha Jinga (Nzinga) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola”. À época, tanto o movimento feminista como o movimento negro percebiam a necessidade de se aproximarem das camadas mais precarizadas da sociedade. Porém, a tarefa não era tão simples assim. A experiência do Nzinga, no entanto,

alcançou algo singular: de um lado, formou-se um agrupamento político de mulheres de diferentes posições sociais (moradoras do morro e de bairros de classe média, tranalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária); de outro, reuniram-se experiências diversas de formação associativa (mulheres oriundas do movimento feminista, do movimento negro e dos movimentos de bairro e de favelas etc.) (RATTS; RIOS, 2010, p. 98).

Gonzalez cultivou uma intensa relação com o movimento feminista nacional, de onde recolheu as reflexões sobre as desigualdades entre homens e mulheres, e avançou introduzindo as análises sobre as determinações de classe, raça e sexo. A força política e intelectual de Lélia a transformou em algo muito maior que seus dois movimentos de origem: o negro e o feminista (RATTS; RIOS, 2010). A esse respeito, Luiza Bairros escreveu:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras (BAIRROS, 2018, p. 426-427).

³ O nome do grupo era uma referência ao nome de uma rainha africana que lutou contra o poder colonial em Angola.

Lélia se movia como o vento de Iansã. Ela chegou ao movimento feminista trazendo na bagagem as experiências dos terreiros, as leituras de Simone de Beauvoir, de Heleieth Saffioti e de tantas outras e conheceu o feminismo negro estadunidense antes de qualquer modismo. Concordando com Alex Ratts e Flávia Rios (2010), essas matrizes feministas certamente contribuíram para o desenvolvimento de suas análises sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Vem daí sua inserção no conselho do jornal feminista *Mulherio*, produção feminista sediada na Fundação Carlos Chagas em São Paulo, que veiculava reflexões sobre a desigualdade entre homens e mulheres. A contribuição de Lélia ao jornal consistiu, sobretudo, em problematizar “a questão da mulher negra como categoria específica na luta contra as desigualdades sociais entre os sexos, tema que ela conseguia estender a todos os outros debates feministas” (RATTS; RIOS, 2010, p. 103).

No ano de 1984, Gonzalez participou em Minas Gerais, sob o governo de Tancredo Neves, de um encontro para discutir a criação de uma instância governamental para tratar das pautas colocadas pelo movimento de mulheres. No ano seguinte, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com vagas para dezessete conselheiras. Lélia foi uma das indicadas pelas mulheres negras do Rio de Janeiro. Era o momento de fazer diferente do que fizera o CECF de São Paulo, que não havia indicado nenhuma mulher negra para compor o quadro. Além disso, a produção intelectual e o engajamento político de Gonzalez garantiram a ela um lugar no conselho, com poder deliberativo e mandado de quatro anos, de 1985 a 1989, abordando temas como “trabalho, educação, sexualidade, mulher negra e violência” (RATTS; RIOS, 2010, p. 107).

Não foi diferente com Sueli, que sempre teve participação ativa – como até hoje – em diversos espaços que conseguiu se inserir para ocupar e reivindicar direitos enquanto negra. Embora a militância dela tenha mais enfoque no estado em que ela nasceu, no final da década de 1980 ela participava de eventos nacionais e compreendia a importância de levar a pauta para além das fronteiras estaduais. Em 1987, participou do IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns – PE, todavia, a insatisfação foi grande, pois, apesar de o local comportar cerca de 200 mulheres negras, as pautas não as incluíam. Quando, porém, foi organizado um grupo de trabalho que priorizaria questões das mulheres negras, nenhuma mulher branca demonstrou interesse em participar. Fez-se, então, necessário um encontro somente de mulheres negras (SANTANA, 2021).

Com todo o esforço para se juntar às mulheres, o protagonismo negro não tinha espaço: “A agenda do feminismo desconsiderava a luta antirracista, mais que isso, as relações raciais

eram o abismo que separava as mulheres brancas das mulheres negras” (GONÇALVES, 2018, p. 15). No entanto, o referido encontro foi um dos mais importantes à época e “isso porque a ausência da questão racial na pauta insuflou os ânimos das cerca de duzentas mulheres negras que ali estavam.” (SANTANA, 2021, p. 143). A esse respeito, Matilde Ribeiro observa que o encontro na serra de Garanhuns foi “mesclado por fortes pressões e críticas das mulheres negras em relação à ausência da questão racial na pauta” (1995, p. 449). Ali se consolidava a ideia de uma organização autônoma.

Após esse marco revoltoso das mulheres que não foram ali representadas, organizou-se um grupo de trabalho que promoveu três reuniões preparatórias para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Nesse outro encontro, desta vez racializado, que ocorreu em Valença – RJ, aproximadamente 450 mulheres negras estavam presentes. Elas vinham de diversos estados do país. Nesse período, Sueli fazia parte do governo estadual e tinha como papel, junto com o Programa da Mulher Negra, o apoio à autonomia do movimento. Esse encontro teve desdobramentos como a organização interna de mulheres negras no movimento negro, no movimento feminista, nos partidos e sindicatos (SANTANA, 2021).

A trajetória militante das autoras foi se construindo em lugares muitas vezes distintos, mas em prol de um resultado comum, uma em âmbito nacional, outra mais voltada para a dimensão estadual. Enquanto Lélia focava no fortalecimento das mulheres negras no território brasileiro – além de participar também de encontros na América Latina, onde ela via potencial de estudo e teorizava alguns de seus conceitos, Sueli atentava-se às demandas do estado de São Paulo e foi assim que ela, ao final da década de 1980,

fundou o Geledés - Instituto da Mulher Negra. Trata-se de uma organização negra e feminista em São Paulo, como um centro que congrega o pensamento e a ação sobre demandas do seguimento social e racial. O Geledés também trabalha nas áreas da saúde, política e jurídica, que passou a ser referência em todo o Brasil (PIRES; GONÇALVES, 2020, p. 25).

Ainda hoje, o Geledés⁴ atende a população paulista sendo referência para a população negra e como um dos trabalhos mais ativos de Sueli na atualidade, além de seus escritos e palestras que ainda são realizadas.

Em sua trajetória, Lélia também atuou em partidos políticos. Ela teve uma rápida passagem pela Convergência Socialista, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) e, por fim, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Quando se vinculou a partidos políticos

⁴ O nome foi utilizado como referência à cultura iorubá, na qual Geledés significava sociedades secretas feministas.

e participou da formação e da coordenação executiva do PT, foi pensando nas classes menos favorecidas da sociedade e, sobretudo, por estar inserida diretamente na luta para conquistar um espaço digno para o negro dentro da realidade brasileira. (RATTS; RIOS, 2010). No ano de 1982, Lélia lançou-se candidata à deputada pelo PT e, mais tarde, em 1986, como candidata a deputada constituinte pelo Partido Democrático trabalhista. (PDT). Ainda que tenha participado ativamente de partidos políticos de esquerda e que, em suma, seus líderes fossem trabalhadores e sindicalistas oriundos da classe trabalhadora, Gonzalez não deixava de lado a crítica com relação à persistente falta de diálogo com o povo negro e com as mulheres, o que raramente – e geralmente sob pressão – acontecia.

Gonzalez sempre em atuação nos movimentos,

participou de encontros e conselhos de mulheres, denunciou o racismo das feministas, combateu o machismo do movimento negro, reuniu empregadas domésticas, militou em partidos políticos, ocupou a tribuna da ONU, participou de encontros científicos nacionais e internacionais, esteve na fundação do Movimento Negro Unificado, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras... Foi incansável. (GONÇALVES, 2019, p. 196).

A intelectual mineira sabia articular produção teórica com militância política. Sua teoria se alimentava de sua experiência cotidiana dentro dos movimentos. Sueli, por sua vez, também enfatiza sua vivência junto aos movimentos sociais. Embora reconheça a importância e a simbologia de ter estudado em uma das mais renomadas universidades brasileiras, em entrevista concedida ao rapper paulistano Mano Brown (2022), enfatizou: “eu não sou produto da universidade, sou produto dos movimentos sociais e do movimento negro. Aprendi com Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez”.

Tanto Sueli Carneiro como Lélia González foram ativas em toda a construção da militância e do feminismo negro. Os passos iniciais dessas duas rosas negras possibilitaram que as gerações atuais de mulheres negras brasileiras tivessem acesso a direitos os quais lutaram para conquistar. Nesse processo, vamos conhecendo não apenas suas práticas, mas também a contribuição teórica que suas militâncias produziram, como veremos a seguir.

I.3. Epistemicídio e amefricanidade: aportes teóricos sobre o racismo brasileiro

Foram muitas as participações de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez tanto em espaços acadêmicos como de militância em movimentos e coletivos (negros e feministas) ao longo de suas vidas. Junto às inúmeras participações nesses espaços, elas encontraram elementos para fortalecer os estudos e cunhar alguns conceitos em textos importantes na época e que, até hoje, permanecem atuais e são leituras obrigatórias nos movimentos sociais, sobretudo nos movimentos de mulheres negras e que, aos poucos, vão sendo introduzidos nas universidades brasileiras e também de fora do país.

As duas intelectuais, para além de se dedicar a examinar a condição das mulheres negras, fizeram leituras minuciosas acerca da especificidade do racismo na formação social brasileira e cunharam com muita criatividade uma série de conceitos teóricos capazes de nos ajudar a compreender os complexos tentáculos da explosiva imbricação de gênero, raça e classe. Ambas se atentaram, nesse contexto, para os inúmeros estereótipos racistas que, infelizmente, jamais foram apagados no Brasil. Ao contrário, fazem parte do *racismo recreativo* que dissemina ideias derogatórias sobre o que se convencionou chamar de *minorias raciais*; são as piadas e brincadeiras racistas que reproduzem determinados estereótipos que legitimam a opressão e a dominação raciais. O racismo recreativo, então, é compreendido

como uma política cultural característica de uma sociedade que formulou uma narrativa específica sobre relações raciais entre negros e brancos: a transcendência racial. Esse discurso permite que pessoas brancas possam utilizar o humor para expressar sua hostilidade por minorias raciais e ainda assim afirmar que elas não são racistas, reproduzindo então a noção de que construímos uma moralidade pública baseada na cordialidade racial. Esse projeto de dominação racial expressa a aversão que brancos sentem em relação a negros, mas permite que eles ainda assim apareçam como pessoas comprometidas com a igualdade. Dessa forma, o caráter aversivo e o caráter simbólico do racismo recreativo operam paralelamente para referendar uma ordem política que cria mecanismos culturais e legais para impedir a mobilização política em torno da questão racial (MOREIRA, 2020, p. 95-96).

Tais práticas são parte do racismo estrutural, como conceituou Silvio Almeida (2019), e não podem ser compreendidas a partir de uma concepção individualista e moralista do racismo reduzindo-o a aspectos comportamentais. Ao contrário, concordando com o autor, essa perspectiva deixaria de “considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bem’” (ALMEIDA, 2019, p. 37). O racismo não

pode ser reduzido a um comportamento individual, pois são as instituições as responsáveis por moldar a vida em sociedade. Assim,

a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2019, p. 39-40).

Essa perspectiva não significa, no entanto, ausência de responsabilização individual por ações discriminatórias, preconceituosas e racistas. A esse respeito, Dennis de Oliveira (2021) enfatizou que não se pode essencializar o sujeito que pratica o racismo. Para o autor, o “racismo é uma ideologia que ‘cimenta’ relações sociais particularmente em um país atravessado historicamente por mais de três séculos de escravização de africanos abolida de forma conservadora tardiamente” (OLIVEIRA, 2021, p. 62), percepção compartilhada também por Lélia Gonzalez, para quem “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2018, p. 191).

A ideia de que a sociedade lê o racismo como prática natural foi exposta por Lélia Gonzalez ainda nos anos 1980 e, atualmente, não tem sido diferente. Ela assume, para compreender tal questão, a crítica a partir da leitura social de que o sujeito negro pode viver na miséria, pois é desprovido de intelectualidade, de responsabilidade, de capacidade, de que é infantil, entre outras leituras. Além disso, as oportunidades que foram negadas às vítimas dos resquícios da escravização, quando foram parcialmente libertos, culminaram em um estereótipo de negro preguiçoso, desinteressado em garantir sua própria subsistência, quando, na verdade, os espaços de trabalho não os acolhiam. “Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão.” (GONZALEZ, 1984, p. 226). Por ser um problema individual caracterizado como falta de interesse, a população negra não era lida como vítima de racismo e muito se questionava se realmente existia a discriminação racial.

Atualmente, algumas manifestações populares vêm ganhando força nos movimentos no Brasil. O mito da democracia racial, no entanto, antes disso propagou-se no país e diversos autores foram responsáveis por reforçarem esse cenário. Essa noção de que o racismo não ocorre em território brasileiro foi responsável por instalar um mecanismo de negação na população e amenizar as reações e o olhar de quem defende esse cenário. Além de desqualificar, o mito da democracia racial é desconsiderado como crença que fere os direitos de cidadãos negros e coloca-se como uma afirmação perigosa, uma vez que nega a existência de desigualdades raciais.

Falas como “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus.” (GONZALEZ, 1984, p. 226) eram comuns no período em que Lélia escreve sobre esse debate e hoje é reforçada também pela noção de meritocracia e de democracia racial que foram espalhadas pelo país, por pessoas que acreditam – ou apenas se propõem a propagar tais falácias – que pretos e brancos são iguais, possuem as mesmas demandas e terão o mesmo leque de oportunidades em qualquer fase na vida, além do imaginário de que o sucesso vai depender apenas do esforço que é depositado em alguma atividade quista, segundo essa visão. Nesse sentido, Gonzalez (1983) ironiza em um texto: “Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um.” (p. 226).

Além disso, o embranquecimento está enraizado e segue presente na sociedade e se revela em detalhes que ficam perceptíveis nas falas carregadas de um racismo velado, escondido e não anunciado. “Conheço um [preto] que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.” (GONZALEZ, 1983, p. 226). Essa fala deixa demarcado que se espera um tipo específico de comportamento de sujeitos negros, além de trabalhos específicos que não gerem espanto de serem praticados por eles. As feições finas, citadas no trecho, atendem à necessidade, que ocorreu no Brasil, de embranquecimento de inúmeras famílias no século passado e que ainda é sugerida nos dias de hoje de formas sutis, com o esforço de não configurar algum modo de discriminação da pele e dos traços negros.

Silvio Almeida apresenta, ainda no livro “Racismo Estrutural”, algumas formas de racismo, pois esse não se fecha em um só modo de existência. Assim como Gonzalez já denunciava em “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, escrito no início da década de 1980, a discriminação racial ocorre em diversos formatos, em uma multiplicidade que não se encerra quando um indivíduo é inferiorizado dentro de um campo de futebol por conta da sua cor ou mesmo em espaços de disputa de poder sendo desqualificado por uma camada social que não enxerga a negritude presente em espaços majoritariamente ocupados por pessoas brancas. O racismo velado, nesse sentido, é presente em diversas camadas, pois trata-se, como aponta Silvio Almeida (2019), de um silencioso esmagador de vidas negras, isto é, ele não faz alarde, não é expressão que se escancara como em manifestações outras em que o racismo fica mais evidente.

Diante do duro e profundo racismo que contamina a sociedade brasileira – e não só ela, mas aqui o foco é tratar da população do Brasil – negros e negras insistem em uma

tentativa de descolar suas imagens de algo que é alvo de discriminação, violência, desproteção e de tudo que é ruim, que brancos e brancas insistem em apontar, impregnando a mente com ideias que se apossaram do meio social sem uma explicação coerente. É comum ver, ao longo da história, o sujeito negro forçando processos de embranquecer de alguma forma, seja nas influências das companhias diárias, seja no ato de raspar a cabeça para que o cabelo crespo não apareça, no caso dos homens, seja no alisamento dos cabelos ou na utilização de perucas no caso das mulheres, seja nos relacionamentos embranquecidos etc.

O que ocorre com as mulheres no século XXI, quanto a esses aspectos de embranquecimento, também esteve presente na vida de Lélia Gonzalez, antes do início dos estudos raciais da autora. Estar em uma academia branca, tendo referências majoritárias de homens brancos era ainda mais confuso e tornava significativamente mais passível de a autora não se apresentar como uma mulher negra. Além de não condizer com o gênero que mais estava presente naquele lugar, a cor, o cabelo e os traços racializados que não ficavam escondidos na estética embranquecida não eram aceitos pelo meio e ela, então, não somente não conseguia o prestígio branco como também se enfraquecia como uma cidadã de pele preta.

Ainda nos dias de hoje, é possível observar a tentativa de embranquecimento, não somente da pele e de elementos estéticos, mas também sobre a existência de pessoas negras em determinados locais. Ao observar negros e negras que ascenderam socialmente, ainda é possível identificar aspectos que os colocam em desigualdade em relação a uma pessoa branca, ainda que ambas sejam financeiramente abastadas. Conceição Evaristo, uma intelectual negra, escritora, professora, ativista, doutora e importante figura da literatura brasileira, que foi reconhecida como escritora apenas após os 70 anos de idade, conta:

Uma jornalista me perguntou como eu me sentia diante disso, eu disse que muito bem, mas que quando saía dessa exposição me tornava novamente uma mulher negra vulnerável como qualquer outra. Eu saí da Avenida Paulista, neste dia, e entrei em uma loja de departamento. O vigia me acompanhava o tempo todo. O fato de eu ser uma escritora negra não rompe com o imaginário que a sociedade tem com relação às mulheres negras (RIBEIRO E PITASSE, 2018).

A existência da escritora, que hoje é atravessada tanto pela questão de gênero quanto pela questão de raça, evidencia os prejuízos que o racismo causa para as pessoas que são colocadas diante dele. Nem a ascensão econômico-social, nem o processo de embranquecimento estético, como o que Lélia Gonzalez e inúmeras outras mulheres sofreram, “foi suficiente para que fosse tratada como parte do seletivo grupo da branquidade” (GONÇALVES, 2020), isto é, não importam os espaços e a posição social que ela hoje habite, ela é preterida e tratada com os mais ardilosos elementos do racismo.

Ainda no foco da desigualdade ao analisar essas figuras negras, é possível fazer um recorte de gênero em busca de compreender alguns aspectos que não ficam evidenciados quando o aporte de estudos é apenas o racial. É importante retomar o pós escravidão, quando o povo negro foi liberto das correntes físicas e do sofrimento em um ambiente que abrigava grandes famílias de fazendeiros para sofrer com correntes sociais no ambiente dos barracos, nos quais foram aos poucos encontrando espaço para morar.

É válido reforçar que escravizados não foram colocados na sociedade de forma responsável e com oportunidades de conquistarem moradia, empregos e escolarização, logo, essa população foi excluída e, conseqüentemente, nunca inserida justa e igualitariamente na sociedade que já estava representada por brancos e brancas que possuíam moradia, alimentação, estudo, emprego, condições dignas de vida e passibilidade nos mais diversos locais. Quando as mulheres foram fazer o que já haviam aprendido nas casas dos senhores de escravos, desta vez em famílias que lhes apresentavam uma mínima remuneração ao menos ou mesmo que lhes possibilitavam moradia apenas, como forma de pagamento, elas continuaram a reforçar que a elas cabia o destino de cuidadoras, de serviçais do lar, de mucama⁵, propriamente dito, como apresenta Gonzalez. “Acontece que a mucama ‘permitida’, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida.” (GONZALEZ, 2020. p. 19).

Fica notório, dessa forma, que, além do presente racismo na vida de pessoas negras, as imbricações das mais imperceptíveis sutilezas e das mais graves violências sobre as mulheres negras são incansáveis para quem se encaixa nesse perfil. Ocupar a base da pirâmide social não é tarefa simples e dificulta resoluções quando a sociedade lê separadamente as questões de raça e gênero, sem perceber as imbricações dessas duas perceptíveis barreiras na vida desse grupo.

Todavia, as resistências também ocuparam o cerne das inquietações teóricas de Lélia Gonzalez. Sua profunda criatividade intelectual a levou a formular a categoria político-cultural de *amefricanidade*, “uma categoria-chave na formação da América africana ou “Amefricana”, como reconhecimento da intensa contribuição da cultura africana ao novo continente” (GONÇALVES, 2019, p. 195). O termo foi cunhado por ela nos anos de 1980,

⁵ Termo derivado de Angola, do idioma quimbundo *mu'kama*, que traduzido ao português quer dizer “escrava concubina”.

“no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder.” (CARDOSO, 2014, p. 969).

Lélia Gonzalez utilizou de estudos em diálogo com Betty Milan, M. D. Magno, Lacan e Freud para a construção teórica desse termo para traduzir a experiência que as populações negra e indígena tiveram após a colonização, uma vez que, na percepção da autora, negras e negros vivendo na América não se encaixavam como uma população afro-americana, por terem experiências bem mais complexas. Trata-se de “um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (GONZALEZ, 2018, p. 333). Para a autora, ainda, afro-americano, como os negros estadunidenses eram chamados, não é uma categoria fiel à realidade e deixa de fora a imensa maioria de habitantes do continente, pois além de a América não tratar apenas da região do Norte, é equivocado pensar que só existiram pessoas negras nos Estados Unidos. Além disso, trata-se de uma reconstrução de ancestralidade que foi retirada da negritude para retomar uma narrativa que mais se encaixa ao povo vindo de África, com costumes e cultura própria de países do continente africano como marcação social do povo negro vivendo em outra região.

De acordo com Lélia, a “amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” (GONZALEZ, 2018, p. 333), ela ainda enfatiza que a experiência amefricana é a da diáspora, bem distinta daquela dos habitantes que permaneceram em África. A herança africana, segundo a autora, é fonte da heroica resistência contra a escravidão de ontem e de hoje (PIRES, 2020), além disso, ela identifica vários elementos de africanização, sobretudo em relação à resistência cultural de negras e negros, o que, como já exposto, ultrapassa o debate à época acerca dos termos “afro-americanos” e “africanoamericano”. Por meio da amefricanidade, porém, pode-se romper os limites territoriais, linguísticos, ideológicos e atingir uma consciência efetiva de nós mesmos (GONÇALVES, 2021).

Esse conceito de Gonzalez propõe a pessoas negras também pensarem em uma perspectiva a partir de dentro das origens, afastando-se do modernismo europeu, que ignora tudo que é trazido de África, e não só, mas tudo que é de sabedoria ancestral negra e indígena. Ela acreditava e defendia uma *América Ladina*, como costumava se referir, e afirmava que “todos os brasileiros são ladinoamefricanos, e não somente os negros; a negação da presença afro-ameríndia seria decorrente do racismo.” (CARDOSO, 2014, p. 970). Ao se considerar

ainda que o sistema capitalista transforma diferenças em desigualdades, Lélia enfatizou também que as ameríndias e as amefricanas sofrem uma discriminação que assume um caráter triplo: de classe, de raça e de gênero, como será melhor abordado mais adiante neste texto.

Para compreender, a partir desse contexto apresentado pela autora, a população negra no Brasil, é importante trazer as origens ameríndias e amefricanas para se pensar na configuração atual do Brasil como país colonizado. Gonzalez ao apresentar, nesse sentido, o termo Amefricanidade evidencia um retorno da luta de narrativas e a reconstrução das noções de ancestralidade que muito foram perdidas e apagadas ao longo da História. Como aponta Gonçalves (2020), ademais, por meio da africanidade, “pode-se romper os limites territoriais, linguísticos, ideológicos e atingir uma consciência efetiva de nós mesmos.” (p. 235).

A proposta desse debate, de uma perspectiva incomum às que vinham sendo apresentadas, – como afro-americanos – a amefricanidade incorpora esse ponto histórico que não pode ser deixado de fora quando se pensa em negritude. A experiência da amefricanidade diz respeito à diáspora, diferentemente dos que permaneceram no continente e à experiência de indígenas, contrários à exploração dos colonizadores que dominavam o povo. Lélia, além de enxergar a amefricanidade na diáspora, acreditava também nessa presença no período da escravização, por meio das inúmeras formas de resistências culturais e por meio de fugas, aquilombamento e formas alternativas de pensar e organizar uma existência em liberdade, revoltas contra os senhores escravocratas (CARDOSO, 2014).

Gonzalez percebeu ainda que era grande a resistência às manifestações e à cultura negras, sobretudo sob o domínio estadunidense, e a população negra era passiva no que ela chama de Novo Mundo, isto é, ao chegar em outro país, fora de África, negras e negros não tinham a liberdade de serem negros e continuavam afro-americanos, como um negro que agora é pertencente ao continente americano e não mais pode se assemelhar às características do seu continente de origem. Assim sendo, fez-se necessário naquele contexto – das muitas vindas de africanos para o continente americano – a compreensão do conceito de amefricanidade. “Continuamos passivos em face da postura políticoideológica da potência imperialisticamente dominante da região: os Estados Unidos. Foi também por esse caminho que comecei a refletir sobre a categoria de amefricanidade.” (GONZALEZ, 2020). Esse termo traz a pessoa negra de volta às origens dos países da África, uma vez que não são mais considerados africanos quando presentes em outros países.

Quanto à exclusão de sujeitos negros em continentes que não tinham predominância negra e a tentativa de embranquecimento dos negros e negras que chegavam de África, é importante compreender que a retirada de cultura, política, religião, formas de resistência, narrativas e lutas do povo negro vindo do continente africano para o continente americano caracterizava-se como racismo, uma vez que, com isso, a identidade originária dessa população era-lhes arrancada na tentativa explícita de embranquecimento. Isso ocorria de diversas formas, como no caso exposto pela autora de que negras e negros podiam ter as mãos amputadas caso tocassem atabaque para que a conservação da negritude não se estabelecesse (GONZALEZ, 2020).

Não apenas em casos como esse, mas o racismo, em si, manifesta-se de diversas outras formas. Nessa perspectiva, o apagamento de manifestações negras ocorria para clarear a população negra para que ela permanecesse em países que não eram ocupados majoritariamente pela negritude. Os desdobramentos da prática racista no interior dessa tentativa buscavam fazer com que o sujeito negro se envergonhasse de suas manifestações culturais e corporais, o que se perpetua até hoje e mesmo nos tempos de Lélia, quando ela tentava usar de elementos que a embranquecessem enquanto acadêmica em meio de uma quase totalidade de estudantes brancos. Portanto, o racismo, a partir dessa leitura, encontra-se também quando a não aceitação e a violência cometida contra as manifestações negras em religiões de matriz africana perpetuam-se até hoje no Brasil, em uma sociedade que, ao passo que não se diz racista, despreza e atinge corpos que fujam aos padrões brancos, que, por sua vez, são aceitos na maioria dos espaços que negras/os não ocupam em sua totalidade.

Sueli Carneiro também agrega para a discussão da negritude de diversas formas. Aqui, no entanto, será maximizada uma parcela do que ela problematizou que foi outro tema fundamental para o combate ao racismo: o *epistemicídio*. Trata-se de um conjunto de práticas na sociedade que negam as formas de existência de negros e negras, que expropriad e reduzem este contingente populacional a sujeitos desprovidos de conhecimentos e saberes. (CARNEIRO, 2005). À esteira do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, Carneiro explica que o epistemicídio

se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (CARNEIRO, 2005, p. 96).

O termo foi apresentado inicialmente por Boaventura, que entendia o epistemicídio como um eficaz instrumento da dominação étnico-racial, sentido para pesquisar e se aprofundar nesse tema. Ele foi desenvolvido para designar a ocultação dos conhecimentos culturais e sociais de pessoas negras, uma vez que os conhecimentos científicos foram construídos a partir de um modelo específico de epistemologia: o branco europeu, desconsiderando conhecimentos negros. Essa injusta falha se caracteriza, portanto, por não reconhecer saberes e conhecimentos não formalizados e não advindos da cultura da branquitude e é uma forma de matar toda e qualquer contribuição advinda da cultura e/ou da intelectualidade da pessoa negra, além de também desconsiderar que a população negra possui capacidades e intelectualidades para apresentar à sociedade de inúmeras formas.

Os saberes ocidentais brancos, sobretudo europeus e norte-americanos, são colocados a frente e o conhecimento de sujeitos advindos do continente africano é, nesse caso, desconsiderado como conhecimento passível de valor. Desde a falsa abolição da escravidão no Brasil,

não poucas vezes a cultura e saberes negros têm sido ignorados e menosprezados. Em lugar de uma ecologia dos saberes, impõe-se um paradigma de conhecimento e de reconhecimento hegemônico, o qual, via de regra, não privilegia a cultura de minorias. (SILVA, p. 53, 2018)

A desqualificação do saber negro, então, opera de forma minuciosa, nem sempre de maneira explícita, e fere a existência de corpos que são carregados de sabedorias e não foram inseridos socialmente como cidadãos de forma devida para que pudessem, desse modo, impor conhecimento como pessoas brancas nunca foram barradas ao fazer. Nesse sentido, “o negro é visto como ignorante, residual, inferior, improdutivo, indolente” (SILVA, 2014) e, portanto, desprovido de quaisquer saberes que possam alcançar algum status relevante, nesse caso sob a ótica branca.

Além disso, “o epistemicídio se realiza através de múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, relacionando-se tanto com o acesso e/ou a permanência no sistema educacional, como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do alunado negro”. (Carneiro, 2005). Trata-se, portanto, segundo Santos (2007), da constituição de uma outra face do genocídio. A morte negra, nesse aspecto, não vem de uma forma literal, sobre o corpo físico em si, mas ocorre de modo intelectual, pois deixa negras e negros vivos, mas priva-os de uma vida com permissões de explorar e desfrutar de conhecimentos próprios, além de implantar na população negra a privação de se compreenderem como sujeitos capacitados a

exercer a intelectualidade e os saberes relevantes à sociedade nas mais diversas áreas de conhecimento.

A partir da autora, ainda, alguns outros intelectuais trabalham com o termo para compreensão de questões negras a partir de Sueli Carneiro. Para Akotirene (2019), o epistemicídio trata-se do “racismo institucionalizado à matança do patrimônio ancestral vivo neste país, atravessado em todas as esferas da sociabilidade negra e, literalmente, às balas do corpo negro.” (p. 58). Advindo da noção de genocídio, o epistemicídio também reflete o poder de um grupo sobre outro. Segundo Carneiro (2005), “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural” (p. 97), sendo responsável por reforçar a inferiorização intelectual do povo negro e negar a capacidade intelectual a esse grupo. Essa temática, ademais, diz respeito à caracterização como uma ferramenta de barragem de pessoas negras em espaços acadêmicos, intelectuais ou quaisquer outros que exijam raciocínio, uma vez que a população negra é colocada, desde o período de escravização, como um povo que não possui capacidades mentais desenvolvidas, restando-lhes as atividades manuais que exigem esforço braçal, o que, por sua vez, reforça o estereótipo da força negra ao mesmo tempo em que lhes retira a humanidade.

A respeito disso, o racismo velado ainda, como Silvio Almeida (2019) apresenta, também é atuante e cabe como aliado. Esses corpos negros que estão entrelaçados e sob o epistemicídio podem ser lidos, como já apresentado anteriormente, com o exemplo dos negros que são colocados como desinteressados pelo estudo, pelo meio intelectual, pelo trabalho etc, mas eles, pelo contrário, são barrados de entrarem e/ou impedidos de pertencerem a espaços que fomentam aprendizagem.

Essa recorrência, como uma das formas de praticar o racismo, é reforçada também ao se desconsiderar a criação intelectual da população negra. A partir de uma visão que só enxerga a produção branca europeia, fica visível que a lente usada pela sociedade é branca, racista e ignora o conhecimento ancestral e atual de negras e negros. Ao discriminar tal intelectualidade, tida como não hegemônica, o que ocorre é um genocídio epistêmico da população negra, isto é, acontece um apagamento que não é físico, mas que culmina, dessa forma, no desaparecimento dessa população de meios que deveriam protagonizar e, logo, contribui também para o apagamento da humanidade negra. O epistemicídio, portanto,

fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. Sendo, pois, um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio nas suas vinculações com as racialidades realiza, sobre seres humanos instituídos como diferentes e inferiores constitui, uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade/biopoder, e que tem por característica específica compartilhar características tanto do dispositivo quanto do biopoder, a saber, disciplinar/ normalizar e matar ou anular (CARNEIRO, 2005).

Como prática daquilo que nega sujeitos negros, expropria-os da condição de produtores de conhecimento e de ciência e sepulta saberes, como explanou Carneiro em entrevista no YouTube para o Instituto Serrapilheira, o epistemicídio, em grande ocorrência, tem mostrado que o Brasil comete esse dano até os dias de hoje com certa naturalidade. À vista disso, existe um mito de inferioridade biológica e intelectual do negro que perpassa vivências e situações que o impedem de acessar espaços que socialmente estão destinados ao sujeito de pele clara, o não-negro. Quando são acessados, no entanto, esses lugares não estão aptos a receber essa parcela social que é tida como inferior e, por muitas vezes, repelem o negro de estar ali. Ferir esse e outros direitos da população negra é tratado também como epistemicídio, segundo as reflexões apresentadas por Sueli Carneiro.

Para além do conhecimento de que negras e negros podem, hoje, ocupar a academia e outros espaços de disputa de poder pautados em conhecimento adquirido em território brasileiro, é importante não distanciar também o conhecimento advindo da África, que foi trazido na diáspora e que acompanha a negritude em saberes naturalmente ancestrais, mas que não são valorizados em outro território, sobretudo em uma sociedade que tem como superior o conhecimento europeu, branco e masculino. Sueli, que se encontrou em sua pesquisa em uma filosofia africana não hegemônica e que não era reconhecida pela universidade, que, por sua vez, se detém aos estudos dos clássicos autores brancos, em sua maioria homens, também observa a escassez da bibliografia negra nos espaços acadêmicos. Ainda sobre os desdobramentos do epistemicídio enraizado em uma sociedade na qual a maior parte é negra no Brasil, Sueli aponta o

[...] fato de quão poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional. Os ativistas negros, por sua vez, com honrosas exceções, são tratados, pelos especialistas da questão racial, como fontes de saber, mas não de autoridade sobre o tema. Os pesquisadores negros em geral são reduzidos também à condição de fonte e não de interlocutores reais no diálogo acadêmico, quando não são aprisionados exclusivamente ao tema do negro (p. 60, 2005).

Em suma, os escritos de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez fazem parte da necessidade de compreender a formação social brasileira a partir da perspectiva dos dominados e não da

classe dominante; fazem parte da urgência de pensar estratégias para o Serviço Social crítico e transformador, pois as mulheres negras são o público majoritário no acesso aos benefícios e aos serviços ofertados pela assistência social brasileira (COSTA, 2017). Examinar essa relação implica voltar o olhar também para a área de Serviço Social que, desde a sua gênese, não considerou estudar os problemas referentes à questão racial (PINTO, 2003).

O Serviço Social, conhecido como uma profissão inserida na contradição de capital e trabalho, que busca constantemente a emancipação do indivíduo pela implementação de intervenções que visem o exercício pleno de cidadania humana, avançou muito nos últimos anos. Desde sua origem, na década dos anos 1930, até os dias de hoje, algumas reformas e formulações teóricas e práticas no interior da profissão ocorreram trazendo inúmeros benefícios para a compreensão de Serviço Social que podemos observar atualmente.

A busca de condições propositivas para o avanço socioeconômico dos indivíduos e grupos atendidos pelo serviços socioassistenciais ocorre a partir da compreensão da questão social, muito difundida pelos profissionais e estudiosos do Serviço Social. Compreender que a questão social atinge negativamente os sujeitos e que é necessário que haja intervenção de um profissional qualificado que compreenda todos os descobrimentos dessa situação ampla é dever de quem busca a intervenção para os desvios sociais que ocorrem em decorrência dessa questão que se expressa de múltiplas formas e atinge diretamente a qualidade de vida da sociedade que por ela é afetada.

Para Iamamoto (1999, p. 27), o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura⁶ formam o corpo da questão social, que, nesse sentido, é fruto e sujeito da contradição entre capital e trabalho. O trabalho torna-se mais amplamente social, para ela, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. O resultado, isto é, as expressões da questão social decorrentes disso são a fome, o desemprego, a falta de moradia, entre outras especificidades que são indissociáveis da sociedade que é pautada no sistema capitalista. Dentre essas expressões, porém, o racismo também é atuante, uma vez que evidencia condições sociais e reforça uma subcondição humana, na qual pessoas com baixo poder aquisitivo, somado ao fato de serem também negras,

⁶ Iamamoto compreende a sociedade capitalista madura como uma sociedade em que “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”, isto é, por mais que o trabalho seja ampliado para um número significativo de pessoas, as pessoas que serão favorecidas por essa produção são os donos dos meios de produção e não o trabalhadores que estão dependendo de sua força de trabalho para gerar produção de riqueza.

são duplamente atingidas. Além disso, há a condição do pós escravização que submete pessoas negras a pertencerem a um grupo menos favorecido socialmente (GONÇALVES, 2018), o que será tratado mais adiante.

As reflexões das duas autoras que são centrais nesse contexto são significativas para a interlocução com o Serviço Social, identificado também por Márcia Eurico (2013) como uma profissão responsável por reproduzir o silêncio quanto ao racismo na sociedade quando não considera as questões específicas da população negra. Compreender o que ambas as autoras apresentam em relação a uma agenda voltada para a mulher negra é também uma tarefa central nos próximos capítulos desta dissertação.

CAPÍTULO II – Primavera para as rosas negras

II.1. O lugar da mulher negra no movimento feminista

As duas autoras centrais desta dissertação identificaram um difícil diálogo com os coletivos feministas, pois elas entenderam que eles não faziam questão de acrescentar a pauta das mulheres negras em suas agendas de lutas. Elas, que tinham pautas urgentes enquanto mulheres negras, não se sentiam acolhidas pelo movimento feminista por esse tratar apenas de assuntos relacionados às mulheres brancas e se incomodaram com as lutas que não tinham corpo para abrangê-las enquanto negras. Como no interior do movimento negro elas também não se encaixavam com suas reivindicações e demandas, viram a necessidade de outras iniciativas em que as negras fossem incluídas, como será abordado posteriormente.

Antes, entretanto, de iniciar a discussão central proposta, é importante apresentar elementos do lugar que a negritude ocupa em uma sociedade pautada pelo racismo que são essenciais para a compreensão das vivências das mulheres negras nessa mesma sociedade. Em parceria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez elaborou um livro chamado “Lugar de Negro”, em 1982. Nele, é trabalhada a combinação de história e a estatística da democracia racial, compreendida pelos autores como mito, além da construção de movimentos de consciência negra. É defendido que “A raça como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição da hierarquia social” (GONZALEZ; HASENBALG, p. 89, 1982) Nesse sentido, portanto, não há igualdade entre as existências de corpos negros e não-negros e isso é fundamental para essa análise.

Ainda no livro, os autores fazem uma apresentação em dados estatísticos quanto à condição branca e à negra em relação a algumas posições sociais, como, por exemplo, discrepâncias de escolaridade, rendimento salarial etc. Aspectos como desigualdade racial sobressaem, nesse sentido, no âmbito da desigualdade social, pois, segundo eles

Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas. (GONZALEZ; HASENBALG, p. 98, 1982).

Historicamente, o homem negro é colocado em um lugar de subalternidade, de inferioridade com relação ao branco. Com a abolição, homens negros, libertos das amarras físicas que os mantinham nas casas dos senhores de escravos, seguiram presos às amarras

sociais, responsáveis por colocá-los em condições análogas às que viviam no período escravocrata, desta vez, no entanto, com uma remuneração baixa e sem oportunidades de conquistar moradia e boas condições de estudo. Enquanto os cidadãos brancos viviam livremente, com direitos assegurados e com a possibilidade de conquistar independência financeira e galgar o sucesso que lhes esperava, os sujeitos negros eram naturalmente soltos na sociedade sem uma verdadeira inserção social e com a ausência de políticas públicas para os acolherem e assim permanecem até hoje, desprovidos de equidade de direitos (GONÇALVES, 2018).

Ainda em relação ao lugar do sujeito negro, porém não mais isoladamente, é essencial que coloquemos as lentes concomitantemente sobre a dimensão de gênero. O lugar ocupado pela mulher em uma sociedade patriarcal é um lugar que passa por dificuldades diversas, as quais o olhar do homem não alcança. Pautada por medo, por dor, por maiores chances de desemprego, de abandono etc, os lugares que o gênero implica para a mulher são incontáveis, uma vez que ela ocupa secundariedade em aspectos das relações de poder, de destaque, e é considerada – e, portanto, desconsiderada enquanto ser humano completo – apenas quando a colocam em uma posição de subalternidade, de cuidadora, de auxiliar, de coadjuvante em vários cenários.

Ao trazer para perto a discussão, é importante compreender, a partir do exposto, a noção de outridade, que alguns estudiosos trazem para o centro do debate racial e patriarcal. A filósofa francesa Simone de Beauvoir apresenta em seus escritos uma importante discussão ao falar sobre a categorização da outridade. Para a autora, a mulher é tida na sociedade como o “outro”, uma vez que ela é vista como um objeto e o padrão do ser humano é ocupado pelo homem, que, por sua vez, é visto como o centro, a essência da humanidade. (RIBEIRO, 2017). Ainda nessa linha de pensamento, Grada Kilomba entende a mulher negra como o “outro do outro”, uma vez que, a partir desse raciocínio de Beauvoir, o padrão da mulher universal é, necessariamente, a mulher branca e a outra é a mulher negra. Para tratar das negras, é comum, então, especificar, pois ao falar apenas “mulher” é corriqueiro que as pessoas compreendam-na como a figura branca, universal, que é, geralmente, a primeira que vem no imaginário social, tendo então que adjetivar a racialidade apenas da mulher negra. Kilomba, sobre isso,

[...] sofisticada a análise sobre a categoria do Outro quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade (RIBEIRO, 2017, p. 38-39).

Para o aporte em relação às lutas e reivindicações desse gênero outro, o feminismo surge como fortalecimento para as mulheres brasileiras ainda no século XIX. Embora não haja um recorte racial específico para mulheres brancas, as pautas que a luta defende, nesse período, são voltadas apenas para os interesses e para as necessidades dessas mulheres. “Com relação ao movimento feminista, as mulheres negras, mesmo atuantes, não viram suas pautas serem priorizadas, em especial no que tange à ruptura com certo ‘modelo’ feminino com o qual não se identificavam.” (GONÇALVES, 2018). Algumas dessas pautas eram: direito ao voto (que foi conquistado no Brasil apenas em 1932), direito ao trabalho, à maternidade, a salários igualitários etc. No entanto, enquanto as mulheres brancas saíam de suas casas para reivindicarem tais direitos, os filhos dessas mulheres eram cuidados pelas negras que, por sua vez, não encontravam espaço para se manifestar quanto às necessidades outras que elas também tinham. (LEMOS, 2016). Ainda nos dias atuais, essa premissa da pessoa branca como figura principal na sociedade brasileira continua intacta, mesmo que, em se tratando de Brasil, a população autodeclarada negra seja a maioria, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em estudo revelado pela Universidade de São Paulo em 2020 (PRUDENTE, 2020).

Diante disso, ficam as inquietações: qual é, então, o lugar da mulher negra na sociedade? Paralelo a isso, qual é o lugar da mulher negra no movimento feminista se esse não a acolhe? Para responder a essas perguntas, é imprescindível que se compreenda as movimentações de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, contrárias ao curso de um país que trata as mulheres, sobretudo as negras, com profunda desigualdade. As autoras, que fazem a análise da imbricação entre raça e gênero em seus estudos, apresentam leituras sociais que nos permitem compreender alguns porquês dessa discrepância em posições sociais e elementos que atravessam a vida da população brasileira até os dias de hoje. Dentre alguns outros fatores, a tardia abolição da escravatura no Brasil é um dos principais motivos pelos quais ainda no século XXI o atraso social de pessoas negras permanece praticamente intacto. (GONÇALVES, 2018).

Ainda se tratando de um feminismo hegemonicamente branco, que se propõe a administrar as desigualdades de gênero com relação às mulheres brancas – entendendo-as como universais – ocorria paralelamente a luta da mulher negra, visto que essa enfrentava uma posição de não-lugar, isto é, um espaço que não lhe cabia ocupar, questionar e muito menos pertencer. A falta de identificação das autoras negras cria uma barreira invisível que impede que elas, ainda que feministas, adentrem a esse espaço. O lugar ao qual elas imaginam

pertencer ainda não está construído. Lélia Gonzalez, no Rio de Janeiro, após criar o Coletivo Nzinga, que trataremos melhor a seguir,

[...] refletia com as demais *[integrantes]* sobre a maneira como o feminismo das mulheres brancas não conseguia inserir as reivindicações das mulheres negras em suas lutas; e desde os anos setenta sentia a necessidade de um feminismo que tivesse a cara da mulher cor de azeviche. (GONÇALVES, 2018, p. 14)

Lélia, nesse sentido, “foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado.” (CARDOSO, 2014, p. 965).

Para Sueli Carneiro, por sua vez, é essencial que se atrele a luta antirracista com a luta antissexista, naquele momento, enegrecendo o feminismo e inserindo pautas de gênero no movimento negro e a autora já reivindicava essa necessidade ainda nos anos 1980, pois como aponta Gonçalves (2018), “era urgente lidar com a simultaneidade das opressões estruturantes da sociedade capitalista” (p. 13). Não fazia, portanto, sentido para ela separar as lutas e tratar de cada uma separadamente, pois uma se retroalimenta da outra. Além disso, o não reconhecimento de Gonzalez, que era suficientemente feminista para perceber o sexismo que pairava pelo movimento negro, a fez questionar e voltar a pensar na própria existência no interior dos movimentos nos quais ela deveria se encaixar.

A necessidade da inserção da mulher negra no feminismo, principalmente, era fundamental, mas deixava de ser útil quando os enfrentamentos destoavam nas lutas e denúncias. “O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.” (GONZALEZ, 1983, p. 225). As lutas das mulheres brancas não davam conta das demandas das mulheres negras e, por vezes, entravam em contradição uma com a outra e isso precisava ser trabalhado urgentemente.

Uma das partes fundamentais de se pensar as especificidades da mulher negra é o aporte de apontar caminhos para entender essa realidade e enfrentar a condição dessa parcela social que luta, antes de direito ao corpo, pelo direito à vida, propriamente dita. O “meu corpo, minhas regras”, grito ecoado em movimentos como a Marcha das Vadias, iniciada em 2011, pelas feministas majoritariamente brancas para reivindicar o direito sobre o próprio corpo, é uma das principais bandeiras trazidas pelo feminismo no Brasil. No período, esse protesto

[...] foi muito utilizado nessas marchas, em forma de gritos catárticos que anunciavam a tentativa de retomada do poderio dos corpos femininos, estes tão apropriados pelo Homem e suas instituições. Inclusive, ressalta-se aqui o Direito, considerando ainda que a marcha surgiu quando um policial canadense, após vários relatos de estupro em universidades em Toronto, fez a infeliz declaração de que as mulheres deveriam evitar se vestir como ‘vadias’ para não se tornarem vítimas.” (PEREIRA, 2018, p. 24).

Nesse sentido, mulheres brancas, que eram hostilizadas, reivindicavam o direito ao aborto, queriam mostrar para a sociedade que o dever de cuidar e saber sobre o próprio corpo cabia somente a elas, lutavam contra o estupro, entre outras pautas essenciais para a dignidade humana da mulher. No caso das mulheres negras, todavia, a luta era – e ainda é – deveras anterior a isso, pois tratava de sobrevivência, já que o corpo negro, historicamente, passa por anulação, por extermínio, por hiperssexualização, pela desvalorização e pela violência, uma vez que a elas não era assegurado não apenas o simples direito de decidir sobre seu próprio corpo, mas o direito à vida também. As autoras aqui apresentadas, à vista disso, compreendem e concordam com o feminismo hegemônico, como emancipador e como necessário para pautar decisões que cabem às mulheres, mas o compreendem como relevante apenas para as mulheres brancas, pois esse feminismo não pensa sobre nenhuma dessas outras questões que atingem as mulheres negras diariamente e, portanto, torna-se parcialmente excludente para elas.

Na efervescência de pautas feministas, outra de destaque é a da reivindicação das mulheres ao direito de trabalhar, visto que à mulher branca era destinado o papel de ficar em casa cuidando do lar e do cônjuge, cumprindo, assim, com as obrigações que a sociedade impunha e esperava dela. Em oposição a isso, podemos observar o caso das mulheres negras, que não eram privadas do trabalho até mesmo antes de atingir uma idade aceitável para exercer funções trabalhistas. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), foi realizada uma pesquisa no início dos anos 1980 com um grupo de mulheres negras de baixa renda e, dentre elas, poucas relataram que começaram a trabalhar depois de adultas. “A grande maioria começou por volta dos oito ou nove anos de idade nas ‘casas de família’ (isto é, como empregadas domésticas), especialmente no caso das filhas mais velhas.” (GONZALEZ, 2020, p. 146). Esse cenário também acometeu a própria Lélia Gonzalez, o que explicitou também mais tarde a leitura das pautas do feminismo compreendido como hegemônico, uma vez que ela não se encaixava na luta para exercer trabalho, pois já trabalhava, sem ter o direito de escolha, desde muito jovem.

Em consonância a isso, Sojourner Truth, em meados dos anos de 1850, já falava sobre o tema em um discurso que foi multiplicado em muitos espaços, chegando aos dias de hoje para pousar sobre as reflexões de estudos, sobretudo de mulheres negras. Na ocasião da

Convenção pelos Direitos das Mulheres, em Ohio, Truth, que era abolicionista e ativista dos direitos das mulheres ditas, à época, afro-americanas, fez uma fala crítica à forma que a existência das mulheres vinha sendo disseminada, ou seja, ela criticou o fato de a noção de “mulher” ser dita e sugerida particularmente a partir do imaginário branco, desconsiderando quaisquer outras formas de existência de mulheres.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (BAUMFREE, 2009).

Essa fala de Sojourner Truth visou incomodar, questionar e explicitar as várias características femininas existentes, além de afirmar que, ainda que ela fosse condicionada a realizar tarefas que não são lidas como passíveis de serem realizadas pela figura da mulher branca, isso não a tornava menos mulher, isto é, a cor e as atividades destinadas a ela não a colocavam – ou não deveriam colocá-la – em posição de inferioridade em relação às outras mulheres, as brancas. Para ela, também, desigualdades entre mulheres brancas e negras existem há muito tempo e precisam ser evidenciadas e não faria sentido a reivindicação posterior trazida pelo feminismo – pelo direito ao trabalho, pois Sojourner foi uma mulher que sempre trabalhou – e nem ao paternalismo do homem com a mulher, pois historicamente a mulher negra não é alvo de cuidados, pelo contrário, é a figura conhecida como a que sempre cuida do outro. Não apenas ela, mas as mulheres negras no geral, que não são lidas como femininas e nem dignas de cuidados e proteção por parte dos homens que privilegiam mulheres brancas, não se encaixavam nessas lutas específicas recortadas pela branquitude.

É importante lembrar, no entanto, que, assim como as autoras centrais dessa discussão compreendem, o feminismo não é motivo de descarte, pois sua importância, assim como já foi destacado, é essencial para a emancipação feminina e para a libertação de mulheres presas às amarras sociais que as sufocam diariamente com relação ao corpo, às escolhas, aos estudos, ao trabalho, ao direito de ir e vir etc. Urge, no entanto, que haja profundas mudanças e reformas nele se o interesse for aprofundar a compreensão de mulheres que lutam por caminhos distintos, mas que possuem pontos de imbricação semelhantes. Nesse sentido, bell hooks

[...] afirma que o que as mulheres compartilham não é a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo, ou seja, pelo fim das relações baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas. Para nós negros é necessário enfrentar esta questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo, a crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridade (BAIRROS, 1995, p. 462).

Com esses desenhos, a mulher negra não se apropria do feminismo hegemônico, pois, o que deveria ser assunto considerado nas pautas, por ela necessitar da condição de pertencimento enquanto mulher, acaba por excluir e abafar causas principais das dimensões negras que ela vivencia diariamente. Para uma melhor contemplação acerca dessa temática, o feminismo precisou ter dimensões de aprofundamento nas pautas negras, pois essa foi a forma encontrada para que mulheres negras tivessem seus espaços de fala, de luta, de trocas de experiências e de verdadeiras reivindicações para elas que fizesse sentido e, portanto, que nada tenham a ver com os das mulheres brancas brasileiras, sobretudo de classe média e média alta.

II.2. Sueli Carneiro: enegrecer o feminismo

A falta de reconhecimento de mulheres negras no feminismo hegemônico, bem como a imensidão de pautas que não tratavam as especificidades desse grupo racializado, apontou para a necessidade de pensar outros caminhos para que elas pudessem ser consideradas e contempladas no interior do movimento. Por conta disso, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e outras intelectuais e militantes negras estiveram concentradas em unir as pautas em outros espaços de luta que compreendessem, ao mesmo tempo, tanto a racialidade de corpos negros quanto as particularidades que o patriarcado por si só causa sobre a existência feminina.

Com relação ao feminismo, principalmente, embora fosse uma tentativa de também levar as pautas das mulheres para o movimento negro, ainda que sem sucesso, Sueli Carneiro exerce significativas críticas para que a existência negra feminina seja considerada pelo feminismo que se apoiava apenas nos discursos das mulheres brancas e de classe média ou média alta. Segundo a autora, era essencial para a luta de mulheres o enegrecimento do feminismo (CARNEIRO, 2011). Essa percepção, que aprofundaremos mais adiante, de enegrecer o feminismo, para ela, a leva a estabelecer uma relação entre racismo e o que ela chamou de *matriarcado da miséria*⁷. Para a autora, então, existe uma conjugação do racismo com o sexismo que

[...] produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127-128).

Nesse mesmo artigo, Sueli apresenta a análise do alto índice de mulheres negras que ocupam postos de trabalho “os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos” (CARNEIRO, 2011, p. 129). Nessa mesma perspectiva, a autora se concentra em enfatizar que a

[...] forte presença das mulheres negras na prestação de serviços ratifica que, tal qual no passado pós-abolicionista, essa continua sendo, para as mulheres negras, a

⁷ Sueli Carneiro toma emprestado o termo cunhado pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, por meio do qual, mostrou “como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e lideranças em suas comunicadas miseráveis em todo o país” (CARNEIRO, 2011, p. 130).

principal modalidade de atividades econômicas a que têm acesso [...] e, no entanto, nem a 'tradição' nem o 'know how' que, historicamente, vimos acumulando em tais funções são suficientes para que ao menos nessas ocupações as mulheres negras percebam rendimentos semelhantes aos das mulheres brancas (CARNEIRO, 2019, p. 36).

Embora as mulheres negras estejam majoritariamente concentradas nesse grupo ocupacional, elas continuam a ganhar menos que os homens e permanecem desprotegidas no que tange aos direitos sociais. Ainda assim, essas mulheres permaneceram invisibilizadas na pauta feminista, como abordado anteriormente. Um incômodo que levou Sueli Carneiro a teorizar sobre a urgência de, como ela nomeou, *enegrecer o feminismo*, foi a necessidade de que as demandas abrangessem as mulheres negras, grupo que nunca era contemplado pelo feminismo hegemônico que privilegiava questões pautadas apenas por mulheres brancas, sobretudo de classe média, com necessidades bem distintas e muitas vezes distantes do cotidiano desse grupo, marcado pela precarização dos meios de vida.

Para a Carneiro, enegrecer o feminismo é

[...] a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Com essa expressão, a autora denuncia o feminismo hegemônico, branco e de classe média, que insistentemente apresenta um modelo de mulher universal à sua imagem e semelhança bastante distante da realidade das mulheres não-brancas, especialmente as negras e indígenas cujos cotidianos são bastante distintos daquele vivido pelo feminismo tradicional. As narrativas feministas não apenas não permitiam que mulheres negras se compreendessem como feministas a partir das demandas dessas, mas o caráter universalizante do discurso feminista também impedia a percepção das desigualdades raciais entre as mulheres (GONÇALVES, 2018).

Com relação a isso, Sueli Carneiro advoga por uma política de equidade, enfatizando a urgência de que as mulheres negras sejam efetivamente parte indispensável da sociedade, uma vez que desde o pós-abolição elas, apesar da propagação da retórica da liberdade, continuaram – e continuam até os dias de hoje – como prisioneiras da casa-grande, isto é, permaneceram servindo as famílias brancas em suas casas na condição de empregadas

domésticas, com baixíssima remuneração e sem direitos trabalhistas assegurados (GONÇALVES, 2019).

Além do exposto, o significado de enegrecer o feminismo brasileiro também, para Carneiro, é

[...] concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na congruação, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2011).

Nesse sentido, é fundamental que se compreenda, portanto, que as violências sofridas por uma mulher branca diferenciam-se das que mais comumente são sofridas por uma mulher negra; as doenças que acometem um grupo podem se diferenciar também das que acometem o outro de acordo com as desigualdades cotidianas que ambas vivenciam em seus espaços sociais que também não são, em sua maioria, os mesmos.

Cabe atenção tanto dos responsáveis pela formulação de políticas públicas para adentrar nessa discussão e direcionar pautas significativas para a diversidade de mulheres existente na sociedade brasileira, quanto dos movimentos feministas para fazer a leitura social da diferenciação dos grupos de mulheres que precisam de cuidados e de pautas que nem sempre são as mesmas. Enegrecer o feminismo vai de encontro a essas demandas, uma vez que são múltiplas as reivindicações das mulheres no Brasil e é essencial que se tenha em mente que elas são plurais. É importante também, dito isso, que seja feita a síntese para a contemplação de interesses entre mulheres e negritude,

[...] enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2020, p. 3).

A necessidade do enegrecimento do movimento feminista após tantas lutas e reivindicações de militantes que se empenharam em lutar por pautas feministas há um longo tempo faz-se essencial e já foi notada historicamente, uma vez destacada e escrita por autoras influentes na história das lutas de mulheres, sobretudo negras. As reivindicações por melhores condições de trabalho das empregadas domésticas, por exemplo, foi uma importante luta institucional que Carneiro, ao lado de outras intelectuais e militantes negras, insistiu em

defender quando notou a ausência de pautas negras no interior do feminismo. Nas reflexões compartilhadas com Thereza Santos, a autora percebeu que o discurso do movimento sobre a opressão de gênero, estruturada pela “ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra” (CARNEIRO; SANTOS, 1985, p. 42). Esse texto, escrito a duas mãos, publicado pela editora Nobel e organizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, sob o título de *Mulher Negra*, foi responsável por inaugurar os estudos sobre desigualdades entre mulheres ao denunciar que a categoria mulheres negras não era considerada na pesquisa do censo no Brasil. A ausência do quesito “raça” nas perguntas do IBGE ocultava as reais necessidades e posições das mulheres negras na sociedade brasileira, tais como as desigualdades no mercado de trabalho, na estrutura educacional, no acesso à saúde etc. (CARNEIRO, 2019).

Problemas como esse eram, e ainda são, impedimentos na construção de pautas negras, além de impedir o conhecimento da verdadeira realidade negra no Brasil, pois dificultam enxergar onde se encontram as mais profundas desigualdades e problemas presentes na sociedade. Sueli Carneiro, preocupada com o acolhimento de mulheres negras e com a compreensão da sociedade sobre esse grupo, tentou, ao integrar o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF/SP), criado pelo governo de São Paulo, reivindicar a participação de mulheres negras nesse espaço para que essas vozes e necessidades específicas fossem trazidas à tona.

Com a insistência persistente sobre a ausência das negras no CECF/SP, Sueli criou, juntamente com um grupo de mulheres, o Coletivo de Mulheres Negras, em 1983, ao compreender a exaustão que era reivindicar falas nos espaços que não acolhiam vozes negras com as especificidades que essas têm e tinham. Nesse momento, Lélia Gonzalez já havia criado, no Rio de Janeiro, o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga. São Paulo, no entanto, até esse período, estava sem essa representação feminina negra, o que prejudicava e, por vezes, tornava inexistente a importante discussão que Sueli buscava suscitar dentro do CECF/SP e de outros espaços historicamente embranquecidos.

Sueli, que era bem ativa nas participações em conferências que ocorriam no Brasil, no final de 1988 iniciou participações em eventos internacionais e fez a sua primeira viagem para fora do Brasil para participar do *III Encuentro Continental de Mujeres, em Havana*, Cuba, como membro da delegação brasileira (SANTANA, 2021). Nessa época, as mulheres negras organizadas na luta chamavam a atenção de outros países e isso fortalecia também o Brasil.

Sueli Carneiro deparou-se, em certa ocasião nessa viagem, com o racismo nas ruas como se estivesse em São Paulo, segundo ela, e, ao ser abordada, não hesitou em verbalizar e exigir respeito a partir de ameaças de um escândalo internacional, o que funcionou na ocasião.

Vale lembrar que a militante teve uma agenda extensa, participando de diversos encontros e conferências nacionais e internacionais para a discussão das pautas das mulheres negras. Ela participou do III Encontro Feminista da América Latina e Caribenha (Eflac), em Bertiooga, no ano de 1985. O primeiro encontro ocorreu na Colômbia, em 1981, mas foi na cidade de Bertiooga, no litoral sul de São Paulo, que o termo “feminismos” foi discutido pela primeira vez, trazido para pluralizar os debates de Sueli e das militantes que suscitavam acalorados debates a partir da crítica à falta de centralidade nas discussões que dizem respeito à raça e à classe.

Além dessa terceira edição, Sueli participou também da quarta edição, que ocorreu no México, na cidade de Taxco e da quinta, na Argentina. (SANTANA, 2021). “Onde quer que chegasse, no Brasil ou no exterior, ela procurava as mulheres e entidades negras locais para saudá-las e construir alianças.” (SANTANA, 2021, p. 199). A militante aproveitou a participação no IV Eflac para levantar a discussão quanto à importância do enegrecimento do feminismo no continente americano, rompendo, assim, com o feminismo hegemônico que se importava apenas em tratar pautas brancas e omitia as reivindicações das negras que participavam desses eventos.

Esses encontros eram essenciais para refletir sobre os desdobramentos do patriarcado e como isso atingia as mulheres no geral, mas foi em 1990, isto é, na quinta edição do Eflac, na Argentina, que as mulheres negras do continente sul-americano se reuniram para organizarem juntas um encontro próprio que evidenciasse as pautas delas, discutindo as questões feministas com ênfase na racialidade que não era pautada nos encontros até ali, como já havia sido pautado quando em 1987, em Garanhuns, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Dessa vez, a ideia era ampliar o debate com mulheres de todo o continente, assim foi realizado em meados de 1992 o I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, na República Dominicana. O evento reuniu cerca de 350 mulheres negras e teve participação representada de mais de 30 países durante os seis dias em que ocorreu (SANTANA, 2021).

A partir desse encontro, foi criada a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e da Diáspora (RMAAD), objetivando a construção e a visibilidade de um grupo

que visava mostrar o conjunto de desigualdades que as mulheres negras enfrentavam na diáspora, além de promover a troca de experiências quanto às estratégias de participação dessas mulheres nas instâncias governamentais e reforçar o que era acordado em cada país que se propunha a participar desse movimento. Nesse período, a RMAAD foi essencial no papel de denunciar e articular diálogos internacionais com relação ao racismo e ao sexismo que já era, há muito, denunciado por Carneiro e por outras militantes e intelectuais negras, mas, desta vez, a fala chegaria nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), ainda na década de 1990 (SANTANA, 2021).

Vale destacar que foi a partir desse primeiro encontro da RMMAD, ocorrido no mês de julho, que ficou estabelecido o marco internacional de luta e da resistência das mulheres negras, o que marcou o dia 25 de julho como o dia Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, instituído pela ONU, e que ainda hoje tem grande repercussão nos movimentos de mulheres, sobretudo negras. No Brasil, particularmente, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), quando o ministério da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial era ocupado por Luiza Bairros, a presidenta da época, Dilma Rousseff⁸, decretou a lei nº 12.987/2014, instaurando o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela.⁹ Mesmo quando Sueli Carneiro não participava dos encontros diretamente realizados pela ONU, ela participava ativamente da organização e do planejamento das ações e conferências (SANTANA, 2021).

A autora, como pensava e como já vinha trabalhando no Brasil, bem como também fizera nos encontros anteriores, fez uma fala, nessa ocasião, direcionada a fomentar a necessidade continental de *enegrecer o feminismo*, “rompendo o reducionismo do feminismo branco hegemônico em não reconhecer as desigualdades entre as mulheres e não incorporar as reivindicações de mulheres negras à luta ampla do feminismo” (SANTANA, p. 199, 2021).

Nesse momento, Sueli e as demais militantes enfrentavam críticas do feminismo hegemônico e do movimento negro contra elas, pois tanto as feministas quanto o movimento negro acusava-as de responsáveis por um suposto divisionismo da luta de ambos. Ainda que elas deixassem claro quais eram as reais motivações e interesses ao sugerir um possível movimento de mulheres negras, separado dos dois, os movimentos não pareciam compreender

⁸ Presidenta do Brasil entre o período de 2011 e 2014 e reeleita em 2014 para governar até o ano de 2018. No entanto, a governabilidade de Dilma foi interrompida por um golpe de estado ocorrido em 2016, quando teve que deixar a presidência injustamente.

⁹ Líder quilombola do século XVIII que resistiu à escravidão na região que hoje fica o estado do Mato Grosso.

as necessidades que elas viam a partir de uma experiência cansativa de não encontrar agenda pautada em nenhum dos dois. Além da negação dessas necessidades, é importante compreender que tanto o movimento negro se beneficiava da mão de obra da mulher negra que trabalhava arduamente nas questões colaborando com os homens e eles valoravam-se disso, quanto as mulheres brancas se debruçavam no conforto do privilégio e em nada eram atingidas com a ausência de assuntos negros. Foi a partir desse cansaço de não-lugar que se formou, então, um espaço que abrangesse, ao mesmo tempo, a mulher e a figura negra, não para divisionismo, como era acusado, mas para abrangência da totalidade das mulheres negras.

Sueli aponta que, nesse momento, o feminismo encontrava-se como “prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2019, p. 197) à medida que esse não se propunha a enxergar de perto a totalidade de mulheres que necessitavam de atenção quanto às causas patriarcais presentes na sociedade. Apesar desse debate, “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.” (CARNEIRO, 2019, p. 198)

É importante também destacar que, assim como o feminismo, desde seu surgimento, é necessário para a emancipação feminina, o movimento negro também é fundamental instrumento de luta e de resistência para formação e criação da população negra desde sua origem em São Paulo. O ponto em questão, no entanto, é a efetividade universal de seus respectivos enfrentamentos e como eles ocorriam na prática sendo narrados por corpos que se encaixavam em um mínimo de padrões exigidos socialmente para que se tenha a voz permitida e ouvida mesmo em espaços específicos.

São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações (CARNEIRO, 2019, p. 197).

A partir da compreensão de que as mulheres negras eram partícipes e estavam ocultas pela representação simbólica e no ideário do movimento, é fundamental manter a compreensão de que elas eram base social nos dois movimentos. Ainda que essas mulheres sustentassem as ações dos homens do movimento negro, elas não tinham espaço para exercer o direito de dividir com eles o protagonismo de sujeito negro, logo, suas reivindicações não eram escutadas e nem ao menos tidas como relevantes. Da mesma forma, no movimento feminista elas contribuíam com organizações, com teorias e para a base daquele ajuntamento

de mulheres, no entanto nem as temáticas trazidas por elas para estimular discussões e nem a contribuição nos trabalhos, de fato, eram reconhecidas em ambos os espaços.

O processo de engajar as negras na luta de mulheres e de observar que há necessidade delas serem contempladas, resulta, desde meados de 1980, na criação de organizações de mulheres negras no âmbito nacional, de fóruns que contemplem as especificidades desse grupo também nacionalmente e afirmações de que os temas essenciais da agenda dessas mulheres são fundamentais tanto no prisma feminista quanto na perspectiva da discriminação racial (CARNEIRO, 2020). Cansadas desse cenário de disputa desigual, por fim, Sueli e as mulheres com quem ela dividia a mesma compreensão de mundo e que sofriam dos mesmos apagamentos que estavam sobre a vida dela, perceberam que precisavam criar os próprios elementos de luta para emergir lideranças femininas negras e suscitar a vocação de trazer demandas diferenciadas em termos de políticas públicas.

Ao contrário do que a população brasileira acreditava, quando a negritude, sobretudo essas mulheres, iniciaram com mais firmeza a jornada pela busca de reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, negras e negros estiveram no fronte de resistir às ameaças desde sempre. A resistência negra iniciou, de fato, quando o primeiro navio negreiro chegou ao Brasil, mas essa resistência foi sistematicamente negada por diversas leituras, como a de que a escravidão havia acabado assim que a população negra foi alforriada, por exemplo, ou que a resistência começou anos depois. Ademais, para uma população não-negra que acreditava em democracia racial, algo que foi refutado por Abdias do Nascimento (1978), o discurso de resistir era esvaziado, pois todos eram iguais perante a lei, o que era invisibilizado para que se conquistasse, na prática, direitos para cidadãos negros.

Para fortalecer as lutas que há muito tempo já vinham sendo travadas pela população negra desde a diáspora e pelo movimento negro desde a década anterior, o Geledés - Instituto da Mulher Negra, que havia sido criado em 1988, com Sueli Carneiro e com a voz de outras integrantes, combateu diversos ataques racistas contra a população negra, sobretudo no que diz respeito à existência da mulher negra. O Instituto foi – e ainda é – um importante instrumento para o enfrentamento da falácia da democracia racial no Brasil e faz esforços para incluir esse grupo em pautas que ainda não o privilegiava enquanto sujeitos de plena existência.

Em 1993, Deise Benedito representou o Geledés na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena. A atuação do movimento feminista foi decisiva para explicitar que mulheres e meninas também fazem parte da categoria “humano” (SANTANA, 2021, p. 204).

Carneiro também fazia frente às discriminações raciais e reforços de racismo que ocorriam em horário nobre da TV aberta, isto é, nas novelas da Rede Globo, sobretudo ao longo dos anos 1990, a partir tanto de entrevistas que ela concedia nesse período quanto de notificações judiciais destinadas diretamente à emissora.

Com essas atitudes, em paralelo com os artigos que a autora escrevia nesse período, tanto para o Geledés quanto para outras revistas específicas, Sueli Carneiro demarcava cada vez mais o teor de suas lutas. O reconhecimento dos problemas raciais que atravessavam a vida de cidadãos negras e negros e o enegrecimento do feminismo faziam-se urgentes e essas lutas precisavam ser travadas não só nos meios de combate dos movimentos com as/os ativistas por direitos humanos, mas também, por exemplo, em amplos espaços, como a TV aberta, a qual alcançava acesso significativo da população. Ademais, o barulho causado pelo descontentamento explícito de Sueli e das demais mulheres dos movimentos de mulheres negras era responsável por amplificar discussões de direitos humanos que se não acometiam o campo das mulheres, menos ainda era a abrangência com relação às negras. Sobre esse aspecto, com muito esforço,

O debate feminista entrou de vez no campo dos direitos humanos, com o reconhecimento de que o Estado não é responsável por violar direitos apenas quando tortura pessoas, mas também quando é omissivo e discriminatório (SANTANA, 2021, p. 204).

O movimento de afirmação de uma existente democracia racial no território brasileiro, combatido por Abdias do Nascimento e por diversos outros intelectuais, reverberou por muito tempo e reverbera até os dias de hoje quando o Estado e a própria sociedade negam a discriminação racial e as desigualdades causadas pelas mais diversas culturas e tons de pele existentes no Brasil. Negar esse fato é enfraquecer a luta dos povos minorizados, não depositar atenção às vozes que clamam e lutam diariamente pela emancipação negra, além de fortalecer uma resistência em direcionar políticas públicas para uma população que é colocada às margens dos direitos políticos, sociais e até mesmo humanos há muito tempo.

É importante dimensionar também o esforço de mulheres negras que permanecem no fronte que sempre estiveram desde o período escravocrata e que hoje se estabelecem como a base da sociedade (GONZALEZ, 2020), enquanto os homens brancos continuam no topo da pirâmide social, logo após as mulheres brancas, a seguir os homens negros e, por último, na base, a mulher negra. Enegrecer o feminismo é, sobretudo, trazer a devida importância para esse cenário e articular estratégias para que mulheres estejam todas ocupando, no mínimo, a

mesma posição social e que nenhuma permaneça isolada na base da pirâmide. A perda de privilégios age diretamente nessa direção e a resistência a isso advinda das mulheres brancas é impedimento para que haja um maior diálogo entre os diversos feminismos. Urge que haja enegrecimento das pautas feministas, que precisam considerar que a dimensão “mulheres” é plural e que o que contempla um grupo pode não necessariamente contemplar o outro.

II.3. Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano

Assim como Sueli Carneiro, que se preocupou e se empenhou em analisar os índices de mulheres negras que ocupavam cargos em trabalhos que muito destoava das ocupações de homens e mulheres brancas, sobretudo no que dizia respeito às remunerações, Lélia Gonzalez também teceu críticas sobre essas questões. Em uma sociedade de classes marcada por um passado escravocrata e que ainda possui amarras firmadas em um racismo que é estrutural e estruturante, as mulheres negras compõem o grupo dos sujeitos mais vulneráveis do mercado (CARNEIRO, 2011).

Essas preocupações também ocuparam o núcleo das análises teóricas de Lélia Gonzalez. Segundo a autora, a mulher negra é justamente aquela mulher habitante da periferia, nas baixadas da vida e

[...] é ela que sobrevive na base de prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, ‘mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (GONZALEZ, 2018, p. 199).

Esse trecho, que foi extraído do artigo “Mulher negra”, da autoria de Gonzalez, publicado originalmente em 1985 na *Revista Afrodíaspóra*, demonstra a autora examinando a situação da população negra em geral, trazendo dados que reafirmam (ainda em 2023) a disparidade entre pessoas negras e brancas, sobretudo no mercado de trabalho. A esse respeito, ela escreve:

Não é casual, portanto, o fato da força de trabalho negra permanecer confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração. A sistemática discriminação sofrida no mercado de trabalho remete a uma concentração desproporcional de negros nos setores agrícola, da construção civil e da prestação de serviços (GONZALEZ, 2018, p. 268).

Ao examinar essa realidade, a autora constata que existe, sim, uma divisão sexual do trabalho, como propunha o movimento feminista, uma vez que às mulheres são destinados cargos majoritariamente inferiores em relação aos dos homens e, mesmo quando ocupam um patamar empregatício igual, elas são contempladas com inferior remuneração. No entanto, acrescida a essa divisão, ela também enfatiza que, para além da existência da divisão sexual, há também uma *divisão racial do trabalho*, que precisa ser examinada. Para Gonzalez, entretanto, não se pode examinar o caso brasileiro sem analisar a junção entre a divisão sexual e a divisão racial, que é frequentemente camuflada pelo mito da democracia racial, defendido

por grande parte da população. Segundo Gonzalez (2018, p. 193), nessa divisão racial do trabalho, a

[...] mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta”, a autora ainda indaga sobre qual a razão das mulheres negras desempenharem atividades que não implicam em ‘lidar com o público’, isto é, em postos em que não podem ser vistas e levanta o questionamento de “como é que a gente chegou a este estado de coisas (GONZALEZ, 2018, p. 199).

Responder a essas questões conduziu a autora a trilhar caminhos pouco explorados na literatura especializada na história do Brasil, que foi e é ensinada às crianças nas escolas brasileiras públicas e privadas. Com efeito, Lélia Gonzalez fazia-se notar “sobretudo pelo dinamismo de suas ideias, de suas formulações teóricas e políticas. A inquietude intelectual e militante foi uma de suas mais marcantes características” (GONÇALVES, 2020, p. 225). Como enfatiza Renata Gonçalves (2020), o ativismo político e as formulações teóricas de Lélia funcionavam como um movimento circular, um espiral que rodopiava incessantemente, pois a produção intelectual de Gonzalez foi incansável e no centro de suas formulações teóricas encontra-se a imbricação das determinações de classe, de raça e de gênero (essa última, à época, referida como categoria sexo). Em meio às críticas que Lélia fez ao lusotropicalismo, ela foi enfática ao dizer que a miscigenação aclamada por Gilberto Freyre não é sinônimo de harmonia racial, muito pelo contrário, isso é “o resultado da violação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (GONZALEZ, 2018, p. 35).

Nesse contexto, às mulheres negras escravizadas eram destinados os lugares subalternos de exploração, de abusos sexuais, de maus tratos e das demais barbaridades que recaíam sobre o corpo negro feminino (GONÇALVES, 2021, p. 81). Faz-se necessário ressaltar também que ainda nos dias de hoje “a imagem colonialista, sexista e racista que se veicula sobre a mulher negra, nacional e internacionalmente, é a de objeto sexual, de produto disponível ao consumo e ao descarte” (LIRA, 2019, p. 20). No período da escravização, a sexualização dos corpos dessas mulheres lhes impunha a tarefa de satisfazerem seus senhores. Além disso, elas eram comumente reduzidas a fêmeas procriadoras com vistas a aumentar a força de trabalho escravo, uma vez que os filhos dos senhores com as mulheres escravizadas eram naturalmente destinados à vida de escravidão e, se uma mulher escravizada concebia uma/um filha/o, isso significava o aumento da mão de obra para trabalhar como qualquer outro escravizado e também na casa-grande, no caso de meninas – reproduzindo o mesmo ciclo que ocorria com a genitora – ou nos campos, exercendo trabalhos pesados, no caso de meninos. A respeito disso,

O ventre gerador, considerado a parte produtiva da propriedade escrava, levava os senhores a considerarem as mulheres negras não apenas como trabalhadoras, mas também a reconhecerem em seus corpos uma potência capaz de ampliar o patrimônio. Este olhar patriarcal buscava retirar das mulheres negras o estatuto de humanidade, ao mesmo tempo em que imputava a elas mais uma razão da subalternidade que lhes era imposta (GONÇALVES, 2021, p. 81).

Em suas pesquisas, Lélia Gonzalez também identificou uma continuidade histórica dos estereótipos das mulheres negras a partir da figura de mucama: a “mulata”¹⁰; a empregada doméstica e a mãe preta. A autora dedica-se a examinar o lugar reservado à jovem mulher escravizada, que era colocada na posição de serva de estimação para contribuir nos serviços domésticos da casa-grande e, na maioria das vezes, também era obrigada a exercer a função de ama-de-leite das/os filhas/os das mulheres brancas e/ou eram alugadas a várias famílias escravocratas para amamentarem outros rebentos da branquidade. As cativas domésticas foram expostas às práticas específicas de dominação e violência, como o estupro (DAVIS, 2016) e restrições ao exercício da própria maternidade (TELLES, 2018). Nesse cenário, as chamadas amas-de-leite tinham de se dedicar totalmente aos bebês brancos e lhes suprir a necessidade de aleitamento materno, enquanto seus próprios bebês eram jogados praticamente à própria sorte:

[...] estavam sujeitos ao desmame precoce, a separações temporárias e por vezes à morte. Privadas do leite materno, ou obtendo-o em menor quantidade, as ‘crias’, como eram chamados pelos senhores, não raro passavam fome contando com uma alimentação imprópria e de difícil digestão – como papinhas feitas com farinha de mandioca, ou o leite animal não esterelizado (TELLES, 2018, p. 101).

Diferentemente da ideologia de que havia no Brasil uma harmonia racial, a convivência entre famílias escravistas e mulheres negras escravizadas, que foram forçadas a viverem na casa-grande, foi atravessada pela violência e estas, quando davam à luz, integravam “um mercado lucrativo de aluguel de seu leite e de seus serviços” (TELLES, 2018, p. 101).

Lélia Gonzalez compreendeu também como as mulheres negras brasileiras permaneceram aprisionadas a este estereótipo: as empregadas domésticas seguem executando as tarefas da casa-grande e, como lemos nos jornais ainda na atualidade, já não são raras as vezes em que se encontram em condições análogas à de escravidão. Exemplos recentes disso são casos emblemáticos como o de Yolanda Ferreira, de 89 anos, que trabalhou durante cinquenta anos para uma família no município de Santos, litoral sul de São Paulo, sem receber

¹⁰A utilização deste termo, hoje pejorativo e em desuso, se deve ao fato dele ter sido analisado por Lélia para dar visibilidade e combater as práticas racistas enraizadas na sociedade brasileira. A posição adotada aqui é a da política do letramento racial, isto é, da necessidade de combater o racismo naturalizado na forma de pensar e agir, sendo fundamental a alteração de todos os termos racistas e degradantes da condição de humanidade. A este respeito, consultar: Almeida (2017) e Nascimento (2019).

salário, sem possibilidade de sair da casa dos patrões, sem condições adequadas de trabalho etc (D'ALMEIDA, 2022). ou ainda, com mais recente repercussão, a situação denunciada por um *podcast* que tomou grandes proporções: “A mulher da casa abandonada”¹¹. Esse caso foi conhecido internacionalmente ao ser trazido à tona o fato de que Margarida Bonetti, brasileira que residia no exterior, manteve, por muitos anos, uma empregada doméstica negra em condições análogas à escravidão nos Estados Unidos. Anualmente inúmeras ocorrências como essa chegam ao conhecimento público, não apenas no imaginário ou no estereótipo, mas também as vivências de muitas mulheres negras continuam praticamente intactas em relação ao que eram antes da abolição, isto é, elas prevalecem sendo sujeitos vistos como passíveis de escravização.

A intelectual e feminista negra Cláudia Pons Cardoso (2014), ao analisar a contribuição teórica de Gonzalez para a compreensão da condição das mulheres negras na sociedade brasileira, observa que a volta a um local similar à casa-grande as deteve em funções vinculadas aos serviços prestados durante a escravidão, “incluindo a exposição à violência sexual” (CARDOSO, 2014, p. 975). A hipersexualização do corpo das mulheres negras, assim como era no período escravocrata com os senhores de escravos, ainda hoje as transforma em mercadoria para satisfação pessoal dos homens, que, por sua vez, se sentem no direito de usufruir de um corpo que é desejado apenas para a satisfação sexual, mas não é cotado para construção de vínculos afetivos.

Sobre o terceiro estereótipo, a mãe preta, – representada pela sociedade racista como resignada e passiva face à opressão e à exploração – Gonzalez apresenta uma ressignificação da maneira folclorizada como essa mulher é considerada (BARRETO, 2018, p. 23). Ela vai além e desloca a mãe preta da condição de objeto passivo para a de sujeito político capaz de construir uma *resistência passiva* (GONZALEZ, 2018, p. 40). Ao africanizar a cultura, a mãe preta ensinou todos os seus valores também aos filhos da casa-grande; ensinou-lhes o que Lélia Gonzalez denominou *pretuguês*, que é a marca da africanização do português falado no Brasil (GONZALEZ, 2018). Como escreveu a autora, a mãe preta é exatamente essa figura que é considerada extremamente passiva e dotada de um amor profundo, além de uma dedicação extraordinária que dá “uma rasteira na raça dominante” (GONZALEZ, 2018, p. 204).

¹¹ Podcast produzido pela Folha de São Paulo, narrado em 2022 pelo jornalista Chico Felitti e disponível de forma online em streamings de música e podcast.

Estava definitivamente assegurada a importância das mulheres negras ao longo da formação social brasileira, mas Lélia Gonzalez foi além. No debate sobre o feminismo na América Latina, a autora repõe a discussão acerca da categoria político-cultural de *amefricanidade*. Se antes a autora lançava mão desse conceito para abordar as resistências comuns no subcontinente latino-americano, agora a *amefricanidade* ganha contornos mais minuciosos nas análises de Lélia Gonzalez no que tange às mulheres negras. Com efeito, a concepção dela a respeito das *amefricanas* ressurgiu nos debates que ela estabelece com as feministas latino-americanas no final dos anos de 1980. A partir de sua experiência enquanto mulher negra, Lélia problematiza “algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e às *amefricanas* subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferiorização” (GONZALEZ, 2020, p. 140).

Gonzalez reconhece a importância do feminismo, como teoria e prática, na vida concreta das mulheres, assim como Sueli Carneiro, como já demonstrado anteriormente. Como apresenta Lemos (2006, p. 64), “não devemos esquecer a importância que este movimento representou para algumas mulheres que, a partir de seu envolvimento no feminismo tradicional, puderam conquistar novos espaços de poder”. No entanto, Gonzalez observa que a compreensão quanto à discriminação de natureza racial, nesse meio, não aconteceu. Além disso, ela não poupa críticas a esse “esquecimento” da questão racial que, para ela, funciona com uma “cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALEZ, 2020, p. 141), que infantiliza e hierarquiza mulheres e não brancos, a partir da classificação por um sistema ideológico de dominação capaz de suprimir a condição de humanidade. Nesse sentido, falar da opressão das mulheres sem tocar na questão étnico-racial, “tira da cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas” (GONZALEZ, 2020, p. 142).

A autora ainda recorreu às experiências coletivas para demonstrar as mudanças necessárias no feminismo e, impulsionada pelo próprio movimento de mulheres da região, mesclando a luta contra o racismo e contra o patriarcalismo numa perspectiva anti-imperialista, propõe o que ela denominou de *feminismo afro-latino-americano*. A *amefricanidade* é para a autora “uma categoria político-cultural, que, ao seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses.” (RIOS; LIMA, 2020, p. 20). Além disso,

A construção de um pensamento afro-latino-americano, que ela propõe, é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade, introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais” (RIOS; LIMA, 2020. p. 20).

Esse debate precisa continuar no centro das agendas feministas na sociedade brasileira, visto que, ainda que inúmeras intelectuais e militantes já tenham discursado sobre o tema, ele ainda é urgente e passível de discussões, tanto no âmbito do feminismo hegemônico quanto no meio do feminismo negro, com sua agenda mais direcionada a essas questões que abrangem as mulheres.

Em concordância com os pensamentos expostos, outras autoras também discutem a dimensão da racialidade feminista, como Patricia Hill Collins, que elenca um conjunto de categorias a respeito de feministas negras, apesar de se distinguir um pouco por se tratar do recorte nos Estados Unidos. Lélia, no entanto, tratou de aprofundar-se na compreensão das mulheres negras latinas e caribenhas e demonstrou que pensar sob a perspectiva da amefricanidade, como propôs, reforça o quanto é fundamental compreender o feminismo na teoria e na prática a partir dos mais diversos corpos. Segundo a autora, “esse movimento que inovou na agenda de lutas teve conquistas importantes e produziu um debate público essencial ao politizar o mundo privado. Justamente por isso, esse movimento não poderia ser cego às questões raciais” (RIOS, 2020, p. 19).

Ainda que o feminismo não desse conta – e nem se propunha a pensar as questões negras – era desse movimento que as mulheres negras mais se aproximavam, pois o movimento negro se distanciava mais ainda das demandas de mulheres (GONÇALVES, 2018), ainda que os homens negros estivessem ao lado de suas irmãs de luta, os holofotes jamais eram destinados às lutas delas. Essa contradição fez com que as mulheres, que eram deixadas de lado enquanto sujeitos negros, pautassem lutas separadamente do movimento negro e do feminismo, como já foi narrado quanto aos encontros de mulheres negras que ocorreram nas décadas passadas.

A nova epistemologia feminista da qual se teve necessidade, delineada e abordada por Lélia Gonzalez, então, o *feminismo afrolatinoamericano*, foi “capaz de ampliar nossos horizontes aumentando também nossas esperanças de resistências amefricanas e ameríndias” (GONÇALVES, 2020, p. 237). Uma vez, pois, que mulheres se identificavam com as narrativas que eram feitas a partir dessa nova colocação, elas encontravam forças, meios, instrumentos e parcerias para travarem lutas que lhes eram semelhantes geográfica, histórica

e culturalmente. É a partir desse princípio, portanto, que é possível enxergar meios para a emancipação da mulher negra e para o desprendimento das amarras sociais enquanto narradora da própria história com uma importância que não era direcionada a ela, tanto no período escravocrata quanto nos dias atuais, uma vez que é esse grupo que se mantém, ainda nesse século, intacto na base da pirâmide social.

CAPÍTULO III - ROSAS NEGRAS NA ARIDEZ DO DESERTO: diálogos com o Serviço Social

III.1. Nós, mulheres negras, objeto de caridade do Serviço Social?

O racismo no Brasil foi responsável por implementar um verdadeiro *apartheid* no país e, principalmente, por empurrar trabalhadoras/es negras/os a instalarem suas habitações nos lugares mais longínquos e da forma mais precária possível. A liberdade formal adquirida com a abolição da escravatura, em maio de 1888, não impediu, pelo contrário, acentuou ainda mais uma vida de privações a esses indivíduos outrora escravizados, pois tratou-se de uma abolição inconclusa, isto é, que não foi concluída, de fato, para a população negra brasileira. Os empregos eram oferecidos a trabalhadoras/es europeus que eram constantemente incentivadas/os pelo Estado brasileiro com o objetivo de embranquecer a jovem nação brasileira (MOURA, 1988).

Enquanto os homens negros não conseguiam se inserir no recém-instalado mercado capitalista no Brasil, as mulheres negras encaixavam-se entre os mais precários empregos domésticos, como já foi aqui abordado. Para sua sobrevivência e de sua prole, elas não viram alternativa que não fosse a de empregarem-se como domésticas nas novas casas-grandes (CARNEIRO; SANTOS, 1985), perpetuando relações de subalternidade bastante semelhantes às que haviam vivido ao longo da escravidão. Naquele período, antes da dita abolição, as mulheres negras eram tratadas de duas formas: quando interessava aos olhos dos senhores dos escravizados, recebiam o mesmo tratamento dado a qualquer outro trabalhador, executando os trabalhos mais penosos na produção escravista, mas, como mulheres, eram obrigadas a estarem sexualmente disponíveis às taras dos mesmos senhores escravistas (GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2018). Esse olhar senhorial lhes retirava o estatuto de humanidade, ao mesmo tempo que as responsabilizava por sua própria condição de subalternidade. A partir da narrativa falha de Freyre (2003)

Diz-se, geralmente, que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia (p. 316).

Às mulheres escravizadas era transferida a responsabilidade pela identidade caricatural pela qual elas eram vitimadas, não sendo reconhecida a violência a que eram submetidas pelos senhores de escravizados: coerção sexual, açoite, mutilação e estupro. A esse respeito, é

possível identificar também a mesma situação com as mulheres escravizadas nos Estados Unidos. Angela Davis observa que a

[...] postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

A autora norte-americana enfatiza ainda que o estupro “era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20). Nos Estados Unidos, no Brasil e em qualquer formação social onde tenha sido instaurada a escravidão, o ventre feminino era parte importante da propriedade escravizada, o que levava os senhores a considerarem as mulheres negras não apenas como trabalhadoras, mas também a reconhecerem em seus corpos uma potência capaz de ampliar o patrimônio, uma das razões que contribuem para os estereótipos que reduzem as mulheres negras a corpos sem mentes.

Lélia Gonzalez identifica nessa relação uma verdadeira divisão racial do trabalho, como já foi aqui apresentado, em que a mulher negra é, geralmente, destinada aos empregos de cozinhar, faxinar, servir etc (GONZALEZ, 2018). Essa reflexão se aproxima daquilo que bell hooks (1995, p. 468) chamou de “patriarcado capitalista com supremacia branca”, que age para impossibilitar que as mulheres, sobretudo as negras, atuem enquanto intelectuais que exercitam de forma criativa suas mentes ou mesmo que usufruam de qualquer outro cargo que não utilize a capacidade – socialmente descredibilizada nas mulheres negras – de usufruir do intelecto.

Na mesma perspectiva, Renata Gonçalves observa que a consequência direta dessa ideologia é a falácia de que as mulheres negras “são desprovidas de capacidade intelectual, o que as coloca em desvantagem quando chegam à docência no Ensino Superior onde, para sobreviver, terão uma responsabilidade redobrada” (GONÇALVES, 2018a, p. 363). Isto é, essa ideologia se apoia e, ao mesmo tempo, perpetua a tripla discriminação vivenciada pelas mulheres negras: de gênero, de classe social e de raça/etnia. Se comparadas aos homens negros, também no campo da intelectualidade, as mulheres negras ocupam uma posição de maior desvantagem, pois, além da desigualdade social e do racismo, elas têm de lidar com os mecanismos da violência patriarcal – que as colocam como inferiores no exercício dos direitos, que também é parte da estrutura da sociedade brasileira.

O racismo, o patriarcado e o capitalismo que colocam, portanto, as mulheres negras em uma tripla opressão, fazem-nas vivenciar cotidianamente as dores pelo fato de serem trabalhadoras precarizadas, mulheres e negras. Isso contribuiu para moldar o estereótipo de que as mulheres negras são capazes apenas de exercer atividades manuais que não demandam muita – ou nenhuma – reflexão. São reservados a essas mulheres os degraus mais subalternos possíveis da sociedade, podendo ocupar os mesmos lugares que as mulheres brancas e os homens brancos somente para poder servir às necessidades destas/es, como pontua Carneiro (2019).

Reserva-se às mulheres negras, ademais, um lugar de subalternidade no novo mercado de trabalho, em que a cozinha e a ocupação no trabalho doméstico são centrais. Em um país que comporta esse deserto árido que é uma sociedade extremamente desigual, marcada pela manutenção da ideologia da casa-grande, as mulheres negras são impostas às mais precárias condições de vida. Longe de ser uma obra do acaso, essas mulheres serem o público majoritário no acesso aos benefícios e aos serviços ofertados pela assistência social brasileira tem estreita relação com essa dinâmica e a análise disso faz-se necessária no interior da profissão que trabalha diretamente com o público feminino negro e com concessão e articulação de benefícios sociais a essa parcela, estendendo-os também à sua prole.

Neste sentido, conhecer a pauta das mulheres negras periféricas é tarefa fundamental para o Serviço Social crítico e transformador, pois são elas que estão na ponta dos serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e esse tem sido o público majoritário no acesso aos benefícios e aos serviços ofertados pela assistência social brasileira (COSTA, 2017). Os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome revelam que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família (PBF), entre homens e mulheres, são negros. Do total geral de beneficiários titulares do Programa, 93% são mulheres e 68% destas são negras, incluindo o acesso a equipamentos públicos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a que as/os beneficiárias/os do PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) possuem prioridade no acesso (COSTA, 2017).

No entanto, a profissão desconhece as mulheres negras que estão na frente dos seus balcões de atendimento. A história da população negra não aparece nos currículos acadêmicos e as/os profissionais não conhecem a produção de intelectuais oriundas/os desta população. O Serviço Social ainda não se apropria dessas produções na formação e na atuação profissional, embora ao longo dos últimos anos a discussão tenha conquistado alguns poucos espaços, fruto de muita luta de profissionais que já compreenderam a relevância do assunto.

Em um primeiro levantamento que realizamos em 2021, com vistas a mapear as matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social das universidades federais brasileiras, é possível notar que poucas delas incluem disciplinas relacionadas às questões de gênero e/ou raça como obrigatórias, são elas: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Esta última, além da disciplina obrigatória, possui mais disciplinas optativas relacionadas aos temas. Algumas outras universidades, quando possuem disciplinas específicas sobre relações étnico-raciais e de gênero, ofertam somente eletivas ou optativas, isto é, disciplinas não obrigatórias para a formação, o que exige da/o discente interesse e disponibilidade para cursá-las caso queira ater-se às discussões referidas que tanto são essenciais para a formação no curso de Serviço Social.

Priscila Lira (2019) chama a atenção, nesse sentido, para a falta de um diálogo contínuo do Serviço Social com essa discussão, sobretudo a partir de 2015, ano em que ocorreu a histórica “Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo e pelo Bem Viver”, que reuniu cerca de 50 mil mulheres negras em Brasília e, principalmente, para o silenciamento do conselho da profissão em relação a essa mobilização histórica que poderia ser pautada na profissão. Segundo a autora, o estranhamento devido a esse silêncio da profissão é causado sobretudo pelo motivo de que

[...] estas mulheres são maioria nos atendimentos cotidianos da(o)s profissionais do Serviço Social, nas filas de espera dos serviços públicos, em busca da cesta básica, denunciando as mortes de seus filhos e filhas, beneficiárias dos programas de transferência de renda, recebendo visitas fiscalizatórias de agentes do Estado. São elas as principais atendidas pelas políticas sociais, em cujos espaços de atuação profissional está inserida a maioria de Assistentes Sociais (LIRA, 2019, p. 18).

O Serviço Social, além de durante muito tempo não ter colocado na agenda essa temática, agora discute a questão da população negra sem que as especificidades das mulheres negras sejam abordadas de forma aprofundada e coerente. Na contramão dessa invisibilização, assistentes sociais negras buscam e reivindicam espaços para tratar da relevância do assunto nas academias e nos próprios espaços sócio-ocupacionais, porém torna-se uma sobrecarga para elas, uma vez que são essas profissionais específicas que, na maioria das vezes, direcionam a atenção devida para as questões étnico-raciais no âmbito das mulheres que invadem o cotidiano em sociedade.

Além de notar o silêncio da profissão, é importante destacar a ausência do feminismo nessa marcha que tanto foi significativa para as mulheres negras. Embora a Marcha das Mulheres Negras de 2015 tenha contado com a presença de mulheres brancas e de homens,

Esta ação não foi coordenada por um conjunto das articulações movimentalistas feministas, participaram apenas as articulações de mulheres negras em parceria com o movimento negro. Não é possível analisar o que isto significa em termos de unidade ou não do movimento de mulheres, mas a ausência de várias articulações identificadas como movimentos feministas na coordenação da Marcha de Mulheres Negras parece significativo de um certo afastamento, ainda que reconhecendo a presença de ativistas vinculadas ao feminismo negro neste espaço de coordenação. (SILVA, 2016, p. 150)

Ainda ao se tratar de alimentar o parcial descaso do Serviço Social, a violência do Estado recai sobre as mulheres negras também nas situações de criminalização e genocídio da população negra. Em um país no qual a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado (SANTIAGO, 2022), é fundamental ter em mente que esses jovens têm relações familiares com mulheres negras, sejam essas no papel de mães, irmãs, tias, esposas etc, isto é, o genocídio da população negra, que sufoca homens negros jovens, atinge também mulheres negras que vão conviver com o luto (LIRA, 2019). Faz-se necessário enxergar esses não ditos de forma nítida para compreender a realidade de uma população que vem, há muitos anos, sendo vítima de descaso estatal e, quando está na mira de algum benefício pontual, ainda assim é uma população facilmente estereotipada como pessoas que não se esforçam o suficiente, que são preguiçosas ou que são privilegiadas pelo Estado, quando, na realidade, não é bem assim.

É possível também, ainda em termos das leituras feitas e produzidas pela profissão e dessa falta de diálogos sobre a população negra que, caso fossem realizados, facilitariam a compreensão de estudantes/profissionais do curso, observar a ausência da imbricação de raça e gênero nas revistas dedicadas ao Serviço Social. A revista *Temporalis* lançou, em 2014, dois números, v. 14, n. 27 e v. 14, n. 28, intitulados “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. Dos 30 artigos que compõem os números, nenhum se dedica a examinar mais diretamente as mulheres negras, que ficam mais uma vez fora de discussões específicas no que tange ao Serviço Social, ainda que, como já exposto, a relação entre mulher negra e a profissão seja altamente significativa e precise ser compreendida ainda em sala de aula e na continuidade dos estudos cotidianos.

No ano de 2017 a revista *Ser Social* publicou o dossiê “Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais”, no qual constavam 14 ensaios sobre relações raciais; todavia as mulheres negras só aparecem diretamente na resenha de um livro (*Mulheres, raça e classe*, de Angela

Davis) escrita por Claudio Vicente da Silva (2017), e na entrevista com Magali da Silva Almeida (SOUZA; ORTEGAL). No mesmo ano, a revista *O Social em Questão* publicou o dossiê “Ações afirmativas, movimentos sociais e reconhecimento – Estudos contemporâneos”, com quinze artigos dentre os quais apenas um, “Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior”, de Cibele da Silva Henriques (2017), tratou diretamente do tema relacionado às mulheres negras.

Na sequência, em 2018, ano que marcou os 130 anos da abolição da escravatura, a *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, publicou o dossiê “Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade”, com 16 artigos, sendo apenas dois deles dedicados a examinar a inserção das mulheres negras na divisão racial do trabalho: “Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres” (CISNE; OLIVEIRA, CASTRO, 2018) e “O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho” (PASSOS; NOGUEIRA, 2018). No mesmo ano, o periódico *Serviço Social & Sociedade* dedicou o n. 133 à temática étnico-racial e, em um total de 11 textos, novamente, como nos outros casos, nenhum abordou diretamente a condição das mulheres negras.

A revista *Em Pauta* organizou no ano de 2020 dois dossiês intitulados “Questão Étnico-Racial e Antirracismo”, no entanto, dentre os 18 textos que compõem o primeiro número, em apenas dois, “Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial” (PASSOS, 2020) e “Mabel Assis, uma rosa negra semeando a primavera” (ALMEIDA; GONÇALVES, 2020), as mulheres negras ocupam um espaço central; no número seguinte, de um total de 15 textos, quatro abordam especificamente o grupo em questão: “Aborto, Racismo e Violência: Reflexões a partir do Feminismo Negro” (LIMA; CORDEIRO, 2020); “‘Zonas de Não Ser’: mulheres negras sem-teto e deslocamento nos Estados Unidos” (SMITH; MACHICOTE, 2020); “Ochy Curiel e o feminismo decolonial” (SILVA; ALMEIDA; GONÇALVES, 2020) e “Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Sousa da Silva Sampaio” (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Mais uma vez, agora no ano de 2021, foram publicadas duas importantes coletâneas sobre Serviço Social e relações étnico-raciais. A primeira, intitulada *Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*, organizada por Maria Helena Elpídio, João Paulo da Silva Valdo e Roseli Rocha (2021), aglutina 13 capítulos sobre relações sociais, dos quais somente dois abordam a temática das mulheres negras, sendo um na perspectiva da saúde da população negra e outro abordando as vozes potentes de três

intelectuais negras. O segundo livro, organizado por Márcia Campos Eurico, Rachel Gouveia Passos, Magali da Silva Almeida e Tereza Cristina Santos Martins (2021), sob o título *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*, aglutina 12 artigos, dentre os quais um faz uma abordagem interseccional do acolhimento institucional, outro examina a justiça reprodutiva a partir das categorias de gênero, raça e classe e, por fim, há outro que traz uma reflexão sobre as Mães de Santo nos terreiros de Umbanda de Fortaleza - CE.

Ao examinar a produção científica de intelectuais negras/os da área, é possível perceber que cresce a discussão sobre a necessidade de incluir a questão étnico-racial na agenda da profissão (PINTO, 2003) e, por mais que esteja em estado embrionário de desenvolvimento, o processo ainda é lento, além de tardio. Nessa perspectiva, Magali Almeida, em entrevista concedida a Djonatan de Souza e Leonardo Ortegá, faz um alerta “sobre a importância de disciplina obrigatória que garanta a discussão do processo de dominação e opressão de gênero, raça-etnia e sexualidade na sociedade capitalista.” (SOUZA; ORTEGAL, p. 434, 2017). Essa era uma questão que já estava presente nos debates de construção da “virada” do Serviço Social brasileiro¹², como enfatizam Magali da Silva Almeida, Roseli da Fonseca Rocha e Suelma Inês de Deus Branco (2019), sem que as discussões se estendessem às pesquisas nem à introdução de disciplinas capazes de provocar reflexões sobre a temática ao longo do processo formativo na área de Serviço Social (LIRA, 2019). Ora, dado que a profissão atende a um número significativo de mulheres negras no Brasil, é fundamental que isso seja considerado.

Ainda segundo Lira (2019), é fundamental também

[...] compreender como o debate interseccional que concebe classe social, gênero e raça/etnia como estruturantes do sistema capitalista, se desenvolve no Serviço Social, considerando que esta intersecção é (ou deveria ser) fundamental para uma atuação profissional pautada na construção de uma nova ordem societária não sexista e antirracista (p. 18).

Para aprofundar estudos referentes à população negra, ademais, vale ressaltar que essa necessidade inicia-se muito anteriormente à graduação em Serviço Social, pois foi instaurada em 2003 a lei que obriga o ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas regulares brasileiras. Uma vez que a lei 10.639/03 não é cumprida, dificulta-se a ampliação do conhecimento

¹² “Congresso da Virada” é como ficou conhecido o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorrido em 1979, pois ele foi um marco para a profissão uma vez que foi marcado pela ruptura com o conservadorismo profissional, colocando a categoria mais diretamente em defesa da classe trabalhadora.

quanto às origens dos povos negros e isso retarda um processo de reconhecer a negritude como parte fundamental do país.

Na atualidade, o Brasil é o país com a maior concentração de população negra fora do continente africano e é preciso ter esse conhecimento e enxergar a necessidade de acolhimento social a essa população que hoje se aproxima em número dos 56% presentes no território nacional, segundo registros do IBGE em 2022. Além disso, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), as mulheres negras marcavam, no início da década de 2010, 27% da população brasileira, isto é, à época eram mais de 59 milhões de pessoas que vivenciavam o racismo e o sexismo em sua imbricação perversa (LIRA, 2019). Para Lira (2019), poucas foram as vozes no interior do Serviço Social que lutaram diretamente contra a invisibilização das inúmeras pautas negras e contra o mito da democracia racial. Ela afirma que, sendo assim, precisamos, enquanto profissionais de Serviço Social, escolher um lado, isto é, ou romper ou compactuar com essa lógica. Além disso, a autora questiona e reforça o fato de o Brasil ser um país de maioria da população negra, e com maior parte dessa população sendo atendida pela assistência social, e ainda assim a categoria não se propor a enxergar essa situação, correndo o risco de visualizar mulheres negras como objeto de caridade

Compreender o que Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez apresentam com relação a uma agenda voltada para a mulher negra, nas reais necessidades enfrentadas por esse grupo e focando-se nas proposições que elas faziam ao final do século passado e nas lutas que participaram para fortalecer vozes que não são facilmente ouvidas ao longo dos anos, é tarefa central para a área. Do contrário, permanecerá a esdrúxula concepção das mulheres negras apenas como objeto de caridade. A mulher negra é partícipe do cenário da construção do Brasil que temos hoje, pois ela foi fruto e sujeito de um país que escravizou e que construiu riquezas em detrimento do sofrimento físico e psíquico desse grupo que ora foi escravizado ora foi – e continua sendo – mão de obra barata, seja em empresas, ficando diante da disparidade salarial de homens brancos, seja em casa de famílias brasileiras de classe média; em todos os momentos a mulher negra nunca foi compreendida como ser humano integral, passível de direitos.

Diante do exposto até aqui, é notável que sujeitos negros tornaram-se socialmente, na visão eurocêntrica, objetos de caridade, uma vez que se entende que é preciso favorecer o pobre e o desprotegido para alcançar uma espécie de graça divina, como prega a igreja, e esse grupo, na maioria das vezes, é composto por negras e negros. Quando isso ocorre, os sujeitos passam a não serem enxergados como seres humanos passíveis de direito, de deveres, de

crenças individuais, de cultura própria, de valor, de humanidade, pois são, assim, tratados como secundários, inferiores aos outros que prestam algum tipo de favor. Ainda que a população negra tenha sido afastada da camada social que tem oportunidades e reconhecimento social, esse formato de colocá-los como dignos de piedade culmina em uma desumanização que reforça ainda mais o racismo estrutural. Como agravante, a desumanização do corpo negro recai em dobro sobre a mulher negra, que é objetificada sexualmente desde o período em que era escravizada e destinada para suprir desejos do homem branco, dono da casa-grande. Por esse motivo, ainda é possível observar que as amarras que prendem essa visão sobre corpos negros femininos, principalmente, carregados de animalidade, desejo, desumanização e desrespeito, continuam intactos.

Racialidade, nesse caso, não aparece apenas como marcador de diferença, mas como estruturante na formação social brasileira, uma vez que a existência de negras e negros é marcada por diversos períodos sociais e o trajeto dessa população compõe a historicidade do Brasil. Uma sociedade que é construída sobre sangue de corpos negros escravizados não estará completamente livre e emancipada até que todo o corpo social trabalhe junto para uma verdadeira libertação negra das amarras de um Estado que não as prendeu apenas no passado, mas que continua reforçando estereótipos dos quais a luta do movimento negro procura diariamente se desvincular.

Segundo Deivison Faustino, enquanto sistema de exploração econômica, o capitalismo que não se propõe a dissolver as desigualdades raciais em nenhum momento, assim como também não resolve o caráter exploratório de classes, procura, pelo contrário, estruturar-se a partir de uma existência racializada (FAUSTINO, 2018). Assim, o capitalismo não apenas não resolve o racismo, mas é alimentado por ele que, por sua vez, antecede o próprio sistema capitalista. Ademais, o sistema capitalista, atualmente, se estrutura e se solidifica de maneira facilitada por conta das discriminações raciais, uma vez que o Estado funciona a partir da distinção de raças. O racismo, nesse contexto, é determinante da riqueza e da pobreza e se estabelece nas relações sociais, políticas e institucionais.

Ao se debruçar sobre a teorização do Serviço Social brasileiro, desde sua formação, é possível notar, segundo autores de destaque do curso, como José Paulo Netto (1996), que a natureza dessa profissão é interventiva, isto é, assistentes sociais têm o papel de atuarem na intervenção da realidade social de brasileiros que estão sofrendo os impactos de uma sociedade desigual, que se nutre dos poderes do sistema capitalista. Enquanto profissionais, portanto, devemos manipular as variáveis empíricas existentes na sociedade (NETTO, 1996).

Sendo assim, visto que dentro das variáveis a questão racial embricada à questão de gênero atua insistentemente na manutenção da desigualdade e na atenuação da questão social, é papel da/o assistente social ter conhecimento aprofundado dessa imbricação para reconhecer tais problemáticas no cotidiano profissional e intervir nessa realidade, pois a desigualdade racial compõe, sim, camadas suficientes e agravantes para ser objeto de intervenção de assistentes sociais, juntamente a outras mazelas sociais.

O assunto de mulheres negras, apesar de soar como novidade dentro da profissão, é antigo e, como já exposto, vem sendo desenvolvido em maior escala por assistentes sociais negras ao longo da história do Serviço Social. Porém, essas possuem uma visibilização diminuta em meio a uma categoria de profissionais que precisam se munir ainda mais de estudos sobre gênero e racismo como desigualdades que afetam o dia a dia de quem acessa os serviços. Do contrário, as mulheres negras seguirão sendo invisibilizadas e continuarão a ocupar os postos de trabalho mais precários possíveis. Para contribuir com a mudança desse panorama, os Movimentos de Mulheres Negras conseguiram observar que houve uma virada importante nas décadas anteriores, que significou avanços profundos em relação às articulações necessárias para pensar estratégias de luta contra as opressões racial e patriarcal.

A III Conferência reconhece a problemática específica das mulheres afrodescentes e as múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O parágrafo 9 do *Plano de Ação* pede aos Estados que “reforcem medidas e políticas a favor das mulheres e jovens afrodescentes, tendo presentes que o racismo os afeta mais profundamente, colocando-os em situação de maior marginalização e desvantagens” (CARNEIRO, 2019, p. 192).

Passos como esse são fundamentais para dar prosseguimento à luta das mulheres negras no Brasil.

Ainda sobre caridade, no surgimento do Serviço Social, acreditava-se que a Igreja Católica era soberana e, como muitas das ideias iniciais da caridade advinham desse núcleo religioso, pensamentos carregados de moralidade eram levados para dentro da profissão. As primeiras assistentes sociais, retratadas em um importante livro de Marilda Iamamoto, com o título de “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, demonstram que o perfil de quem fazia o curso nos anos 1930, isto é, no surgimento da profissão no Brasil, era um único padrão, como se fosse um requisito básico para exercer a profissão. O retrato dos profissionais dessa época, bem como da turma retratada nesse importante clássico da literatura do Serviço Social, é composto por mulheres brancas, padronizadas em um mesmo estilo de roupa e cabelo e de classe média. Os ensinamentos que essas estudantes recebiam no curso, o que ocorria com

bases no eugenismo e no higienismo, eram advindos principalmente da Igreja Católica, aos quais era submetido aquele grupo totalmente feminino, a questão social, quando começou a ser definida, dizia respeito à ausência de moralidade (EURICO *et al.*, 2022), o que culminava em uma culpabilização das pessoas que viviam às margens de uma possível plenitude econômico-social.

Acreditava-se, à época, portanto, que as mulheres negras eram culpadas pela condição financeira que muitas viviam e não era questionado o período pós-abolição como causador de distinção de pessoas por conta da cor da pele. Para esse grupo, era compreendido que faltava para essas mulheres (negras e pobres) uma formação moral para se livrarem do que era chamado de vida pecaminosa. Já nessa época, era comumente visível que mulheres negras que ocupavam espaços brancos eram destinadas a servir às pessoas brancas, sobretudo quando precisaram voltar-se à reformada casa-grande, isto é, aos lares nos quais trabalham muitas mulheres negras na limpeza, nos serviços de babá etc, que as mantêm nas mesmas condições subalternizadas, ainda que sejam, dessa vez, minimamente remuneradas e reconhecidas popularmente como empregadas domésticas.

Nesse imaginário estereotipado das negras, elas se encaixavam no papel de promíscua, de mulher sensualizada – atraente por questões físicas – e incapaz de solidificar uma família (CARNEIRO, 2002), como era o curso natural de mulheres brancas. Vale questionar o porquê de a mulher negra continuar no papel de ser vista por vezes como alvo de caridade em uma profissão que já não pensa mais assim.

No início do Serviço Social, como já vimos, o senso de caridade cristã era o que regia todas as tentativas interventivas, porém “mais tarde, a caridade institucionalizada vai perdendo terreno para as políticas sociais, algo que aconteceu à medida que os trabalhadores foram se organizando e exigindo o reconhecimento dos seus direitos” (RIBEIRO; SILVA; TEIXEIRA, p. 5, 2015). Nesse sentido, urge que a população negra, sobretudo as mulheres, desvinculem-se também de uma leitura social de que há necessidade de serem preenchidas por atos caridosos, pois o que falta para reparar os danos e as falhas causadas para as negras são direitos fundamentados em suas necessidades humanas a partir do pós-abolição, reparando o atraso de direitos e oportunidades que elas tiveram em relação à população branca.

Todo esse cenário vivido conseguiu por muito tempo internalizar a mulher negra como um objeto de caridade que precisa ser direcionada a uma profissão que, inicialmente, não se

preocupava em protegê-la das desigualdades sofridas na sociedade, mas sim, em depositar nela uma culpa que não lhe cabia, para torná-la responsável pelas mazelas sociais. Ao objetificar esse grupo, ademais, a inferiorização das mulheres negras torna-se naturalizada e é necessário voltar, mesmo de forma teórica, aos pontos da história em que isso ocorreu para saber como se desvincular dessa situação, o que é possível a partir das leituras de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

III.2. Aportes de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez para o Serviço Social

Luiza Bairros (1995), em um de seus textos quanto à temática feminista, já destacava nos anos 1990 que a respeito do ponto de vista do feminismo, o movimento não é exclusivo para uma única identidade, mas sim para diversas mulheres, pois estas têm experiências distintas a partir do lugar em que estão inseridas na sociedade. De acordo com a autora, ainda, ao se pensar em mulheres negras, por exemplo, as dimensões da experiência de viver em um corpo feminino e viver em um corpo negro não podem ser separadas, pois uma não sobrepõe a outra. “Do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra” (BAIRROS, 1995). Essas dimensões, ao se tratar da experiência do homem e da mulher – ambos negros – não podem ser colocadas como antagonismos entre si, como é a tendência social, na prática, no entanto, Gonzalez (2020) afirma que “os efeitos das desigualdades raciais são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual.” (p. 192).

Ainda que com algumas dificuldades, Lélia Gonzalez, por algum tempo, se apoiou em leituras negras com recortes masculinos, isto é, ela recorria aos escritos produzidos por homens para dar suporte ao que queria compreender melhor: as questões de raça. Antes desse período, na universidade, a autora recebia aportes teóricos de intelectuais brancas, como a francesa Simone de Beauvoir, no entanto, em meio a isso, Gonzalez não se reconhecia por completo naquelas narrativas. Nesse sentido, portanto, foi essencial que ela acessasse feministas negras em suas viagens para os Estados Unidos, o que muito contribuiu principalmente para os seus escritos sobre as mulheres negras brasileiras. (RATTS; RIOS, 2010).

Assim como relata Tereza Santos – que foi escolhida para representar as mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina – em sua autobiografia, as mulheres negras enfrentaram boicotes e inúmeras dificuldades no CECF, uma vez que a presença de conselheiras brancas sobressaía. Enquanto isso, no Conselho de Mulheres Negras, essas mulheres recebiam críticas de órgãos de São Paulo, quanto às atividades que as integrantes, dentre elas Sueli Carneiro, promoviam na região. A Agência São Paulo, à época, publicou um texto registrando a insatisfação quanto aos protestos que negras e negros promoviam na cidade, reivindicando as Diretas Já¹³ e protestando sobre o dia 13 de maio, data da abolição da escravatura que não ocorreu como deveria ser. Sueli Carneiro, inserida nesse embate, falava

¹³ Movimento popular brasileiro, após a Ditadura Militar (1964 – 1985) que tinha por objetivo retomar as eleições diretas presidenciais.

sobre as opressões que elas, as mulheres negras, sofriam e sobre o quanto era injusta uma sociedade que não se atentava para esses fatores (SANTANA, 2021).

Essas mulheres em movimento mexiam também com a estrutura da sociedade, como Angela Davis já propunha em sua fala em uma de suas vindas ao Brasil. Ao ver que as mulheres tinham conquistas coletivas e que se fortaleciam com isso, o Movimento Negro passou a também demandar um conselho específico para ampliar debates necessários, pois nesse momento, no Brasil, “a democracia racial ainda era ideologia dominante, e o senso comum reafirmava que no Brasil todas as raças viviam em harmonia.” (SANTANA, 2021, p. 131).

A reivindicações precisavam ser tão insistentes que o CECF fechou acordo com uma editora para lançarem um livro sobre a Década da Mulher para tratar de assuntos das mulheres e Tereza Santos apresentou a demanda que havia ficado de fora: que se falasse também das mulheres negras nesse conteúdo, não apenas das brancas. Carneiro ficou, então, responsável por escrever um artigo para ser publicado nesse volume e foi nessa oportunidade que a autora publicou um dos seus textos mais expressivos até hoje, que levou o título de “Mulher Negra: política governamental e a mulher”, no qual ela apresenta dados e desenvolve a interpretação deles quanto a diversas áreas em que as mulheres negras estão presentes – ou ausentes – e no que se distancia de mulheres não-negras. Esse conselho também foi responsável pela criação da Delegacia da Mulher, em 1985, o que certamente foi um marco nas políticas de gênero, mas que sempre deixava a desejar com relação às políticas para a população feminina negra, que quando alcançava algo, tendo, enfim, uma representação, ainda era em fase embrionária (SANTANA, 2021).

As feministas, à época, buscavam incessantemente instrumentalizar os aparelhos do Estado com resoluções para demandas das mulheres, uma vez que esse só se propunha a atuar genericamente, levando em consideração a população sem fazer recortes específicos para as mulheres. A luta era legítima, pois fazer crescer a voz feminina nos espaços de poder era urgente para que políticas públicas tivessem como foco também as mulheres, no entanto, a hegemonia do feminismo sempre apagava as narrativas negras, como se não houvesse nenhuma necessidade dessa população para suprir.

É importante destacar que os anos 1970 foram palco do surgimento e da retomada de algumas lutas populares, sobretudo no que dizia respeito ao combate à Ditadura Militar. (GONÇALVES, 2019). Dentre esses embates, o cenário do feminismo era retomado e o

movimento negro surgia e ganhava força. Enquanto o mito da democracia racial era denunciado pelo movimento negro e sua cordialidade aparente, empurrando para longe trabalhadores negros para o exército industrial de reserva, o movimento feminista, por sua vez, fazia denúncias contra o patriarcado e sua estrutura que subalterniza as mulheres (JOHNSON; SILVA; SILVA, 2019).

Nos textos e na luta de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, é possível observar demandas do público majoritariamente usuário da assistência social, pois elas tratam em seus textos de pessoas específicas que estão em desvantagem social de raça e classe, além de gênero. Lélia, ao adentrar no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, junto de Benedita da Silva, focou, por exemplo, em pautar questões que diziam respeito às mulheres, mais precisamente às mulheres as quais ela representava, isto é, as negras. Uma das demandas urgentes, ao ver dela, foi sanar os problemas das creches, uma vez que mulheres brancas, no geral, poderiam pagar alguém para ser babá de seus filhos para que elas pudessem exercer outras atividades, dentre elas trabalhar, como havia sido conquistado por direito. Já as negras precisavam de um local seguro para deixar as crianças, pois elas sempre trabalhavam e não tinham a opção de deixar com alguém que não fosse em uma creche, provida pelo Estado, para que pudessem exercer as funções trabalhistas fora de suas casas para sustento próprio e também de suas famílias.

É importante observar os recortes que essas mulheres representam e o meio onde elas vivem. No início da década anterior, mais precisamente em 1963, Betty Friedan¹⁴, em um livro, ao se referir às mulheres, concentra-se em tratar de mulheres brancas, com ensino superior completo, de classe média e alta, de donas de casa que se entediavam com o lazer e a monotonia diária do lar, com filhos e que queriam aproveitar melhor a vida. Sobre esse último aspecto, hooks (2015) entende por sair do ambiente doméstico o trabalhar fora, mas repara que em nenhum momento é questionado quem seriam as pessoas cotadas para assumir as atividades das casas dessas mulheres que se libertariam de seus próprios ambientes domésticos tediosos, como elas se referiam. Essas questões secundárias, no entanto, segundo bell hooks, não eram centrais para a maioria das mulheres, pois essas buscavam apenas fugir do cotidiano que as oprimia racialmente e se concentravam em se preocupar com a sobrevivência socioeconômica (hooks, 2015).

¹⁴ Ativista feminista estadunidense de referência no século XX, responsável por fomentar a segunda onda do feminismo.

Para Pinto (2003), o movimento feminista brasileiro é apresentado como oriundo dos espaços universitários, o que o colocava distante das camadas populares. Para ser pensado a favor da massa populacional, o feminismo teria que, então, abranger necessidades reais de mulheres que não possuem a mesma condição financeira, social, étnica etc. Assim também é com o Serviço Social. Levar a discussão apenas às camadas acadêmicas é esvaziar a importância do debate que poderia ocorrer de maneira mais rica com a participação da comunidade, pois são pautas que interessam aos profissionais, mas também diretamente à população atendida. Além disso, “Para Cardoso (2010, p. 3), este "feminismo sobre o qual Pinto se debruça não tem espaço para experiências de mulheres que, por desconhecem o manejo da escrita e da erudição, não deixaram registros escritos sobre suas ações, dessa forma, suas vozes e protagonismo são silenciados" (JOHNSON; SILVA; SILVA, 2019, p. 153).

No âmbito do feminismo, a organização de mulheres negras indicou nomes para ocupar lugares no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, inaugurado em 1985 e sancionado por José Sarney, presidente do Brasil na época. A Lei previa:

[...] promover, em âmbito nacional, políticas que visem eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país” (Lei 7.353, de 29/8/1985).

Era importante contar com essa movimentação, mas não somente isso resolveria os agravantes de uma sociedade desigual.

Ainda nesse sentido, a dificuldade de um movimento feminista ser oriundo de espaços universitários também remetia à desigualdade por não alcançar as classes periféricas, portanto não era comum que mulheres pertencentes a essas classes populares dialogassem sobre os direitos femininos (JOHNSON; SILVA; SILVA, 2019). Lélia Gonzalez, contudo, acreditava na potência e no poder de transformação do movimento feminista e, ainda que com críticas, fazia questão de enaltecer o que encontrava de coerente dentro do movimento. Segundo a autora, porém,

[...] no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (GONZALEZ, 2020, p. 61).

Isso ocorrendo com os direitos humanos, os direitos das mulheres, as pautas direcionadas às negras, e não tendo a participação delas, tornam-se esvaziadas por não abrangerem a população com maior interesse na discussão.

Vale reforçar, sobre isso, que “não foram raros os momentos em que Lélia Gonzalez fez críticas contundentes à atuação e concepção do pensamento feminista no Brasil, tanto pela dificuldade de inserção da temática racial quanto pela censura ao discurso das mulheres negras.” (RATTS; RIOS, 2010). Entretanto, ela em momento algum visou uma separação dos dois movimentos, bem como Sueli, quando propõe o enegrecimento do feminismo, pelo contrário, Gonzalez era conhecida como uma pessoa agregadora, isto é, o sectarismo estava distante dela (RATTS; RIOS, 2010).

Onde então, a partir desse exposto, o Serviço Social se encaixa nesse percurso? Para responder a essa questão, é necessário compreender que as autoras, sobretudo a partir de suas vivências de mulheres negras, lutaram pela implementação de direitos, logo de igualdade de gênero e raça, para mulheres negras que sempre estiveram às margens da sociedade. Ao ocupar espaços tão significativos como os conselhos os quais elas integraram, a visibilidade desse grupo teve um novo patamar, ainda que todos esses processos tenham sido forjados por muita luta. O mesmo processo aconteceu com as assistentes sociais negras e abre possibilidade para que se construam nossos olhares e se firmem novos caminhos para o Serviço Social brasileiro.

As vivências que elas destacam em seus textos e em suas próprias trajetórias contribuem para a profissão de Serviço Social, uma vez que é fundamental que as/os profissionais enxerguem o Brasil para além dos livros didáticos escolares – que reproduzem olhares brancos sobre uma sociedade que não possui a branquitude como maioria – e se debruçam sobre uma narrativa real de vivências negras no território brasileiro. Assim como Lélia Gonzalez propunha, ao falar de feminismo, é preciso se concentrar em uma mudança social para enxergar a necessidade de busca da emancipação afro-latino-americana de filhas e filhos da diáspora africana residentes nos países da América Latina, sobretudo no Brasil. Ao propor esse olhar que ao mesmo tempo é africano, latino e americano, Lélia nos permite compreender que uma discussão não está descolada da outra e que, pelo contrário, esses conceitos se retroalimentam pela necessidade de formar um bojo de compreensão que, ao mesmo tempo, é individual e coletivo sobre esses temas.

Vale ressaltar que, há alguns anos, o Serviço Social tem sido movimentado a partir de muita luta de assistentes sociais negras, para que haja um despertar quanto à realidade das usuárias dos serviços socioassistenciais. O próprio Conjunto CFESS-CRESS fez uma campanha com a gestão entre 2017 e 2020 chamada Assistentes Sociais no Combate ao

Racismo. Esse período forçou a profissão – que assim como a sociedade como um todo, carrega e reproduz aspectos de alguma maneira racistas – a rever e admitir algumas condutas que não permitiam antes encaixar tentativas de combate ao racismo.

Sob esse prisma, Ana Paula Procópio aponta também que a persistência do racismo, bem como sua solidificação, ocorre a partir dos impeditivos do Serviço Social perceber e compreender o racismo nos próprios meios de trabalho socioassistenciais atualmente (EURICO *et al.*, 2022). Portanto, o exercício de trazer especificidades dos textos das duas autoras em questão – Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez – como aportes para pensar avanços da profissão, faz-se necessário, uma vez que ambas possuem uma historicidade de desigualdade racial reforçada por desigualdade social desde a infância e que em muito se assemelham às situações das famílias negras brasileiras na atualidade.

Ao elencar as demandas do texto “Mulheres Negras”, de Sueli Carneiro, por exemplo, e comparar com a realidade negra de hoje, pouco evoluiu em questões práticas e as negras permanecem, em sua maioria, presentes nos balcões de atendimento do Serviço Social, seguindo também como a população de menor remuneração, de minoria em cargos de alta relevância dentro de empresas em grandes centros e também compõem a maioria no exercício de serviços domésticos, de menores e injustos salários, entre outros aspectos que precisam ser considerados na perspectiva da categoria profissional da/o assistente social. Perceber e aprofundar-se nesses aspectos em uma educação continuada é fundamental para que o Serviço Social avance em prática, em ensino, em pesquisa, em desenvolvimento de profissionais formados na área etc.

Importa, além disso, considerar as mulheres negras mães que perdem seus filhos para a morte estatal, o que ocorre em altos números anualmente. São essas mulheres novamente, as negras, que lidam com a dor que muitas vezes ceifa não somente a vida dos filhos, mas as suas próprias, quando essas têm seus familiares negros “mortos pela estrutura racista da sociedade, quando determina parâmetros de superioridade e inferioridade” (LIRA, 2019, p. 109), produzindo uma hierarquia que não se encerra com o fim da escravização. Quanto a isso, Weber Lopes reforça que não é possível afirmar que existiu um cenário verdadeiramente democrático no Brasil, pois os grupos formados por oligarquia no país controlaram as transformações históricas ao longo de séculos e perpetuam até hoje o distanciamento e a hierarquização que há na sociedade (EURICO *et al.*, 2022).

Nesse contexto, é preciso reforçar que a democracia racial é apenas um mito que foi criado para que nada fosse feito com a população que é prejudicada até hoje apenas por carregar na pele uma marca, isto é, uma cor, que não é aceita socialmente e que causa discriminações exacerbadas. Vale ressaltar, além disso, que a morte negra, no que tange a esse plano de fundo, é um projeto genocida e que mesmo quando não mata o corpo, mata a existência plena da pessoa negra. Segundo Núbia Moreira (2022), ademais, a escravização atinge a mulher negra também, uma vez que ela é forjada para construir cenários de resistência para si e para sua prole, pois ela é desde cedo impedida de ocupar os espaços que eram destinados aos indivíduos brancos e aos homens, mesmo na condição de objeto desejado pelo dono dos escravos. Nubia, ainda sobre isso, aponta que as estratégias de sobrevivência foram desde cedo impostas a elas enquanto os modos de produção avançavam (EURICO *et al.*, 2022).

Cabe ressaltar também outro aspecto que recai recorrentemente sobre as mulheres negras, pois essas estão expostas ao que os Movimentos Negros denominam ‘Solidão da Mulher Negra’, em que

[...] as questões de raça/etnia se mostram determinantes até nas escolhas de nossos parceiros sexuais e afetivos, revelando a farsa da ‘democracia racial brasileira’ (LIRA, 2019, p. 110).

O abandono de mulheres negras é imensamente maior do que o de mulheres brancas e de homens negros e não é por coincidência que esse grupo, o das negras, está em maior número nos serviços, recorrendo aos direitos a auxílios socioeconômicos e recursos para manter a família. Em geral, elas são responsáveis por cuidar e sofrem abandono de seus parceiros afetivos, ainda que tenham filhos. O número de mães solo hoje no Brasil excede 11 milhões, segundo último levantamento do IBGE e, dessas, aproximadamente 8 milhões são negras. Essa realidade muito escancara as mazelas de uma sociedade branca, racista, classista e patriarcal. O sujeito que carrega o peso de ter essas três opressões atuando sobre si, isto é, as mulheres negras de classe baixa, são as verdadeiras condenadas no Brasil que, além de não promover políticas públicas para esse público, retira direitos e auxílios dele anualmente (VELOSO; TEIXEIRA, 2020).

Lélia Gonzalez compreendia a importância da organização social e reivindicava que as pautas negras do operariado não eram levadas em consideração quando eram expostas.

A grande maioria da população brasileira se encontra nessa situação, e é claro que o negro está aí na medida em que ele está na base da chamada pirâmide social. Nós

percebemos um tipo de silêncio total e absoluto com relação às nossas reivindicações (GONZALEZ, 2020, p. 289).

Quando era o trabalhador branco, sobretudo o homem, que apresentava uma queixa trabalhista e/ou reivindicava direitos, ele era ouvido e, minimamente, atendido em suas questões, no entanto, o povo negro nunca teve voz ouvida para ser compreendido em quaisquer queixas.

Gonzalez deixava claro também o equívoco social de condicionar a resolução da questão racial à resolução da questão socioeconômica. Segundo grupos de esquerda, “Na medida em que se liquida o problema da luta de classes, na medida em que entramos numa sociedade socialista, o problema da discriminação racial está resolvido” (GONZALEZ, 2020, p. 288). O erro está, segundo ela, em não encarar a discriminação racial como um fator mais antigo do que os próprios entranhamentos do sistema capitalista e não é a mudança de sistema econômico que vai dar conta do desaparecimento do racismo e do sofrimento da população negra a partir disso (GONZALEZ, 2020).

A consequência apresenta-se a partir do período pós-abolição, quando as camadas sociais compreendem o caráter civilizatório e livre da população negra, quando essa, na verdade, foi descartada na sociedade sem direitos e sem direcionamento digno. Foi a partir da “liberdade” da população negra que “houve uma marginalização do negro em termos do processo político brasileiro, uma marginalização econômica, e, portanto, uma marginalização em termos socioeconômicos” (GONZALEZ, 2020, p. 288), isto é, tais elementos evidenciam o quanto a desigualdade racial é, portanto, responsável por atenuar a desigualdade social da população negra.

Sob a mesma ótica, na sociedade brasileira, “o negro e a mulher passam por um processo de pseudo-integração, contudo, são relegados à margem da participação sócio-política-econômica” (LIRA, 2019, p. 119). Evidenciar, por conseguinte, as vivências negras femininas para as práticas do Serviço Social é denunciar o racismo histórico que antecede as relações do sistema capitalista.

Ao observar profissionais da área que não fortalecem pesquisas sobre a temática que é fundamental à profissão, Elisabete Pinto destaca:

Questiono então a teoria e a prática do Serviço Social, especialmente do Serviço Social realizado em uma linha de atuação de transformação social, cuja prática se dá em meio a relações sociais geradas por uma estrutura econômico-política comprovadamente racista. Assim, não se justificam a omissão e a neutralidade profissional diante da questão étnico-racial.” (2003, p. 28).

Além disso, a autora também entende e destaca que o racismo compõe as relações de dominação e exploração, presentes no capitalismo, e “é o assistente social – que tem como principal função trabalhar as relações sociais através de uma ação educativa, visando à consciência e à participação – um profissional indispensável para eliminação das situações de discriminação em que vivemos.” (PINTO, 2003, p. 28).

A respeito desse prisma, Priscila Lira ainda questiona:

Ora, se o Brasil é conhecidamente um país com maioria da população negra, com movimentos sociais negros e de mulheres negras organizados, sendo essa população majoritariamente atendida nos serviços e políticas sociais, como a categoria enxerga essa questão?” (p. 121).

Tais elementos precisam ser examinados, pois escancaram o quanto a compreensão quanto à raça e gênero são agravantes na produção e reprodução da questão social. “A produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas.” (IAMAMOTO, 2014. p. 36). Vale enfatizar que essas reproduções sociais, visto que são feitas entre seres humanos, no sistema capitalista, são pautadas pelo racismo e alimentam-se de inúmeras outras desigualdades, pois, para continuar dando certo, o capitalismo precisa de hierarquização humana à disposição.

O enegrecimento do feminismo, como sugeria Sueli Carneiro, bem como o enegrecimento das pautas do Serviço Social são essenciais para que se consiga pensar uma profissão que vise enxergar e modificar a realidade em busca da emancipação humana, nesse caso dos sujeitos que seguem sem liberdade e emancipação alguma: as mulheres negras. A violência estatal e patriarcal, as desigualdades de gênero e racial, somadas a de classe, impedem a vida plena das negras e o Serviço Social precisa interferir nessa realidade. A proposta de Sueli encaixa-se nos termo do Serviço Social e ela compreende as peripécias ainda existentes na sociedade, que agem impedindo o que a profissão tanto busca para as pessoas atendidas.

No entanto, é imprescindível que o Serviço Social dialogue com essas questões de feministas negras, com as questões negras a partir do pós-abolição, ainda que isso implique em voltar algumas décadas para compreender os estragos causados por um período inicial na profissão em que não se levava em consideração as pautas dessa população. Fazer a discussão do enegrecimento, atrelado à emancipação dessas vidas negras femininas, precisa ser parte fundamental nos debates no interior da assistência social. Para Lira (2019),

Assim como o movimento de mulheres negras enfatiza que o feminismo “deve colar na favela”, assim como o feminismo hegemônico, entende-se que o Serviço Social deve feminilizar e enegrecer suas pautas, pois, na atual conjuntura, não basta se dizer não racista é preciso atuar como uma antirracista (p. 157).

Para fortalecer também os sujeitos negros femininos, é importante despertar o olhar, no interior do Serviço Social, para “as violências a que estamos expostas [que] são de ordem objetiva e subjetiva, física e epistêmica” (LIRA, 2019, p. 20). Além do Estado naturalizar a morte de corpos que fogem ao padrão masculino e branco, a sociedade naturaliza também a falta de acréscimo teórico de mulheres negras que estão produzindo inúmeras formas de pesquisa. Ignorar e/ou não considerar no currículo nacional os aportes de mulheres negras para quaisquer áreas de estudo significa cravar a ideia de que mulheres negras não são capazes de somar nas pesquisas e em espaços de conhecimento. Esse, portanto, é mais um aspecto que o Serviço Social tem em mãos para apoiar ou ignorar a existência negra e que, se trabalhado com seriedade, é essencial para que se pensem especificidades para a profissão ou que somem à profissão, já que existem tantas mulheres negras dispostas e fazendo pesquisa há muito tempo na área.

Enquanto o Serviço Social não adentrar nas camadas sociais que necessitam dessa atenção para serem enegrecidas, as reivindicações outras serão vistas como mais importantes e o conjunto não vai agir em prol de emancipar a sociedade como é desejo antigo da profissão.

III.3. Por um Serviço Social afro-latino-americano

O Serviço Social, sobretudo a partir do final do século passado (XX), se propôs, a partir de seu Projeto Ético-Político, a pensar, principalmente, autonomia, valor centralizado na ética, emancipação plena de indivíduos e a defesa intransigente das pessoas. Segundo José Paulo Netto,

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 1999, p. 15).

Esse novo projeto social, à época, foi visto como um divisor de águas, pois se vinculava a um projeto societário empenhado em construir uma nova ordem social, sendo esta livre de exploração classista, dominação racial e de gênero (NETTO, 1999).

Ao se observar os caminhos traçados pelo Serviço Social, sobretudo após o Movimento de Reconceituação da profissão¹⁵, é notório o compromisso firmado com a classe trabalhadora e a busca continuada por uma sociedade igualitária. No entanto, a profissão, ainda que no intuito de uma nova construção de sociabilidade, avançou pouco em termos étnico-raciais, pois não é possível fortalecer a promoção da emancipação humana sem, de fato, enfrentar o racismo, do qual o sistema capitalista arditamente se apropriou enquanto corpos racializados sofrem cada vez mais a cada crise. Segundo Lira (2019), “para além de posicionamentos, cartas de repúdio, moções de apoio, são necessárias a adoção de medidas práticas cotidianas para o combate à opressão advinda da conjugação do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras” (p. 155).

Além disso, Priscila Lira defende também que o Serviço Social não pode se apropriar de pautas das mulheres negras em datas pontuais no ano, como o 20 de novembro e o 8 de março, pois as reais necessidades desse público majoritariamente atendido pela assistência social são diárias. O fato de a profissão dar essa vazão às pautas negras não é alvo de crítica, pelo contrário, a busca e a luta de inúmeras assistentes sociais negras levam a isso, a problemática está em focar em apenas uma ou duas datas para fortalecer uma temática que durante o resto do ano não está em discussão. Sobre esse aspecto, ela discorre: “somos negras ao longo de todo ano, estamos expostas ao racismo e ao sexismo e suas consequências por

¹⁵ Movimento ocorrido na América Latina entre os anos 1965 e 1975 que procurava propor um olhar profissionais mais crítico e romper com as práticas tradicionais do Serviço Social que esse vinha exercendo desde seu surgimento.

vezes mortais ao longo da vida, portanto pautar essas questões deve ser de forma cotidiana até sua superação.” (LIRA, 2019, p. 155).

Para contribuir com o Serviço Social, nos serviços de atendimento falta a apropriação nos instrumentos dos profissionais do quesito raça-cor. Esse, no entanto, não deve causar desconforto, mas, sim, gerar e ampliar materiais para identificar facilmente a população atendida e compreender suas reais e mais urgentes demandas. Além disso, tais preocupações de conhecimento do público atendido pelos serviços sejam socioassistenciais, seja da saúde, seja da educação, entre outros espaços onde o Serviço Social é atuante, não podem pairar apenas nas mentes de assistentes sociais negras/os, mas precisam estar alinhadas entre a rede profissional de toda a categoria, firmando esse compromisso com a profissão, com a população atendida e com a própria sociedade brasileira, que advém de um histórico severamente forjado pelo racismo.

Assim como Mirla Cisne (2018) pontua, os grupos racialmente discriminados estão sujeitos a diversas violações de direitos e em cada recorte – de gênero, de sexualidade, de classe etc – aprofunda-se ainda mais a violência.

Não se trata, porém, de uma dimensão matemática de adicionar, somar ou mesmo multiplicar opressões ou nominá-las de marcadores sociais, mas de apreender e decifrar as relações sociais de maneira dialética, em um sistema que é complexo de determinações, uno e diverso (CISNE, 2018, p. 26).

Essas violações, entretanto, são indispensáveis para realizarmos a análise crítica e de uma perspectiva totalitária da cada indivíduo, como o Serviço Social se propõe a fazer, fugindo de uma superficialidade e aprofundando em questões partícipes das vivências do sujeito atendido. “Esse entendimento é condição fundamental para a formação e o exercício profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político” (CISNE, 2018, p. 26), isto é, importa que o estudante e o profissional, com sua formação continuada, estejam atentos a isso.

Em consonância com essas preocupações, a necessidade de compreendermos populações brasileiras como afro-latino-americanas, como sugeria Gonzalez, continua presente nos dias de hoje, uma vez que é essencial que não se apague cultura, ancestralidade, costumes, língua, práticas e afins de pessoas negras residentes no Brasil. Não apenas o feminismo, mas o movimento negro, os profissionais e estudantes do Serviço Social, as práticas profissionais e outros meios precisam se pautar a partir de uma compreensão afro-latino-americana para se propor a fazer discussões completas no interior da profissão que não cresce isolada na América Latina, como veremos melhor mais adiante.

Nessa perspectiva, assim como Gonzalez sugeriria em um de seus mais importantes artigos “Por um feminismo afrolatinoamericano”, do fim da década de 1980, é importante que a sociedade brasileira se veja como partícipe, na posição de fruto e de sujeito da historicidade da América Latina e da África, uma vez que o Brasil compõe a primeira e é descendente e resultado da segunda. Para ela, um feminismo afrolatinoamericano “é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade” (GONZALEZ, 2020, p. 142), o que permite ampliar horizontes e percepções dentro de um feminismo que não se constrói apenas no Brasil e somente para pessoas brancas.

A partir dessa realidade, cabe lembrar que um país está destinado a repetir sua história se não conhece bem o seu passado. A importância de conhecer narrativas de pessoas negras, que são encaradas como objeto de piedade e não como construtoras da própria história, limita o Serviço Social a apenas ver a Questão Social e olhar para questões de gênero descoladas da racialidade e apenas reproduzir a dinâmica capitalista, patriarcal e racista da sociedade brasileira.

Os estudos de Gonzalez quanto ao racismo são elementos importantes para que o Brasil não caia no desconhecimento de sua própria história enquanto país e para compreender mais amplamente, a América Latina. Ela retoma a crítica de W.E.B. Du Bois sobre as relações interraciais de portugueses e população escravizada para problematizar a teoria do lusotropicalismo, de Gilberto Freyre. No confronto com o autor, em especial a partir do livro *Casa-grande & Senzala*, Gonzalez enfatiza que a miscigenação aclamada pelo antropólogo pernambucano não pode ser interpretada como sinônimo de harmonia racial. Ao contrário, é “o resultado da violação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (GONZALEZ, 2018, p. 35).

As indagações sobre o racismo levaram Lélia Gonzalez a perceber um traço comum da presença negra na construção cultural do continente americano. Ela observou que o racismo desempenha um papel ideológico fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelo colonizado e na perpetuação da dominação colonial. No artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, de Gonzalez, a autora evoca Frantz Fanon para compreender a identificação do dominado com o dominador. Ela, neste processo, percebe que falta algo mais para a compreensão do lugar da mulher negra na sociedade de classes e compreende que a leitura apenas sob a perspectiva econômica e masculina não responde a todas as perguntas.

A partir desse preceito, começaram a se delinear para nós aquilo que se poderia chamar de contradições internas. O fato é que, enquanto mulher negra, é sentida a necessidade de aprofundar essa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra em uma perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações e isso começou a nos incomodar (GONZALEZ, 1983).

Ainda inspirada pelo pensamento do martinicano Frantz Fanon, com quem Gonzalez muito aprendeu, ela identifica similaridades da presença negra e do racismo ao longo do continente americano. A obra de Gonzalez traz inúmeras reflexões a respeito dos “danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado” (CARDOSO, 2014, p. 968). Para ela, o racismo assume táticas distintas com, ao menos, duas faces: a do racismo aberto (como a segregação racial estadunidense) e a do racismo disfarçado, que ela prefere classificar como racismo por denegação (um racismo mais “disfarçado” que alimenta o desejo do branqueamento, presente na América Latina). Enquanto nas sociedades de racismo aberto a miscigenação é impensável face à busca pela “pureza” e manutenção da “superioridade” branca, nas sociedades latinas “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’” (GONZALEZ, 1988, p. 72).

Na América Latina, segundo a autora, constituíram-se sociedades racialmente estratificadas que garantem a superioridade branca enquanto grupo dominante, dispensando o recurso do racismo aberto. É ideologia como a do embranquecimento que mantém negros e povos originários na condição de subalternos. Gonzalez (1988) identifica, entre as regiões do continente, vários elementos de africanização, em especial no que se refere à resistência cultural dos negros. Nesse sentido, procura-se romper com “a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser ‘A AMÉRICA’” (p. 76).

A experiência amefricana é a da diáspora, bem distinta daquela das/os africanas/os que permaneceram no continente. Gonzalez (1988) reconhece a herança africana como fonte revivificadora da heróica resistência e “criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação” (p. 79). Este reconhecimento, em última instância, significa identificar e valorizar “um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (1988, p. 79).

Essa concepção aparece de forma um pouco mais aprofundada no debate que Gonzalez estabelece com as feministas latino-americanas. A autora parte de sua experiência enquanto mulher negra para problematizar “algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me aos ameríndios e aos africanos subordinados a uma latinidade que legitima sua inferiorização” (GONZALEZ, 2020, p. 140). Mesmo Gonzalez reconhecendo o papel fundamental do feminismo, como teoria e prática na vida concreta das mulheres e nas discussões acerca da orientação sexual, ela enfatiza que isso não aconteceu na mesma intensidade com a discriminação de natureza racial.

Há, segundo a autora, uma espécie de esquecimento da questão racial, que encontra suas raízes no que ela denomina “cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade” que infantiliza mulheres e não-brancos, classificados por um sistema ideológico de dominação, que hierarquiza e que suprime a condição de humanidade. Fanon oferece uma compreensão dos mecanismos psíquicos inconscientes que podem ser explicados pela superioridade atribuída ao colonizador pelo colonizado. No contexto marcado por profundas desigualdades no continente, são as amefricanas e ameríndias que, preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, buscam organizar-se coletivamente; por outro lado, suas presenças principalmente no mercado informal de trabalho as remetem a novas reivindicações. Dada sua posição social, que articula com sua discriminação racial e sexual, são elas que sofrem mais brutalmente os efeitos da crise (GONZALEZ, 2020).

Compreender todas essas questões é essencial para pensar o Serviço Social como profissão que está inserida na contradição de atender aos interesses da burguesia ao mesmo tempo que contempla os objetivos da classe trabalhadora. Partir da leitura de que o Serviço Social participa e promove diversos avanços ao longo dos mais de 80 anos de existência no Brasil é importante para que os avanços continuem acontecendo na formação e no cotidiano profissional. Trazer Gonzalez para contemplar essas indagações e, sobretudo, para evidenciar a importância de se compreender os desenlaces da América Latina no que tange ao racismo, também, a partir dos desdobramentos da colonização e do patriarcado, no que diz respeito à existência de mulheres latino-americanas, sobretudo às vindas da África, nos permite compreender o presente e traçar rumos em um chão mais concreto para a profissão. É possível, além disso, projetar um futuro em que as articulações de classe, raça e gênero sejam essenciais para elucidar pensamentos dentro do Serviço Social, pois essa embricação é urgente para ser discutida.

É necessário que o Serviço Social compreenda que cresciam no país as ideias racistas que já circulavam desde o final do século XIX, antes mesmo de seu surgimento no Brasil. O governo de Getúlio Vargas contou com adeptos da “razão científica da eugenia” e da crença na necessidade do progresso moral e da “perfeição” da espécie. Para Lélia Gonzalez, o racismo alicerça a formação social brasileira e ela identifica, a partir dessa constatação, que existe na sociedade brasileira uma divisão racial, um lugar “natural” destinado à população ex-escravizada: “da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje” (1982, p.15). O argumento utilizado à época foi o da necessidade de higienizar as cidades, o que significou estabelecer um vínculo entre habitantes dos cortiços e epidemias “atribuídas não às péssimas condições de moradia, mas à falta de moralidade” (GONÇALVES, 2018, p. 518). Vale destacar que o Serviço Social brasileiro desempenhou um papel central nesse processo. No início da profissão, a doutrina católica transformou a Questão Social em ausência de moralidade e atribuiu às assistentes sociais – campo de atuação, à época, majoritariamente feminino – a tarefa de harmonizar a sociedade e promover o Brasil como potência apoiado pelo catolicismo. Para isso, era preciso “ajustar” as famílias de trabalhadoras/es de acordo com o que se acreditava ser um modelo correto e padronizadamente tradicional.

O conservadorismo, nesse contexto, ainda conduziu a profissão ao longo de muitas décadas no Brasil. Maria Rosângela Batistoni (2019), ao examinar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, percebeu que no meio acadêmico-profissional este movimento foi pautado pela hegemonia da modernização conservadora e tecnocrática, “com traços de funcionalidade ao regime autocrático, demarcando projetos em oposição na tensa disputa teórica e ideológica pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro” (BATISTONI, 2019, p. 540).

Essa análise se aproxima do que escreveu José Fernando Siqueira da Silva (2021). Para o autor, o Serviço Social na América Latina em sua gênese esteve vinculado “à ordem monopólica do capital e é formado por um leque extremamente heterogêneo de orientações teórico-práticas no seu interior, nem todas vinculadas à efetiva defesa da vida das diversas frações da atual classe trabalhadora” (2021, p. 16). Isto significa que o Serviço Social possibilitou a manutenção da desigualdade e, logo, a reprodução do capital.

Compreender esse processo que levou a profissão a se caracterizar como moralizante em seu surgimento, influenciado pela Igreja Católica, alimenta as necessidades de se aprofundar nos elementos iniciais que foram apresentados no presente texto para analisar e

se desvincular dos processos de racismo e de violência de gênero que se apresentam até hoje na sociedade brasileira e que são reproduzidos no interior do Serviço Social, profissão inserida em uma sociedade que é essencialmente racista, patriarcal e classista. Para interlocutar as autoras, tanto para introduzir discussões que façam coro com as palavras de Sueli Carneiro de enegrecimento quanto com as palavras de Lélia Gonzalez de transformações afrolatinoamericanas, é preciso se debruçar sobre os pensamentos, enxergando-os como urgentes ao Serviço Social como foi apresentado ao longo desse texto.

As reproduções sociais só serão possíveis de se desvincular de uma visão de pensamento hegemônico, higienista e moralizante se novas leituras, já disponíveis, forem feitas e apreendidas pela classe trabalhadora da profissão. Para além disso, no entanto, a compreensão das discussões sobre as duas autoras só surtirão efeito no Brasil se a profissão se propuser a enxergá-lo como um país afrolatinoamericano, com questões negras e de gênero ainda passíveis de serem resolvidas a começar pela atuação profissional do Serviço Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - Semeando Suelis e Lélías...

*"Combinaram de nos matar.
Mas nós combinamos de não morrer"*
Conceição Evaristo

A discussão de que o Brasil – que também foi o último país a aderir à abolição – sofre ainda hoje com fortes resquícios e resultados da escravização ocorrida, em tese, até 1888, precisa ser perpetuada até que não mais haja situações sociais que apontem para a continuidade desse cenário. É necessário, por hora, compilar e ampliar os questionamentos para atentar ao curso dos acontecimentos na vida de negras e negros para que essa realidade seja combatida o quanto antes.

Além disso, cabe à profissão que se propõe a fazer a leitura e a intervenção da realidade voltar-se aos compromissos ético-políticos e atentar-se às amarras que ainda hoje, em 2023, fazem com que a população negra, sobretudo a parcela composta por mulheres, continue em um nível tão agudo de desigualdade e se mantenha na base da pirâmide social. Assim como indaga Lira (2019), é preciso questionarmos

[...] em todos os espaços que ocupamos, onde estão as negras e negros desse lugar? Se não estão, por que não estão? E se estão, estão em que condição? As respostas nos darão pistas do ainda árduo caminho a ser trilhado rumo a uma sociedade democrática de fato (p. 153).

Enquanto uma profissão que atende às necessidades de um público majoritariamente composto por mulheres negras não se atentar à realidade de que é preciso haver atenção e, sobretudo, capacitação apropriada de ensino e aprendizagem para os graduandos e os profissionais do Serviço Social, a emancipação humana que a profissão busca não será atingida em sua totalidade. Sendo assim, é imprescindível que haja na formação continuada das/os assistentes sociais a discussão de gênero e de raça, além da classe, para compor as experiências e os desafios que a sociedade brasileira diariamente produz. É essencial que profissionais, estudantes, pesquisadoras/es, professoras/es e toda a comunidade que produz conhecimento para o Serviço Social se debruce sobre os ensinamentos de intelectuais negras que tanto tem a acrescentar à profissão, em especial as que foram contempladas no decorrer do texto: Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

Ao voltarmos para a proposta inicial da pesquisa, sobretudo à pergunta central desse texto, “qual é a importância e a contribuição do pensamento de Sueli Carneiro e de Lélia Gonzalez no encontro com o Serviço Social?”, observamos que a resposta está na fluidez dos textos de ambas, junto à interlocução com o Serviço Social e – um dos pontos em comum – corresponde à expressão da forma mais “acabada” da relação social capitalista brasileira: racismo, patriarcado e desigualdade social e racial.

O que temos na cultura e nos princípios normativos das relações sociais não é uma novidade do capitalismo, mas a *atualização* e a *modernização* dessas relações sociais de expropriação, exploração e subordinação do trabalho ao capital. Esse aspecto corresponde à fase contemporânea capitalista, na qual a *igualdade formal generalizada*, como implica o Estado brasileiro, caracteriza a própria sociedade capitalista neoliberal dos países periféricos, para que se realizem e se aprofundem as trocas mercantis e as espoliações/expropriações – mulheres são como *mercadoria sujeito* ou como *mercadoria objeto* e todas como “livres” proprietárias. Em outras palavras, essas relações sociais hegemônicas presentes na sociedade implicam parte do próprio avanço das forças produtivas de modernização e industrialização do país, correspondendo à nova fase capitalista. Trata-se do racismo, do patriarcado e das desigualdades social e racial integradas ao capital em seu estágio máximo.

Ao nos debruçarmos e compreendermos as dinâmicas dos textos das duas intelectuais escolhidas para interlocutarem com o Serviço Social nessa pesquisa, identificamos aproximações da teoria delas que dialogam diretamente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, isto é, com a busca de emancipação humana e de igualdade de indivíduos em qualquer esfera da vida. Esses textos precisam ser divulgados e fomentados para estudantes e trabalhadores da categoria até que haja igualdade desses três itens em meio a produção e reprodução da sociedade brasileira.

Vale acrescentar que a importância do pensamento delas na sociedade fundada no pensamento marxiano, na teoria social de Marx e na semelhança com os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social é significativa. Encontramos nos textos examinados das autoras contribuintes para a compreensão teórico-política das relações de trabalho de mulheres negras, que, dentro da realidade de pertencer a esse corpo, que está na base da pirâmide social, são discriminadas e violentadas quando são, ao mesmo tempo atravessadas pela condição social, racial e de classe. Na particularidade do pensamento das autoras Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez, as suas maneiras inovam, respectivamente, no enegrecimento de

movimentos sociais e na proposta de uma leitura afro-latinoamericana para o Serviço Social, o que evidencia que os movimentos precisam se preocupar em racializar discussões das mais variadas e que é essencial ter uma leitura de origens e cultura de povos da diáspora no Brasil, país pertencente à América Latina, o que é importante manter em mente ao se articular conceitos com a profissão.

É a eficiência do encontro das vivências e dos textos de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez que é capaz de agregar perfeitamente ao Serviço Social, sobretudo no que se refere ao antirracismo, ao antissexismo e em favor de lutas e movimentos sociais. Uma vez que a profissão se propõe a dialogar com as teorias de formação do Brasil, narrado por essas duas autoras, a instrumentalização de assistentes sociais passa a ser mais eficiente, por conhecer e compreender as existências femininas e feministas negras no Brasil dentro da realidade de classes.

À medida, portanto, que o Serviço Social, que atua na intervenção da realidade a fim de transformar a realidade humana e colaborar com a emancipação dos indivíduos, se encontra com o pensamento dessas autoras, ele tem muito a ganhar teórica e politicamente, não apenas como profissão, mas como gerador de frutos para toda a sociedade, contribuindo, por meio disso, com as relações de sociabilidade humana. Para ocorrer a sementeira de Suelis e Lélis, isto é, para que se ampliem as estudiosas que se apoiem não só na leitura vigente dos autores do Serviço Social, mas também em literaturas como a das autoras em questão no texto, é preciso que haja instrumentalização para isso desde a formação e que se propague o ensino e pesquisa de pensadoras que contribuem com a ruptura patriarcal, racial e classista. Essa última, a mais diretamente discutida pela profissão, precisa caminhar junto às outras e essa manutenção deve vir não só de profissionais negras e negros, mas de toda a categoria profissional para que a médio e longo prazo possamos alcançar um Serviço Social com propostas enegrecidas e que seja conhecido como uma profissão deveras afro-latino-americana.

REFERÊNCIAS

ANGELA Davis no Brasil // Curso: feminismo negro descolonial nas Américas. [S. l.: s. n.], 18 jul. 2017. 1 vídeo (2 h 15 min). Publicado pelo canal **Tv Boitempo**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Az3uvwz0P1M&t=1159s&ab_channel=TVBoitempo. Acesso em: 26 jun. 2021

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo. Pólen, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Neide. Letramento racial: um desafio para todos nós. **Portal Geledés**. 28 Out. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/> Acesso em 02 Jun. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 458-463, 1995.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 425-446.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 12-27.

BAUMFREE, Isabella. Sojourner Truth, **Geledés**, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BORGES, Rosane. **Sueli Carneiro**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BROWN, Mano. Mano Brown recebe Sueli Carneiro. Mano a Mano – **Episódio de Podcast**. 26 Mai. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPr> Acesso em: 09 Jun. 2022.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, n. 57, v. 5, p. 611-614, 2004.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; SANTOS, Thereza. **Mulher Negra**. São Paulo: Nobel, 1985.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 49, n. 17, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**. 06 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Matriarcado na miséria. In: **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 127-130.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas**. Disponível em: <https://www1.unicap.br/neabi/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARVALHO, Amanda Boza Gonçalves de; PAES, Paulo Cesar Duarte. Emancipação humana e o projeto ético-político do Serviço Social. **Anais do II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos**. Londrina: UEL, 2017.

CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de; CASTRO, Viviane Vaz. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 452-470, 2018.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XX, n. 38, p. 227-246, 2017.

D'ALMEIDA, Thiago. Justiça condena família por manter mulher em situação análoga à escravidão por 50 anos em SP. **Portal G1 Santos**, 02 Mai 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2022/05/02/justica-condena-familia-por-manter-mulher-em-situacao-analoga-a-escravidao-por-50-anos-em-sp-video.ghtml> Acesso em 02 Jun. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva; ROHA; Roseli (orgs.). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. São Paulo: Annablume, 2021.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, 2013.

EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (orgs.). **Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos**. São Paulo: Papel Social, 2021.

EURICO, Marcia Campos. [et al] (orgs.) **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. Ser escritora não rompe com o imaginário em relação às mulheres negras. [Entrevista concedida a] Pedro N. Ribeiro; Mariana Pitasse. Brasil de Fato, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/07/25/ser-escritora-nao-rompe-com-o-imaginario-em-relacao-as-mulheres-negras/>. Acesso em: 10 dez. 2022

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GONÇALVES, Renata. Quando a ‘questão racial’ é o nó da ‘questão social’. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poiésis**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisul, Tubarão, v. 12, n. 22, p. 350-367, 2018a.

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.22, n.40, p.9-22, 2018b.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras! **Plural**, São Paulo, vol. 26, n. 1, p.193-196, 2019.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e a influência de Frantz Fanon: construindo uma nova epistemologia feminista. In: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel Gouveia (orgs.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 225-239.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, Beatriz (org.). **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos: São Paulo: EDUC, 2021, p. 73-86.

GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra”. **Mulherio**, São Paulo, ano 1, n. 3, 1981

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista. **O Pasquim**. São Paulo, n. 871, p. 8-10, 1986.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

- GONZALEZ, Lélia. Entrevista a *Patrulhas Ideológicas*. In: **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 286-297.
- HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 37, p. 153-172, 2017.
- HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 464-478, 1995.
- HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999
- JOHNSON, Guillermo Alfredo; SILVA, Ilse Gomes; SILVA, Berenice Gomes da. **Democracias, lutas e Movimentos Sociais**. São Luís: Edufma, 2019.
- LEMOS, Rosalia de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 185, p. 12-25, 2016.
- LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Aborto, Racismo e Violência: Reflexões a partir do Feminismo Negro. **Em Pauta**, v. 18, n. 46, p. 101-117, 2020.
- LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais). Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER, Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. Disponível em: <https://www.mulher500.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1996

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Trabalho, sociedade e valor. In: **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano 20, n. 38, p. 77-94, 2017.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 484-503, 2018.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116-129, 2020.

PEREIRA, Jéssica Oliveira. “**Meu corpo, minhas regras**”? Feminismos e os sentidos do corpo em rede digital. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2018.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial**: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PIRES, Ana Paula. **Mulheres negras e mobilidade social**: conhecendo as trajetórias de Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Federal de São Paulo, 2020.

PIRES, Ana Paula; GONÇALVES, Renata. Conhecendo as trajetórias das intelectuais negras Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. **Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: UEL, 2020, p. 22-40.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. **Jornal da USP**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Bruno Alvarenga; SILVA, Aline Mendonça; Teixeira, Karyne Feria. **O Serviço Social em uma perspectiva histórica: os saldos do movimento de reconceituação**. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Santa Catarina, 2015

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Apresentação. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, vol.3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTANA, Bianca. **Continuo Preta: a vida de Sueli Carneiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SILVA, Ana Paula Procópio; ALMEIDA, Magali da Silva; GONÇALVES, Renata. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. **Em Pauta**, v. 18, n. 46, p. 269-277, 2020.

SILVA, Ana Paula Procópio; ALMEIDA, Magali da Silva. Uma mulher negra com nome e sobrenome: Benedita Sousa da Silva Sampaio. **Em Pauta**, v. 18, n. 46, p. 278-283, 2020.

SILVA, Claudio Vicente da. Mulheres, Raça e Classe. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 543-547, 2018.

SMITH, Christen; MACHICOTE, Michaela. “Zonas de Não Ser”: mulheres negras sem-teto e deslocamento nos Estados Unidos. **Em Pauta**, v. 18, n. 46, p. 131-147, 2020.

SOUZA, Djonatan Kaic Ribeiro de; ORTEGAL, Leonardo Rodrigues. Epistemologias da igualdade: Entrevistada – Magali da Silva Almeida. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 428-438, 2017.

SUELI Carneiro: Ciência e racismo // [S. l.: s. n.], mar. 2020. 21 (2 min 05 s). Publicado pelo canal **Instituto Serrapilheira**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gBYk4ePmS6s&ab_channel=InstitutoSerrapilheira

TELLES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 99-105.

VELOSO, Clara; TEIXEIRA, Milena. **Mães negras e solteiras sofrem mais com falta de saneamento e carências nas casas**. G1, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/06/maes-negras-e-solteiras-sofrem-mais-com-falta-de-saneamento-e-carencias-nas-casas.ghtml>